

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola municipal “UEB Luís Viana”

RAÍSSA CAROLINE MACAU MENDES

São Luís
2020

RAÍSSA CAROLINE MACAU MENDES

O ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola municipal “UEB Luís Viana”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves.

São Luís
2020

RAÍSSA CAROLINE MACAU MENDES

O ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola municipal “UEB Luís Viana”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST com vistas à obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 15/07/2020.

BANCA AVALIADORA


Prof.ª Dr.ª Monica Piccolo Almeida Chaves (orientadora)
(PPGHIST/UEMA)


Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho (arguidor)
(PPGHIST/UEMA)


Prof.ª Dr.ª Edilza Joana Oliveira Fontes (arguidora)
(PPGHIS/UFPA)

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

Mendes, Raíssa Caroline Macau.

O Ensino de História do Maranhão na educação básica: a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola municipal “UEB Luís Viana”. / Raíssa Caroline Macau Mendes. – São Luís, 2020.

157 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves

1. Ensino de História. 2. História do Maranhão. 3. Oligarquia Sarneísta. I. Título

CDU 93/94: **321.6 (812.1)**

*Dedico este trabalho árduo à Deus e ao meu
avô Ornilo Macau (in memorian).*

AGRADECIMENTOS

Durante o processo de construção deste trabalho árduo e difícil, pessoas foram essenciais para que a desistência não abatesse e a força de vontade fosse fortalecida diariamente. Assim, a primeira pessoa que gostaria de agradecer é ao Senhor Deus, Todo Poderoso, pois é a minha força vital e o principal motivo de acordar todas as manhãs e continuar. És o motivo da minha chegada até aqui, dando o sustento necessário para minha caminhada pessoal e profissional. Muito obrigada, meu Deus!

Aos meus pais, Girlene Macau e João Batista Mendes, pelo esforço cotidiano e por nunca desistirem de mim, quando eu mesma já não acreditava. Obrigada por enxugarem minhas lágrimas, no momento que a desistência batia na minha porta. Nunca poderei retribuir tudo que fizeram por mim. São pais incríveis e sempre apoiando as minhas decisões, principalmente no momento mais tortuoso da minha vida. Meu amor por vocês só cresce a cada dia! Muitíssimo obrigada, amores da minha vida!

Aos meus irmãos queridos: Rafaela Macau, pela ajuda de sempre e palavras diárias de que posso tudo, basta ter força de vontade. João Filho, pelo companheirismo diário e pela parceria que só cresce, és uma pessoa sensacional e tenho muito orgulho em ser tua irmã. José Alves Neto, por ser um irmão que sempre se alegra com cada conquista minha e, mesmo distante, é presente em tudo. Muito obrigada, meus irmãos.

À minha sobrinha, Maria Sophia, minha pequena que tem a idade desse mestrado. Você nasceu, quando eu fui aprovada e seu crescimento foi o processo de estudos complicados e estressantes, porém você foi e é a luz nos meus dias nublados e alegria da nossa casa. Sou grata pela tua existência em nossa família. Aos meus cunhados, Marconny e Andresa, obrigada por serem pessoas legais e companheiros dos meus irmãos, além de me tratarem com respeito e carinho.

Aos meus amigos, em especial: Janaína Pontes, tanto tempo de amizade que só aumenta nossa cumplicidade, obrigada por sempre estar comigo e me alegrar nos momentos mais difíceis e os mais contentes. Simone Santos, Paulo e Adaildo Júnior, não poderia deixar de falar de pessoas sensacionais que entraram na minha vida para acrescentar. Obrigada por me receberem muito bem e cuidarem de mim durante a minha estadia no Rio Grande do Sul, de fato, são presentes dos céus e foram essenciais no momento mais crítico em minha vida, obrigada pelo cuidado e atenção. Ao meu eterno aluno de História, Pablo Marcos, pelo alto astral e sempre levando as dinâmicas da vida em um humor surpreendente, além de todo esforço e dedicação. Muitíssimo obrigada!

Ao Cláudio Lenon, pessoa mais que especial em minha vida e fundamental no processo de estruturação e crescimento. Não tenho palavras para agradecer o companheirismo diário, apesar da distância. Você é a pessoa que tira meu riso fácil, mas me chama atenção quando necessário. Muito obrigada por tudo que representa em minha vida e ter ajudado em todo o processo do mestrado com palavras de reconforto e garra. MUITÍSSIMO obrigada, meu bem.

À turma PPGHIST 2018 por todos se respeitarem e agregarem conhecimentos e experiências na prática docente e na vida. Agradeço pela oportunidade de convivência e aprendizado que levarei para a vida inteira, mas, em especial, gostaria de mencionar duas figuras importantes nesse processo, duas amigas que vou levar pra vida: Joyce Lopes e Samara Ramos. Duas pessoas maravilhosas e que quero agradecer pelo compartilhamento de alegrias e tristezas, angústias e conquistas, enfim, o companheirismo e amizade para além do mestrado!

Aos professores do PPGHIST que foram essenciais nessa trajetória e contribuíram de maneira extraordinária nas discussões e crescimento pessoal. Agradeço, em especial, ao professor Henrique Borralho pela paciência, conselhos e força nos dias tão cansativos. De fato, sem os professores não seria possível chegar até aqui.

À coordenação e secretaria do PPGHIST. À secretária do mestrado, Flávia Gomes, pelo empenho em sempre nos atender e pela eficiência no trabalho; obrigada pelo tratamento respeitoso e alegria em me receber sempre. À coordenadora, professora Ana Livia, sempre solícita em tudo e não canso de falar pela admiração que tenho desde a graduação no curso de História. Muito obrigada!

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pelo financiamento na pesquisa realizada nesses dois anos de mestrado via bolsa de estudo. Com tal fomento, foi fundamental para as despesas ao longo do trabalho e chegasse ao resultado final deste trabalho dissertativo. Muito obrigada!

Ao NUPEHIC. O Núcleo que me ensinou para além da pesquisa ao longo de quase 7 anos. Agradeço pelos ensinamentos e compartilhamento de conhecimento e coisas da vida. Todos foram essenciais no período de quarentena, devido à pandemia do covid-19, em alegria e disposição para que ficássemos bem. Vocês são maravilhosos!

Às bibliotecárias do curso de História, Lauisa e Reyjane. A definição para vocês é: nossas socorristas. Agradeço por sempre atender e cuidar da gente de uma forma tão carinhosa. Vocês são incríveis e maravilhosas.

À escola UEB Luís Viana por ter me recebido e ter possibilitado minha pesquisa, além de um olhar mais criterioso ao ensino básico. Foi a escola em que estudei todo o meu ensino fundamental e meu estágio supervisionado na graduação. Agradeço à coordenação pedagógica,

corpo docente e, também, aos discentes, alunos que tanto aprendi, um obrigado ainda é pouco para tudo que nasceu nesta dissertação. Muitíssimo obrigada!

Ao professor, supervisor e “coorientador” Luiz Celso, pelo tempo que trabalhamos juntos e toda a atenção na minha pesquisa, dicas na prática docente, formas de metodologias para o produto, documentos essenciais, enfim, a cereja do bolo para o andamento deste trabalho. Posso afirmar que foi essencial para que esta dissertação tomasse a forma que tem. Não tenho palavras para agradecer o que fez por mim. Muito obrigada, parceiro e mestre.

À Monica Piccolo, minha orientadora e mãezona, não canso de agradecer por tudo que representa na minha vida profissional e pessoal. Além dos meus pais, é a pessoa que me incentivou a estar nesse processo. Obrigada por nunca desistir de mim, quando eu mesma já queria. Obrigada pela atenção, puxões de orelhas e carinho ao longo desses quase 7 anos de orientação. Muito obrigada, minha querida!

“Não existe triunfo sem perda, não há vitória sem sofrimento e nem liberdade sem sacrifício.”

Rei Aragorn, O Senhor dos Anéis – O Retorno do Rei.

RESUMO

O Ensino de História exerce um papel fundamental nas dinâmicas educacionais contemporâneas. O processo de educação em sala de aula apresenta a complexidade nas interações entre escola-professor-aluno, devido às diversas mudanças nos parâmetros educacionais e nos valores humanísticos presentes no cotidiano social. No Maranhão, a principal inquietação gira em torno do pouco conhecimento da trajetória histórica contemporânea das principais figuras políticas atuantes no estado maranhense, ou seja, um estudo mais consistente da História Local em sala de aula. Nesse sentido, a importância desta pesquisa, em primeira instância, reside na valorização da História do Maranhão, apresentando os aspectos e a trajetória da principal oligarquia atuante no Estado, a Sarneísta, e os resquícios de sua política nos setores sociais no território maranhense. Com os novos parâmetros educacionais vigentes, este estudo está pautado nas prerrogativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular do Território Maranhense para os novos debates em sala de aula e os novos procedimentos no ensino de história. Assim, o objetivo deste trabalho é a construção do diagnóstico da educação maranhense e os procedimentos de ensino de história em sala de aula, tomando por referência a escola municipal UEB Luís Viana, instituição de Ensino Fundamental II. Metodologicamente, este estudo estará embasado na análise de dados fornecidos pelo INEP sobre os professores, do acervo documental da escola e na realização de questionários com o professor responsável pela disciplina de História e os alunos do 9º ano acerca da História do Maranhão. O produto educacional elaborado é um manual de apoio pedagógico voltado para o professor em que contempla a historiografia sobre as origens do Sarneísmo, o processo de construção de sua hegemonia no Maranhão e sugestões pedagógicas que podem ser utilizadas em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História. História do Maranhão. Sarneísmo. UEB Luís Viana. Manual Pedagógico.

ABSTRACT

History teaching plays a fundamental role on contemporary educational dynamics. The education process inside the classrooms presents the complexity of the interrelationship between school-teacher-student, due to several educational parameter changes and transformation of the humanistic values present in social daily life. In Maranhão, the main concern revolves around the little knowledge of the contemporary historical trajectory of the main active political figures of the state, that is, a more consistent study of local history in the classroom environment. In this sense, the importance of this research, in the first instance, lies in valuing the History of Maranhão, introducing the aspects and the trajectory of the main oligarchy active in the state, the Sarneísta, and the remnants of its politics felt by the social sectors across the territory of Maranhão. Considering the current educational parameters, this study is based on the prerogatives of the Common Base National Curriculum (Base Nacional Comum Curricular) and the Curriculum Document of Maranhão Territory to face the newest classroom debates and history teaching procedures. Therefore, our goal is the construction of an educational diagnosis of Maranhão and of the history teaching procedures inside the classroom, taking as a reference the municipal school UEB Luís Viana, an institution of Elementary School. Methodologically, this study is grounded on data analysis about the teachers provided by INEP, on the documentary school collection and in conducting questionnaires with the teachers in charge of History and with the students of the ninth year about the History of Maranhão. The educational product elaborated is a pedagogical support manual made for teachers that contemplates the historiography about the origins of Sarneísmo, the process of building hegemony in Maranhão and pedagogical suggestions that can be used inside the classroom.

Keywords: History Teaching. History of Maranhão. Sarneism. UEB Luís Viana. Pedagogical Manual.

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1. Competências Gerais da Educação Básica – Ensino Fundamental.....	p.34
Organograma 2. Competências Gerais da Educação Básica – Ensino Médio.....	p.35
Organograma 3. Atuações das Superintendências no Maranhão.....	p.71
Organograma 4. Configuração da Política Econômica no Maranhão em tempos de Sarneísmo.....	p.73
Organograma 5. Configuração da Política do “Milagre Maranhense.....	p.75
Organograma 6. Principais produções agrícolas no sul do Maranhão.....	p.78
Organograma 7. Configuração Política Econômica do Sarneísmo.....	p.81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de Docentes no Anos Finais do Ensino Fundamental Regular, por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município.....	p.91
Tabela 2. Número de Docentes dos Anos Finais do Fundamental Regular, por Sexo e Faixa Etária, a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município – Feminino.....	p.92
Tabela 3. Número de Docentes dos Anos Finais do Fundamental Regular, por Sexo e Faixa Etária, a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município – Masculino.....	p.92
Tabela 4. Número de Docentes nos Anos Finais do Ensino Fundamental Regular, por nível de Escolaridade e Formação Acadêmica, segundo a Região da Federação e o Município.....	p.94
Tabela 5. Etapa Escolar da UEB Luís Viana – Taxa de Rendimento.....	p.104
Tabela 6. Índices Educacionais da UEB Luís Viana – Taxa de Rendimento.....	p.104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de Funcionários da UEB Luís Viana.....	p.100
Gráfico 2. Professores da UEB Luís Viana.....	p.101
Gráfico 3. Especialização dos Professores da UEB Luís Viana.....	p.102
Gráfico 4. Matrículas da UEB Luís Viana.....	p.103
Gráfico 5. Matrículas por Série da UEB Luís Viana.....	p.104
Gráfico 6. Você conhece a História do Maranhão Republicano?.....	p.129
Gráfico 7. Já estudou História do Maranhão nas séries anteriores?.....	p.130
Gráfico 8. Conhece o termo “Oligarquia”?.....	p.131
Gráfico 9. Já ouviu falar da Família Sarney.....	p.132
Gráfico 10. Conhece a Oligarquia Sarneísta no Maranhão?.....	p.132
Gráfico 11. Já estudou na escola sobre a Oligarquia Sarneísta?.....	p.133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Organizador Curricular.....	p.38
Quadro 2. O que dizem os Documentos.....	p.42
Quadro 3. Projetos Políticos Econômicos ao longo do Sarneísmo.....	p.79
Quadro 4. Metas do Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.....	p.89
Quadro 5. Dados Gerais da UEB Luís Viana.....	p.96
Quadro 6. Infraestrutura da UEB Luís Viana.....	p.96
Quadro 7. Equipamentos da UEB Luís Viana.....	p.97
Quadro 8. Computadores e Internet da UEB Luís Viana.....	p.98
Quadro 9. Acessibilidade da UEB Luís Viana.....	p.98
Quadro 10. Alimentação da UEB Luís Viana.....	p.99
Quadro 11. Planejamento Anual do 9º ano do Ensino Fundamental.....	p.106
Quadro 12. Temáticas do Regime Militar presente no livro didático “História, Sociedade e Cidadania”.....	p.110
Quadro 13. Temas abordados em sala de aula.....	p.112
Quadro 14. Materiais Extras.....	p.114
Quadro 15. Atividades realizadas na UEB Luís Viana.....	p.121
Quadro 16. Temática do Período Ditatorial Brasileiro via BNCC no 9º ano do Ensino Fundamental.....	p.124
Quadro 17. Abordagem do Capítulo sobre Ditadura Civil-Militar no livro Geração Alpha História.....	p.124
Quadro 18. Atividades/Aulas aplicadas na turma do 9º ano.....	p.133

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

Imagem 1. Capa do produto “A Oligarquia Sarneísta no Maranhão”.....	p.118
Imagem 2. Caixas Explicativas.....	p.119
Imagem 3. Glossário do Produto.....	p.120
Figura 1. Capa do livro didático História, Sociedade e Cidadania.....	p.109
Figura 2. Sumário do livro didático História, Sociedade e Cidadania.....	p.110
Figura 3. Capa do livro Geração Alpha História 9º ano.....	p.123
Figura 4. Texto e Imagem.....	p.124
Figura 5. Imagem “Abaixo a Ditadura”.....	p.126

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1. Ofício N° 12/2019 – PPGHIST/UEMA.....	p.149
Anexo 2. Carta de Encaminhamento.....	p.150
Apêndice 1. Questionário aplicados aos alunos da turma do 9º ano.....	p.152
Apêndice 2. Questionário aplicados ao professor da disciplina de História do turma do 9º ano.....	p.153
Apêndice 3. Respostas do questionário aplicado ao professor da disciplina de História da turma do 9º ano.....	p.155

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEE/MA – Conselho Estadual de Educação do Maranhão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária

GERAN – Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPEI – Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PAI – Plano de Ação Imediata

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCRPM/São Luís – Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís

PDZ – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Itaqui

PEE/MA – Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão

PFL – Partido da Frente Liberal

PGC – Projeto Grande Carajás

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PPP – Projetos Políticos Pedagógicos

SABE – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDUC/MA – Secretaria de Educação do Estado do Maranhão

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEB – Unidade de Ensino Básico

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNCME/MA – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Maranhão

UNDIME/MA – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1. UM DIÁLOGO ENTRE A HISTORIOGRAFIA E AS NOVAS EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS	26
1.1 BNCC e os novos desafios da prática docente: o que deve constar nos currículos atuais?	26
1.2 A hegemonia oligárquica no Maranhão Republicano: os primórdios do Sarneísmo	44
1.2.1 (Re)pensando os movimentos de Resistência e a Ditadura Empresarial-Militar	44
1.2.2 “Ações políticas e privilégios particulares”: o conceito de Oligarquia	58
1.2.3 Os andamentos políticos da Oligarquia Sarneísta: dualidade entre o velho e o novo	62
CAPÍTULO 2. DIAGNOSTICANDO O CENÁRIO EDUCACIONAL NO MARANHÃO: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL UEB LUÍS VIANA	85
2.1 O painel dos professores na educação básica brasileira	85
2.2 Radiografia da escola Unidade de Ensino Básico Luís Viana	95
2.2.1 Histórico e Infraestrutura	95
2.2.2 Professores	101
2.2.3 Alunos	102
2.2.4 A presença dos estudos da Oligarquia Sarneísta em sala de aula	106
CAPÍTULO 3. APLICABILIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL “A OLIGARQUIA SARNEÍSTA NO MARANHÃO” NA ESCOLA MUNICIPAL UEB LUÍS VIANA	116
3.1 Material Institucional Educacional em foco: a trajetória de elaboração do produto “A Oligarquia Sarneísta no Maranhão”	116
3.2 Os desafios na experiência de abordagem da temática “Oligarquia Sarneísta” em sala de aula: atividades realizadas na UEB Luís Viana	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXOS	148
ANEXO 1. OFÍCIO Nº 12/2019 – PPGHIST/UEMA	149
ANEXO 2. CARTA DE ENCAMINHAMENTO	150
APÊNDICES	151
APÊNDICE 1. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS TURMA DO 9º ANO	152

APÊNDICE 2. QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DO TURMA DO 9º ANO.....	153
APÊNDICE 3. RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA TURMA DO 9º ANO.....	155

INTRODUÇÃO

A América Latina é marcada, na segunda metade do século XX, por golpes de Estados engendrados pelas forças de direita e com apoio dos setores capitalistas atuantes nos países latino-americanos. O Brasil não fugiu a essa realidade. A temática dos estudos de governos autoritários é importante para se entender seus aspectos políticos, econômicos, as questões ligadas à classe burguesa e a hegemonia governamental.

No Brasil, o Golpe Empresarial-Militar de 1964 desdobrou-se em novos parâmetros políticos e sociais, envolvendo o alinhamento governamental e o poderio de grupos regionais fortes. Pensar as dinâmicas ditatoriais, é perceber o quão impactante foram no andamento político brasileiro, sendo um reflexo direto no século XXI, isto é, o que antes poderia se discutir como “superação” do pensamento ultraconservador, hoje, é a manifestação escancarada de resquícios diretos do conservadorismo presentes na sociedade brasileira.

No caso do Maranhão, as práticas conservadoras e o discurso de modernização, via oligarquias, destacam grupos estadistas fortes e populares na formação de coligações ligadas aos poderes presentes na capital e estendendo-se aos interiores. Nesse sentido, a principal e duradoura oligarquia atuante no estado maranhense foi e é a Sarneísta.

As práticas oligárquicas, na segunda metade do século XX, são muito presentes na construção política maranhense. Nesse caso, com a ascensão da Oligarquia Sarneísta é importante discutir os impactos que causou sobre as dinâmicas nos setores sociais do Maranhão, apesar de mostrarem um discurso de avanço e modernização. A principal figura em torno do Sarneísmo é José Sarney, personalidade emblemática e carismática, que tinha como principal objetivo a ascensão macro na política; não só maranhense, mas brasileira, e exercendo uma influência significativa por meio de um discurso “salvacionista”.

Com muitas questões em torno de Sarney, a central é a forma como foi consolidado o seu poderio político ao longo de 50 anos no Maranhão. A relevância do Sarneísmo no Maranhão está diretamente ligada ao *modus operandi* do seu grupo no cenário regional e nacional, como também às alianças políticas com setores do empresariado, à atuação dos aparelhos privados de hegemonia, como a imprensa, e dos próprios militares. É crucial lembrar que o apoio direto dos generais presidentes foi vital na vitória eleitoral de Sarney nas eleições ao Executivo estadual em 1965.

Nessa perspectiva, as inquietações em torno do objeto em questão estão, em primeiro momento, ao pequeno espaço destinado à História Local nas disciplinas de História no ensino básico. Além disso, é cabível mencionar que as novas proposições elencadas pelos documentos

curriculares norteadores para a educação, hoje em dia, exigem a abordagem de temáticas específicas locais, sendo de fundamental importância para a ideia de pertencimento e conhecimento de sua própria história. Partindo de tal premissa, o objeto central deste trabalho é a elaboração de um produto educacional voltado para o professor, que contemple uma das mais importantes particularidades históricas do Maranhão: a formação, a atuação e as heranças políticas da Oligarquia Sarney.

Diante disso, este trabalho está orientado nos parâmetros do Documento Curricular do Território Maranhense (2019), que tem como principal objetivo a organização curricular dos temas que devem ser abordados em sala de aula no Ensino Fundamental. A mobilização para a construção desse documento partiu, *a priori*, das redes educacionais no Maranhão, em nível municipal, tendo como parâmetro as novas determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em que está presente a importância da abordagem da História Local nas aulas de História.

Nesse sentido, a relevância das discussões de algumas temáticas recorrentes no Maranhão, foi fundamental para nortear esta pesquisa. Assim, para este debate, três eixos são importantes para pensar uma parte do desenvolvimento político, social, econômico e educacional no estado maranhense: 1) *a Ditadura Civil-Militar e os processos de resistência*, 2) *a Oligarquia Sarney*, e 3) *o Projeto Grande Carajás e a expansão agrícola no sul do Maranhão*.

Com esses eixos definidos pelo Documento Curricular do Território Maranhense, é possível organizar a estrutura das aulas e os procedimentos metodológicos em sala de aula, pois abre espaço para discussões fundamentais da História Local e a importância de discutir os processos históricos em nível estadual. Destaca-se que esse documento curricular é dirigido, em primeira instância, ao Ensino Fundamental. Ainda não foi efetivado um parâmetro específico para o Ensino Médio, até o presente desenvolvimento deste trabalho.

Com isso, a dissertação está estruturada em torno dos três eixos temáticos presentes no Organizador Curricular do Documento Curricular do Território Maranhense, o que fortalece a pertinência do tema abordado neste mapeamento: a Oligarquia Sarney, uma das possíveis portas de entrada para o estudo sobre a Ditadura Empresarial-Militar em sala de aula, e, ao mesmo tempo, tema capaz de promover a aproximação dos discentes com a História Local.

É importante mencionar que ao longo do trabalho optou-se pela caracterização do regime instaurado no Brasil em 1964 como Ditadura Empresarial-Militar. A explicação está em torno da abordagem historiográfica e da opção de entender que o processo ditatorial, a partir de

1964, foi apoiado pelos civis e militares, como um todo, com destaque para a participação dos empresários.

A metodologia adotada neste trabalho foi estruturada a partir do levantamento documental e dados presentes no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) acerca dos professores ativos na rede educacional. Em consonância a isso, foi realizada pesquisa de campo na escola municipal do Ensino Fundamental II UEB Luís Viana, contemplando observações na coordenação pedagógica e corpo docente, intervenções e observações em sala de aula e diálogo com os docentes para a elaboração do material educacional. Além disso, foi aplicado questionários aos alunos do 9º ano, perguntas objetivas e fechadas, e ao docente responsável pela disciplina de História do 9º ano, perguntas objetivas e subjetivas com explicações, objetivando uma análise e compreensão sobre o entendimento e conhecimento sobre a História Contemporânea do Maranhão nas aulas de História.

Teoricamente, este trabalho está pautado na matriz gramsciana para pensar as relações de Estado na sociedade e a educação, que, para Gramsci, deve ser universal e igualitária, além dos fundamentos de uma escola unitária e com aparatos educacionais humanísticos.

As formulações para a abrangência da História Local do Maranhão nas aulas de História foram modificadas e ampliadas, objetivando avanço e colocando a importância do conhecimento histórico maranhense em destaque. Assim sendo, o Documento Curricular do Território Maranhense é fundamental para a elaboração de materiais que abordem os estudos históricos sobre o Maranhão Contemporâneo nas escolas públicas e privadas.

O produto institucional foi devidamente aplicado na escola Unidade de Ensino Básico Luís Viana, gerando a maior parte da elaboração dos procedimentos metodológicos do produto em sala de aula e com sugestões dos professores das disciplinas de História atuantes na escola, tanto na historiografia mencionada no trabalho quanto as metodologias acessíveis ao professor e ao aluno.

Em torno do Organizador Curricular na divisão dos três eixos temáticos, os capítulos se estruturam da seguinte forma: o primeiro discute as novas prerrogativas educacionais via BNCC, destacando que os órgãos educacionais maranhenses desenvolveram um documento norteador para a abordagem de temáticas em sala de aula. Além disso, enfatizar a importância da História Local, abrindo espaços para as discussões das dinâmicas sociais presentes no Maranhão e oportunizando o Ensino de História das temáticas não presentes no livro didático. Em segundo momento, a discussão historiográfica gira em torno do golpe e do regime da Ditadura Civil-Militar, sustentando a opção deste estudo pela conceitualização de Ditadura Empresarial-Militar; os processos de resistência no período da Ditadura em nível nacional e

estadual e a discussão historiográfica da Oligarquia Sarney e seus reflexos na sociedade maranhense, destacando seus principais projetos, principalmente o macroprojeto do “Maranhão Novo”.

No segundo capítulo, será apresentado os professores na rede pública de educação como agentes centrais na dinâmica educacional brasileira e maranhense, mostrando quem são esses docentes e suas atuações no ensino básico, além da discussão dos autores em relação a figura do professor e a prática docente. Na segunda parte, o diagnóstico da escola escolhida, UEB Luís Viana, tomando como base os dados do desempenho da escola nos principais exames avaliativos e a dinâmica da comunidade escolar, além da observação em sala de aula dos três eixos temáticos: *a Ditadura Civil-Militar e os processos de resistência, a Oligarquia Sarney e o Projeto Grande Carajás e a expansão agrícola no sul do Maranhão.*

Já o terceiro capítulo é destinado à apresentação do produto educacional, trajetória de construção e elaboração, a descrição de oficinas e atividades realizadas com os alunos em sala de aula, além de atividades conjuntas nas escolas com os professores, ou seja, o cotidiano desses personagens na construção deste trabalho. Assim, a importância da abordagem dos três eixos temáticos em sala de aula oportuniza a elaboração do produto educacional para o auxílio ao docente nas discussões nas aulas, pois é pertinente que os estudos da História Local sejam debatidos na educação básica e os discentes se apropriem desses temas para problematizarem e discutirem as dinâmicas do Maranhão no período da Oligarquia Sarney.

O produto educacional aqui produzido tem como título *Oligarquia Sarneísta no Maranhão* e divide-se em três capítulos: o capítulo 1, *E então surge a figura de José Sarney*, tem como principal objetivo a apresentação da trajetória política de José Sarney nos primórdios de formação da Oligarquia Sarneísta no Maranhão, desde o declínio do Vitorinismo à consolidação das projeções políticas e econômicas no macro projeto “Maranhão Novo”.

No capítulo 2, *A herança política em foco*, tem como enredo breves comentários sobre o início da trajetória política de Roseana Sarney no Maranhão, principalmente na eleição e vitória ao cargo de governadora do Estado do Maranhão, apresentando alguns pontos interessantes da continuação do projeto político de José Sarney na gestão da filha biológica e política, mas com alguns aspectos diferentes, devido ao avanço do marco temporal, e a permanência dos discursos de modernização e avanço no Maranhão.

E o capítulo 3, *Sugestões pedagógicas em sala de aula: o Ensino de História do Maranhão no ensino básico*, basicamente trata dos procedimentos pedagógicos que podem ser utilizados em sala de aula, além de sintetizar as novas proposições dos documentos curriculares, a BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense. Nessa perspectiva, algumas

sugestões de atividades para aplicação nas aulas, trazendo breves comentários sobre a importância de novas abordagens, para além do livro didático, e discussões que podem ser levantadas após a apresentação dos mecanismos, além de sugestões de leituras e outros métodos para utilizar nas aulas de História do Maranhão Contemporâneo.

CAPÍTULO 1. UM DIÁLOGO ENTRE A HISTORIOGRAFIA E AS NOVAS EXIGÊNCIAS EDUCACIONAIS

Entender os novos parâmetros educacionais e a historiografia acerca da História Local são caminhos interessantes para os procedimentos orientados pelos documentos oficiais na educação atual. Nessa perspectiva, este capítulo tem como objetivo central apresentar os parâmetros contidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular do Território Maranhense para as novas práticas escolares e conteúdos a serem abordados em sala de aula, além da discussão da historiografia maranhense sobre o processo político nos primórdios da Oligarquia Sarneísta no Maranhão.

No primeiro tópico, o debate estará em torno dos olhares sobre a BNCC, como documento macro e norteador dos novos parâmetros educacionais atuais, e o Documento Curricular do Território Maranhense, específico para a realidade do Maranhão. No segundo tópico, o foco da análise será as dinâmicas da Ditadura Empresarial-Militar, especificamente os movimentos de resistência, e o processo político da Oligarquia Sarneísta, em especial o governo estadual de José Sarney, também será apontando breves comentários, em termos comparativos, em relação ao governo estadual de Roseana Sarney.

1.1 BNCC e os novos desafios da prática docente: o que deve constar nos currículos atuais?

A educação é fundamental para a construção de cidadania, respeito aos direitos humanos e nas trocas de conhecimento e experiências entre professor-aluno-escola, tríade central da comunidade escolar. Um dos principais questionamentos em torno do meio educacional é até que ponto o ensino influencia os jovens em seu crescimento pessoal e profissional, influenciando seu posicionamento e perspectiva política, principalmente no que tange aos acontecimentos em torno das relações na sociedade civil.

As políticas educacionais brasileiras estão diretamente relacionadas ao processo de aprendizado e obtenção de resultados no andamento educacional nas estruturas das escolas brasileiras. A principal preocupação por parte do Estado é o maior número de escolarização, mas sem a preocupação da criticidade desenvolvida por parte dos alunos, condicionando a não relação entre educação, escola, cidadania e democracia (ARROYO, 2010).

A demanda por apresentar índices educacionais se torna mais considerável do que o aprendizado em si e, conseqüentemente, o resultado significativo dos baixos índices de educação no Brasil se torna um fator alarmante no sistema educacional. O que antes seria uma busca incansável por números favoráveis, hoje se apresenta como um problema grave.

Numa configuração de educação burguesa, por exemplo, a não preocupação com a luta das classes menos favorecidas é um dos principais projetos por parte da elite orgânica brasileira (representada pela classe média), desencadeando, assim, a não intencionalidade da consciência de classe e a criticidade do meio político, econômico e social em torno do indivíduo. Com intuito de criticar as formas educacionais burguesas, István Mészáros (2008) reafirma a noção de que o Estado capitalista defende a ideia dos próprios interesses, isto é, a idealização de uma certa “universalização” da educação, ou seja, uma educação para uma pequena parcela da sociedade.

Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. Pois também essa “contrainternalização” (ou contraconsciência) exige a antecipação de uma visão geral, concreta e abrangente, de uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, que vai muito além da expropriação, há muito estabelecida, do poder de tomar todas as decisões fundamentais, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, por meio de políticas como uma forma de alienação por excelência na ordem existente (MÉSZÁROS, 2008, p. 61).

O meio social tem uma significativa influência nas ações do alunado brasileiro, assim como a própria interação dos projetos desenvolvidos em prol da educação, atingindo diretamente toda a comunidade escolar, do ensino básico ao ensino superior. A influência da burguesia no cenário político brasileiro apresenta diversas discussões em torno do que se idealiza por uma “educação para todos”. O que no discurso demonstra uma posição favorável para todas as classes, na prática é o contrário, isto é, as posições de cada sujeito social influenciam no destino social e privado: educação superior aos filhos dos burgueses e uma educação mais básica aos filhos da classe trabalhadora.

Segundo Mészáros (2008), o Estado capitalista busca meios de favorecimento educacional a uma pequena parcela da população, ou seja, o ensino se restringe a um número reduzido de pessoas pertencentes a uma classe social específica, representada pela elite orgânica de uma determinada classe social, perpetuada desde o século XIX, e chegando até a atualidade, não dando possibilidades de acesso à educação de qualidade às classes mais baixas, incidindo diretamente sobre os índices educacionais.

Assim, o Estado é o principal responsável pelo estabelecimento das diretrizes educacionais, apesar do favorecimento de um setor classista em desfavorecimento de outro, mesmo que o discurso seja de uma unidade ou universalização da educação. Antonio Gramsci (1982) chama atenção para a divisão fundamental da escola “[...] a escola profissional

destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p. 118).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (2018), a educação abrange outras esferas sociais além do meio escolar, isto é, do convívio familiar, aos movimentos sociais e as manifestações culturais, dentre outros, destacando que o aprendizado não se limita à sala de aula. As atividades do alunado fora do ambiente da sala de aula despertam a criticidade em relação ao local em que reside e as possibilidades distintas de interação entre grupos sociais, ou seja, o entendimento humanístico em torno das perspectivas da sociedade à qual faz parte. Para a LDB, os princípios do ensino estão pautados em:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI – gratuidade do ensino público em estabelecimento oficiais;
 - VII – valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX – garantia de padrão de qualidade;
 - X – valorização de experiência extraescolar;
 - XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
 - XII – consideração com a diversidade étnico-racial;
 - XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida
- (BRASIL, 2018, p. 09).

A pluralidade por parte das diretrizes da LDB pauta-se em uma ideologia voltada aos parâmetros educacionais que levarão os alunos para o mundo do trabalho e às práticas sociais. À vista disso, os parâmetros indicam uma prioridade no preparo para o mercado de trabalho e às disputas capitalistas, não possibilitando, portanto, o processo de desenvolvimento crítico em sala de aula.

A educação como fator de desenvolvimento social é uma das principais discussões em torno da estruturação do ensino para as classes sociais. Assim, a universalização da educação se constitui como tema central de debate entre os especialistas na área, além de ser uma das principais bases para as promulgações das leis. O fato é que a universalização da educação tem se restringido aos parâmetros das leis elaboradas pelo governo, alinhado com a classe burguesa, não dando espaço para um ensino mais humanizado em sala de aula, apesar de teoricamente destacar uma educação para todos. Isso significa dizer que todo o aparato

educacional é bem dividido: de um lado um ensino voltado para o profissionalismo (classe trabalhadora) e por outro a aprimoração das ideias (classe burguesa).

A dinâmica capitalista e as ações do Estado inibem os procedimentos que incentivam as diversas possibilidades de práticas de ensino e sistematização metodológica. Sem a reflexão necessária para a inserção em sala de aula, a Base Nacional Comum Curricular representa o movimento de ações e interesses da classe dominante em defesa de seu projeto educacional, sendo o principal alvo a educação nas escolas públicas de ensino básico. Sobre o caráter normativo da BNCC,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como o define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como ferramenta nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação (DCN) (BRASIL, 2018, p. 07).

Interessante observar que as diretrizes do documento estão centradas no desenvolvimento da sociedade civil, apresentando pontos democráticos e de educação inclusiva. No entanto, o conteúdo normativo da Base acabou por ser uma das principais críticas destacadas pelos educadores brasileiros, principalmente dos especialistas em educação e ensino.

A orientação está direcionada às competências que o aluno deve alcançar e às aprendizagens consideradas essenciais, ou seja, o *modus operandi* conectado ao mundo do trabalho, deixando de lado as reflexões sobre a sociedade, característica central das Ciências Humanas, para uma formalização mais técnica.

Para a BNCC, o aluno deve assimilar um olhar inovador e inclusivo, não obstante, as prerrogativas em torno das competências acabam por não serem viáveis devido ao processo conteudista ser intenso e as exigências de cumprimento de carga ser maior, tornando-se uma concepção contraditória. Nesse sentido, apesar do documento afirmar o protagonismo do estudante, quando destaca a necessidade de superação radical das disciplinas e a vida cotidiana dos indivíduos, contraria o processo de planejamento de vida profissional e pessoal dos alunos, excluindo a participação do educador na prática escolar, ou seja, nas discussões sobre humanização e projetos futuros dos discentes.

Um das críticas apresentadas pelos pesquisadores da educação à BNCC diz respeito às entidades de cunho econômico e político que tinham interesse na mudança curricular do ensino básico. A ênfase do ensino profissional e técnico aos filhos da classe trabalhadora brasileira é o foco principal da discussão, deixando de lado a perspectiva de reflexão sobre os temas políticos presentes no país, ocasionando a alienação e operacionalização ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, mercantilizando a educação como ponto importante na dinâmica do Estado capitalista (MARSIGLIA *et al*, 2017, p. 114).

Com a homologação da BNCC, as redes e escolas particulares terão diante a si a tarefa currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica. Embora a implementação seja prerrogativa dos sistemas e das redes de ensino, a dimensão e a complexidade da tarefa vão exigir que União, Estado, Distrito Federal e Municípios somem esforços. Nesse regime de colaboração, as responsabilidades dos entes federados serão diferentes e complementares, e a União continuará a exercer seu papel de coordenação do processo e de correção das desigualdades (BRASIL, 2018, pp. 20-21).

A BNCC destaca a elaboração de currículo em cada instituição. É pertinente destacar que cada estado federativo tem suas demandas no que se refere aos procedimentos de planos de ação educacional. No entanto, não estabelece um parâmetro comum de como deve ser realizado o processo de aprendizagem no ensino básico. Segundo Rachel Souza (2018), “o que o documento não discute e nem aprofunda é a fundamentação sobre o processo de aprendizagem e os objetivos “essenciais”” (SOUZA, 2018, p. 74).

Além disso, na percepção dos pesquisadores há contradições no documento que estabelece, por exemplo, a divisão da educação básica em Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No entanto, a principal crítica está diretamente ligada ao Ensino Médio, sobretudo na área em que este trabalho se insere: Ciências Humanas e Sociais.

Quais os parâmetros de avaliação? Quem validará a garantia do direito? É um direito se apropriar dos saberes oferecidos pela escola? Quem os selecionou? São questões complexas que se fossem bem fundamentadas teórico-metodologicamente ajudariam a fomentar pelo menos um debate profícuo no ambiente escolar. A impressão que se tem, a partir da leitura do texto, é que a passagem dos “objetivos de ensino” presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais para os “direitos de aprendizagem” trazem apenas um aumento da responsabilização para o professor e a gestão. Estes sujeitos tem se tornado cada vez mais alvos de reprovação por meio do discurso governamental tendo por base os resultados das avaliações em larga escala. Entendemos que a qualidade da educação veiculada como direito ao acesso é diferente do direito

à aprendizagem. Direito ao conhecimento escolarizado e prescrito é uma redução aos significados da educação numa sociedade complexa e diversa (SOUZA, 2018, p. 74).

A autora destaca o ponto central das principais discussões complexas em que a BNCC não se direciona: a abertura e ampliação para as discussões em sala de aula das Ciências Humanas e Sociais no Ensino Médio. Nesse sentido, a organização com base somente em conteúdos e a interdisciplinaridade no ensino básico, no sentido teórico e metodológico, ocasiona, assim, possibilidades diversas no ensino básico nas escolas brasileiras, sendo uma abertura para debates sobre o conhecimento

Segundo Rachel Souza (2018), os campos das Ciências Humanas e Sociais acabam por se tornarem, na perspectiva da Base, fragilizados, ou seja, o discurso da burguesia, inserida no Estado Restrito¹, desencadeia uma educação pautada em favores e benefícios aos setores capitalistas da sociedade moderna contemporânea brasileira, isto é, o meio educacional acaba por ser profundamente atingido pelo descaso e sucateamento realizados pelo Estado capitalista.

O projeto da elaboração curricular burguesa é um dos fatores importantes em toda a trajetória de construção da Base, não possibilitando, no caso do Ensino Médio, a individualidade nas áreas conhecimento em função da retirada da obrigatoriedade das áreas do conhecimento, ocasionando a não reflexão humanística em sala de aula, chegando, até mesmo, a não possibilidade de espaço aos debates acerca dos pensamentos filosóficos e sociais. “Considerando que o papel da escola consiste na socialização do saber sistematizado, suas atividades devem ser planejadas tendo este referencial como ponto de partida” (MARSIGLIA *et al*, 2017, p. 110), ou seja, o âmbito escolar é local onde ocorrem as primeiras discussões sobre as sociedades e toda a conjuntura social, além de intercalar com o ensino conteudista, alternando crítica e conteúdo, sobretudo, na área da História para a compreensão dos processos históricos.

Por essas razões, com frequência o poder público produz documentos educacionais que apresentam novas formas de organização escolar, com renovadas estruturas curriculares, que pretendem transformadoras do que

¹ O filósofo italiano Antonio Gramsci entende o Estado como ampliado, isto é, um equilíbrio entre sociedades civil e política. Gramsci (2007) em sua obra “Cadernos do Cárcere”, especificamente, no caderno 13, presente no volume 3, em que pensa as estruturas do Estado e a atuação dos intelectuais, sobretudo os orgânicos, no andamento das perspectivas políticas, econômicas e sociais. Assim, para Gramsci, o Estado Ampliado é a junção de duas esferas: Sociedade Política ou Estado Restrito e Sociedade Civil. O entendimento da Sociedade Política é a competência coercitiva, ou seja, o Estado no seu sentido Restrito ou “Estado-Coerção”, isto é, formação de conjuntos de mecanismos das classes dominantes com o alcance do monopólio legal e cujo objetivo é o controle das burocracias estatais. A Sociedade Civil, principal objeto de estudo de Gramsci, corresponde e é formada pelo conjunto de organizações que são responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias na Sociedade (GRAMSCI, 2007).

poderíamos chamar de “núcleo duro” do sistema educacional, constituído pelos objetivos, por métodos e técnicas de ensino e por listagem de conteúdos das diversas disciplinas a serem desenvolvidas no ambiente escolar. A olho nu, são os aspectos curriculares as faces mais representativas das políticas públicas na área educacional. São também o caminho mais fácil para a intervenção do poder político na educação, como resultado de pressões de grupos hegemônicos da sociedade civil, por isso reformas curriculares não são fatos incomuns entre nós (ABUD, 2017, pp. 13-14).

As dinâmicas das políticas educacionais no Brasil serão sempre um fator significativo para a produção de documentos oficiais. Nesse caso, a BNCC se torna hegemônica a partir da ação do poder político (estruturas e grupos empresariais dominantes) e atuação direta na construção dos currículos educacionais brasileiros. O que antes poderia ser um ponto facilitador no ensino básico, torna-se um problema para os docentes, em especial, aos profissionais das Ciências Humanas e Sociais.

No Ensino Fundamental II, as disciplinas são trabalhadas de maneira independente e obrigatória, isto é, cada ciência terá responsabilidade de apreensão dos alunos em sua individualidade e a compreensão de cada disciplina de maneira isolada, apesar de constar nos documentos oficiais a necessidade de haver a interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento. Além disso, a BNCC reforça a ideia de alcançar objetivos e obedecer às competências preestabelecidas por cada disciplina, sendo obrigatório o estudo conteudista na íntegra e o alcance de índices educacionais, por exemplo, o IDEB/SAEB².

Diferentemente do Ensino Fundamental II, no Ensino Médio a obrigatoriedade estará na Matemática e nas Linguagens, as outras áreas do conhecimento serão opcionais, retirando a questão interdisciplinar, cabendo, apenas, a formulação da estrutura curricular de cada estado federativo, no que tange à organização de eixos temáticos e interdisciplinaridade nas áreas do conhecimento. A exemplo das Ciências Humanas, em especial a História – área que este trabalho está inserido –, os grupos hegemônicos, segundo Katia Abud (2017), não se interessam pela formação política dos estudantes, isto é, não é interessante que a classe estudantil se posicione politicamente, já que os conhecimentos humanísticos despertam o senso crítico em relação aos processos de dominação da classe dominante hegemônica.

² **IDEB:** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado em 2007. É um mecanismo de avaliação sobre a qualidade da educação brasileira e reúne as seguintes avaliações: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O IDEB é calculado via Censo Escolar e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em 18 de Maio de 2020.

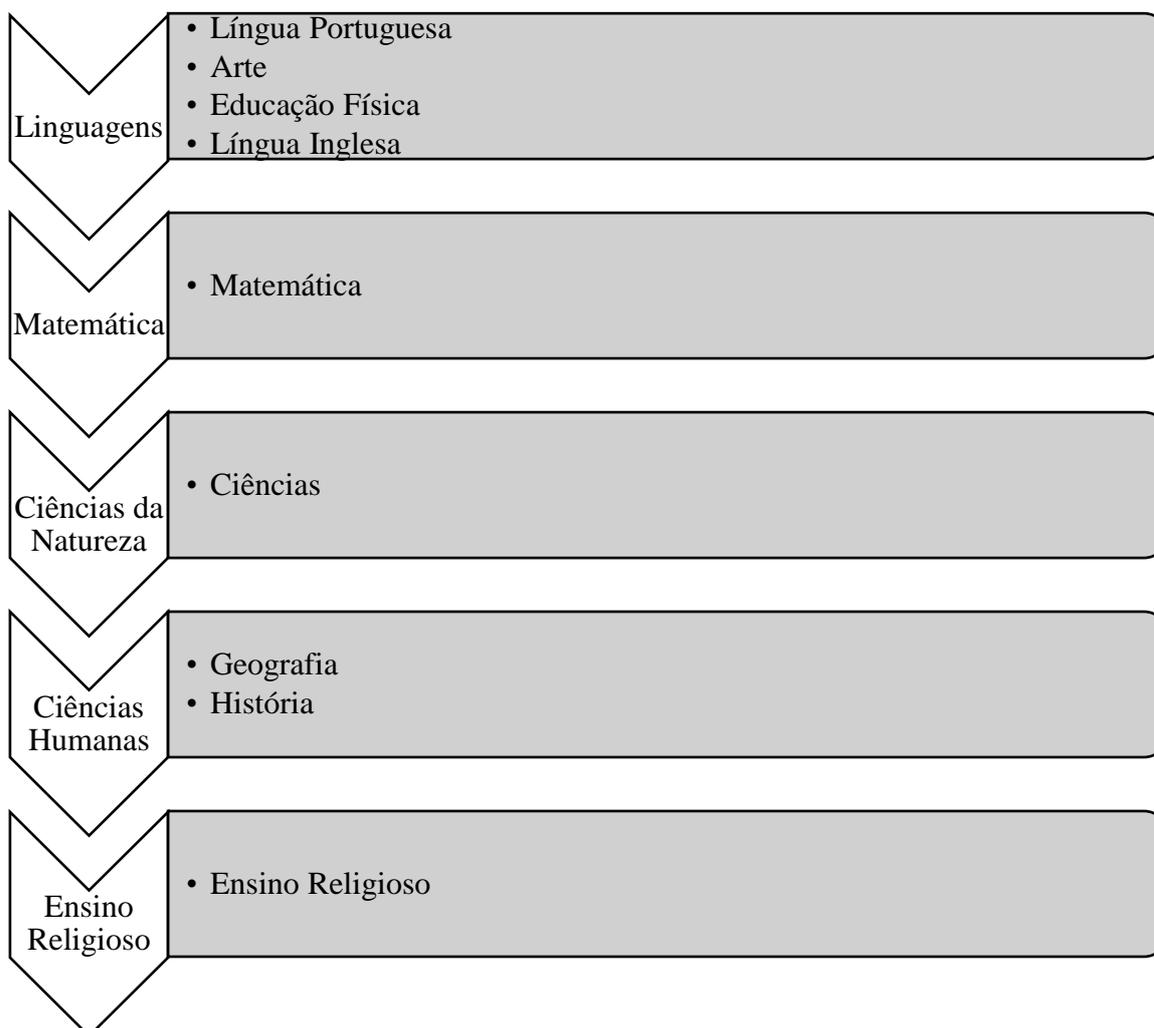
SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica é um conjunto de avaliações externas que permite, via INEP, realizar diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>. Acesso em 18 de Maio de 2020.

As práticas históricas são importantes para a formação cidadã dos estudantes, pois a criticidade no meio social de vivência é de suma relevância para a possibilidade de discussões e a associação direta para o exercício da cidadania, como também o entendimento das discrepâncias no mundo do trabalho e os privilégios da classe dominante no ensino básico. Diante disso, proporcionar ao aluno uma educação de qualidade, independente de classe social, é fundamental para a universalização do ensino.

O Parâmetro Curricular Nacional (PCN) – História (2006) apresenta as formas de ensino e aprendizagem para formação do aluno, oportunizando a contribuição frente a potencialidade cognitiva e transformadora do discente, ou seja, perspectivas de avanços em relação aos pareceres conteudistas. Significa dizer que os elementos trabalhados em sala de aula devem ser intercalados aos processos em torno das práticas sociais dos alunos, proporcionando relações entre passado e presente e, gerando, assim, senso crítico e abstração na compreensão dos assuntos trabalhados. Dessa forma, a BNCC destaca esses pontos, mas não esclarece de que maneira esses processos serão discutidos em sala de aula, sobretudo, no que tange às Ciências Humanas no Ensino Básico.

Na estrutura geral da educação básica (Ensino Fundamental e Médio), formulado pela BNCC, temos:

Organograma 1. Competências Gerais da Educação Básica – Ensino Fundamental



Fonte: BNCC – Versão Final (2018). Elaboração Própria.

Segundo a BNCC acerca do Ensino Fundamental e sua estrutura curricular, destaca-se que

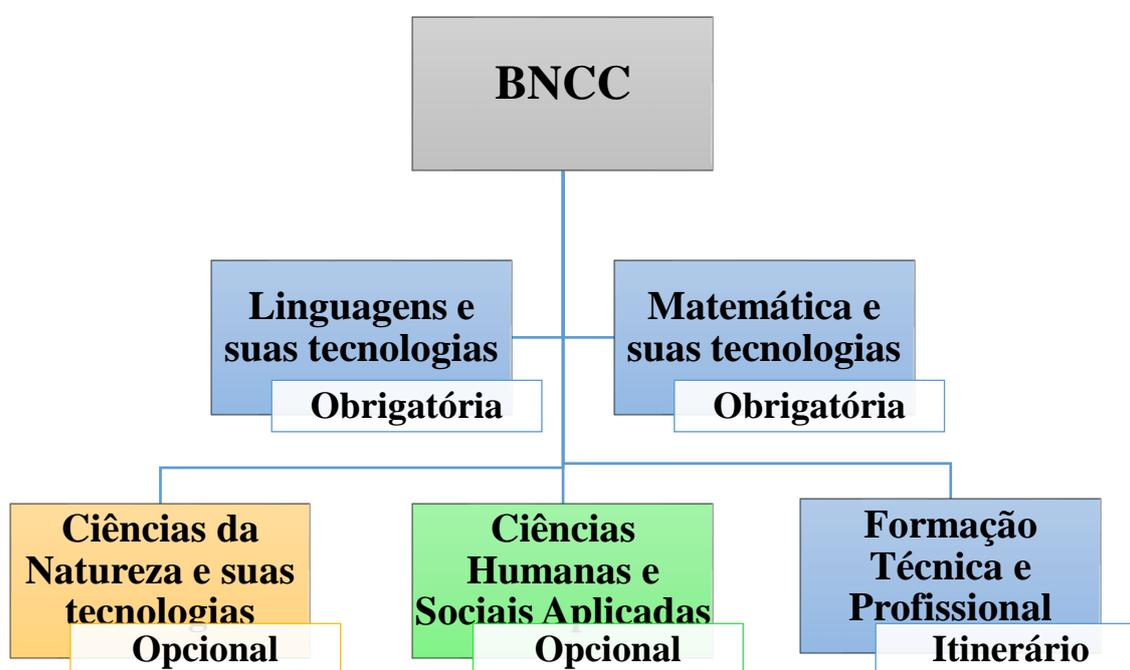
Na BNCC, o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010). Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes (BRASIL, 2018, p. 27).

O Ensino Fundamental é contemplado pelas disciplinas “isoladas”. Cada área vai debater e apresentar, além do conteúdo em si, as primeiras indagações aos alunos sobre as diversas temáticas a serem abordadas em sala de aula. O desafio principal dos professores é a metodologia que se deve adotar, haja vista que as séries são importantes para o desenvolvimento

de atividades que possibilitem um primeiro contato dos discentes com um pensamento mais crítico.

Assim sendo, os debates em relação aos procedimentos metodológicos atuantes no Ensino Fundamental estão interligados à maneira de como se planeja as aulas que serão ministradas para o melhor entendimento dos alunos e apreensão do conteúdo abordado. A partir do terceiro e quarto ciclo, o êxito no aproveitamento do ensino e aprendizado dos alunos configura uma boa elaboração metodológica e métodos para além do conteúdo expositivo, despertando a percepção do senso crítico das crianças e pré-adolescentes no ensino básico.

Organograma 2. Competências Gerais da Educação Básica – Ensino Médio



Fonte: BNCC – Versão Final (2018). Elaboração Própria.

Sobre o Ensino Médio, a BNCC destaca que,

A BNCC do Ensino Médio se organiza em continuidades ao proposto para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, centrada no desenvolvimento de competências e orientada pelo princípio da educação integral. Portanto, as competências gerais da Educação Básica orientam igualmente as aprendizagens dessa, [...] sejam as aprendizagens essenciais definidas nesta BNCC, sejam aquelas relativas aos diferentes itinerários formativos – cujo detalhamento é prerrogativa dos diferentes sistemas, redes e escolas, conforme prevista na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2018, p. 469).

O Ensino Médio se configura como um espaço de debates mais profundos em relação ao Ensino Fundamental. Segundo a BNCC, além do ensino e aprendizagem nas áreas

educacionais voltadas ao processo de acesso ao Ensino Superior, nas escolas públicas, a principal bandeira é a educação profissional. Nesse sentido, o currículo deve ser pautado nas disciplinas obrigatórias, nas opcionais (de acordo com afinidade do aluno e por sua escolha) e nas aulas de disciplinas técnicas (voltadas à profissionalização) direcionadas, prioritariamente, aos filhos da classe trabalhadora, para que sejam formados ao mercado de trabalho mais rápido e a curto prazo, sendo, portanto, diferente nas escolas privadas com a prioridade de acesso ao Ensino Superior.

Desse modo, fica nítido o objetivo do poder político hegemônico: uma educação burguesa, o sucateamento do ensino básico nas escolas públicas e a dificuldade para o ensino das Ciências Humanas, fundamentais para a formação dos alunos com base na criticidade e no engajamento político dos alunos, gerando, assim, uma criticidade direta ao sistema político e educacional brasileiro.

É importante discutir, também, acerca do ensino nas regiões brasileiras, no que tange à História não mencionada nos livros didáticos adotados nas escolas públicas, sobretudo, no caso deste trabalho, nas maranhenses. Aqui é necessária uma abordagem sobre a História Regional, além da perspectiva da BNCC frente a tais discussões, pois é primordial que os alunos conheçam sua História Local e tenham uma percepção de pertencimento a tais dinâmicas presentes em sua realidade próxima.

Segundo Maria Aparecida Toledo (2010), a História Local é entendida como uma movimentação da localidade de uma determinada população em que há grupos sociais comuns e que entendem a construção do conhecimento de seu passado, além da valorização de sua memória local. A autora afirma que a História Local rompe perspectivas da História Tradicional tratada nos livros didáticos, além de superar a qualidade do saber histórico trabalhado em sala de aula (TOLEDO, 2010, p. 745).

[...] pode-se afirmar que a história local tem sido compreendida como “história do lugar”, por vezes, ligada à abordagem da história regional e/ou micro-história. Mas também se encontra o entendimento de que se trata de **estratégia** ou **método de ensino** que permite articular; pedagogicamente, a História do Cotidiano ao espaço local e este ao nacional. No entanto, no campo da produção historiográfica, a “história do lugar” não está ainda suficientemente esclarecida, embora a localidade ou o lugar tenha se tornado objeto de investigação e ponto de partida para a produção de conhecimento sobre o passado (TOLEDO, 2010, p. 746, **grifos da autora**).

Dessa forma, a História Regional e a História Local têm o objetivo de apresentar ao seu público-alvo a História que permeia os indivíduos de um determinado lugar em que sua

própria história não é abordada, já que os parâmetros adotados seguem diretrizes nacionais por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e, na vigência educacional atual, a BNCC. O questionamento, então, amplia-se: quais medidas tomar em sala de aula, já que os livros adotados não abordam de maneira geral a História Regional? Qual a posição da BNCC e do PNLD para solucionar tais problemáticas?

A primeira indagação implica na questão metodológica do ensino-aprendizagem em sala de aula, além da necessidade de conhecer o que a Base discute e os mecanismos que o professor deve adotar ao longo das aulas sobre a História Regional. Nesse aspecto, o Governo do Estado do Maranhão, representado pela Secretaria de Educação – SEDUC/MA, com as novas prerrogativas da BNCC, elabora um plano educacional curricular sobre o território maranhense, a princípio direcionado para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, que tem como premissa a apresentação dos aspectos históricos e sociais sobre o Maranhão. Segundo o documento curricular maranhense,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro de 2017, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, advém de um forte processo de discussão e colaboração com os diferentes sujeitos que fazem a educação brasileira. A mesma visa orientar os entes federados na elaboração de suas propostas curriculares, cujo foco deve estar alicerçado nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Para a construção do Documento Curricular do Território Maranhense, foi realizada ampla mobilização das redes de ensino por meio de ação colaborativa entre a Secretaria da Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Maranhão (UNDIME-MA), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação do Maranhão (UNCME-MA) e o Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA), em que profissionais da educação e da sociedade civil tiveram a oportunidade de apresentar valiosas contribuições ao documento por via de consultas públicas presenciais e plataforma on-line. Houve uma preocupação em dialogar com as diferentes regiões do território maranhense, a fim de considerar a contextualização das aprendizagens, observando as características geográficas, demográficas, econômicas e socioculturais do estado, bem como temas integradores que se relacionam com a vida humana em escala local, regional e global, definidos na BNCC. Dessa forma, buscou-se respeitar e valorizar a autonomia pedagógica, a identidade e a diversidade de cada localidade, sem subtrair ao educador um documento balizador de suas práticas pedagógicas (MARANHÃO, 2019, p. 05).

Diante disso, esse documento curricular maranhense servirá como base para a elaboração dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) nas escolas públicas e privadas para suprir

as necessidades no ensino-aprendizagem nas salas de aula do Maranhão, além da importância do conhecimento de sua própria história política, econômica e social.

No quadro de organização feito pelo documento curricular maranhense, a temática deste trabalho está inserida no 9º ano do Ensino Fundamental, que, com as implementações da BNCC, fica organizado da seguinte forma:

Quadro 1. Organizador Curricular

9º Ano			
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES	ATIVIDADES SUGERIDAS
<i>Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946</i>	O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação. A crise da indústria manufatureira do Maranhão.	(EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946. (EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964, e na produção das desigualdades regionais e sociais.	Produção textual Fazer uso de letras de músicas que se reportam à ditadura militar, lendo as letras, interpretando e analisando à luz do tempo como, por exemplo: Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Geraldo Vandré etc.
	Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência. <i>A Oligarquia Sarney.</i> <i>Projeto Grande Carajás e expansão agrícola no Sul do Maranhão.</i> As questões indígena e negra e a ditadura.	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.	
	O processo de redemocratização.	(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do	Debate regrado

<p><i>Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946</i></p>	<p>A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.).</p> <p>A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais.</p> <p>Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira.</p> <p>A questão da violência contra populações marginalizadas.</p> <p>O Brasil e suas relações internacionais na era da Globalização.</p>	<p>final do período ditatorial até a Constituição de 1988.</p> <p>(EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.</p> <p>(EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.</p> <p>(EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.</p> <p>(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.), com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.</p> <p>(EF09HI27) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do país no cenário internacional na era da globalização.</p>	<p>O professor escolhe, juntamente com a turma, um mediador das discussões, um redator e um relator. Após essa etapa, a turma será dividida em dois grupos para o início das discussões acerca da modernização versus ditadura militar, com enfoque no estado do Maranhão diante desse processo (os grupos terão direito à réplica e tréplica).</p> <p>Linha do tempo</p> <p>Solicitar aos estudantes que construam uma linha do tempo da ditadura militar, por período de governos, explicitando as principais áreas de atuação: social e econômica.</p>
--	--	--	---

Diante desse organizador curricular, percebe-se que as formulações para a abrangência da História Local do Maranhão nas aulas de História foram modificadas³ e ampliadas, objetivando avanço e colocando a importância do conhecimento histórico maranhense em destaque. Assim sendo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) será de grande valia para a elaboração de materiais que abordem os estudos históricos sobre o Maranhão republicano nas escolas públicas e privadas.

Até o momento, o foco tem sido no Ensino Fundamental, haja vista a obrigatoriedade da História em sala de aula; ao contrário do Ensino Médio, em que o ensino das Ciências Humanas e Sociais é opcional e, por isso, as estratégias metodológicas deverão ser outras e elaboradas pelos docentes responsáveis.

No que diz respeito ao segundo questionamento, os governos estaduais e as legislações nacionais deverão estar sintonizados na elaboração, aplicação e ensino-aprendizagem dos alunos em sala de aula, como também a implementação de mecanismos que contemplem a História Geral do Brasil e a História Local.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da cidade de São Luís elabora um documento curricular específico para as atividades das escolas ludovicenses do Ensino Fundamental, pautada pela BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense.

A Proposta da Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís representa uma orientação para a prática educativa e considera os saberes que os estudantes já possuem em seu cotidiano e que são imprescindíveis para a aprendizagem. Esses saberes possibilitam o diálogo, a troca e garantem a apropriação de outros conhecimentos, de forma significativa. No documento preliminar da Proposta Curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede são apresentados os fundamentos legais e pedagógicos da Educação Básica, os propósitos e finalidades dos anos iniciais do Ensino Fundamental, as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a organização das áreas de conhecimento e componentes e o quadro organizador curricular, a contribuição dos temas integradores para os componentes curriculares, a orientação para o trabalho pedagógico, a estrutura do plano didático e a organização das rotinas, a avaliação nos anos iniciais do ensino fundamental e os critérios de avaliação. [...] Assim, com a atualização da Base Nacional Comum Curricular e Documentos Curricular do Território Maranhense, a Proposta Curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental busca favorecer a comunicação entre os conhecimento e aprendizagens, apresentando esta etapa de ensino estruturada para contribuir na formação dos estudantes, preservando as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes curriculares (SÃO LUÍS, 2019, p. 152).

³ As principais modificações foram a inserção de temáticas sobre a história maranhense que dialoguem com os processos em nível nacional.

Esse documento basicamente organiza, junto com o Documento Curricular do Território Maranhense (2019), a educação da rede pública de ensino em São Luís. Já que o Documento Curricular abrange o Maranhão inteiro, a SEMED elabora tais proposições para uma organização específica à capital maranhense. Baseado nas novas estruturas educacionais, a Proposta Curricular da Rede Pública Municipal de Ensino de São Luís (2019) destaca a necessidade da valorização do ensino-aprendizado nas escolas municipais, destacando as articulações necessárias para a valorização do ensino básico no Maranhão.

Além disso, percebe-se, em primeira instância, a movimentação estrutural para o Ensino Fundamental para que seja bem articulado o processo pedagógico nas escolas com a BNCC. Por isso, a necessidade de organizar o Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, para a centralização da alfabetização e a garantia do desenvolvimento de habilidades essenciais para a continuidade do processo educativo (PCRPM – SÃO LUÍS, 2019, p. 160). Dessa forma, a Proposta Curricular enfatiza,

Nessa premissa, a SEMED considera que o contexto escolar de letramento representa uma abertura de possibilidades, de modo que as práticas de leitura e escrita sejam significativas. Assim, a Proposta Curricular da Rede Municipal, pautada em documentos nacionais, assume uma organização curricular com definição das habilidades para cada ano, necessárias para garantir a progressão e a consolidação desse processo ao final do segundo ano, cujo entendimento perpassa pela garantia de direitos e não o prolongamento desse tempo. [...] Para tanto, a SEMED deverá considerar aspectos relevantes, tais como a ampliação e o aprofundamento da formação continuada para o/a professor alfabetizador o/a, fundamentados em ações efetivas e delineados pelos princípios éticos, estéticos e políticos, em um ambiente alfabetizador, como caminhos estratégicos, para o desenvolvimentos de aprendizagens significativas dos estudantes (SÃO LUÍS, 2019, p. 160).

No caso do Ensino Médio, o Ministério da Educação⁴ (2018), via site, apresentou a nova proposta do PNL D em consonância à BNCC, porém com vigência a partir de 2021, incluindo as competências e habilidades propostas pela Base ao Novo Ensino Médio. Segundo o MEC, os novos livros didáticos serão divididos por temáticas e áreas do conhecimento. Destaca-se que o aluno será quem escolherá a área para o estudo e, conseqüentemente, os livros didáticos destinados a esses alunos serão de acordo com as atividades desenvolvidas em sala de aula.

⁴ Livro didático 2021 começa a ser planejado de acordo com a BNCC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/72211-livro-didatico-2021-comeca-a-ser-planejado-de-acordo-com-a-bncc>. Acessado em 01 de julho de 2019.

Segundo a diretora de apoio às redes de educação básica do MEC, Renilda Peres de Lima, “o PNLD 2021 está todo desenhado para atender as competências e as habilidades da BNCC”. Ela observa que, segundo a orientação do MEC, são produzidos quatro materiais diferentes, além da parte comum recomendada pela BNCC. “Há cadernos temáticos, contemplando a parte diversificada, há os itinerários formativos, as obras literárias e o guia de tecnologias, para cobrir alguma temática ainda não coberta” (BRASIL/MEC, 2018, *online*).

Em resumo, quais competências e eixo configurador para os documentos atuantes na educação básica brasileira e maranhense? Veja a seguir a organização dos documentos oficiais:

Quadro 2. O que dizem os Documentos

DOCUMENTO	COMPETÊNCIAS	EIXO CONFIGURADOR
BNCC	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas do conhecimento; • Competências específicas da área; • Componentes curriculares; • Competências específicas de componente. 	Cada área do conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e destaca particularidades para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e o Ensino Fundamental – Anos Finais, considerando tanto as características do alunado quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização (p. 27).
DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento; • Pensamento científico, crítico e criativo; • Repertório cultural; • Comunicação; • Cultura digital; • Trabalho e projeto de vida; • Argumentação; • Autoconhecimento e autocuidado; • Empatia e cooperação; • Responsabilidade e cidadania. 	Para tanto, esse documento orientador propõe que se desenvolvam conhecimentos em consonância e balizados por princípios éticos, estéticos e políticos, apresentando, como visão orientadora geral e ao longo desta etapa de aprendizagem, o desenvolvimento de 10 competências, que devem ser entendidas como mobilizações de conhecimentos, atitudes, valores e habilidades, princípios orientadores de uma educação que atenda às demandas formativos da multifacetada e plural sociedade brasileira (p. 14).

<p style="text-align: center;">PROPOSTA CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL/SÃO LUÍS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Códigos/Habilidades-campo; • Objeto de conhecimento prática de Linguagem e Temas Integradores; • Possibilidades didáticas; • Avaliação. 	<p>Uma concepção de rotina em que o <i>tempo pedagógico</i>⁵ é construído em parceria com os estudantes, visando o atendimento de suas necessidades e o melhor aproveitamento possível do período em que permanecem na escola, uma vez que, especialmente com estudantes de classes populares, o aproveitamento do tempo-espço se insere no compromisso político de garantir o acesso dos estudantes aos conhecimentos historicamente construídos e socialmente valorizados, inclusive no tocante aos conhecimentos ligados aos conteúdos e habilidades que são mensurados nas avaliações de larga escala (p.172).</p>
--	--	---

Fonte: BNCC (2018); Documento Curricular do Território Maranhense (2019); Proposta Curricular da Rede Municipal de São Luís (2019). Elaboração Própria.

A organização dos documentos se dá na observação, elaboração e proposição no ensino básico brasileiro. A principal proposta dessa organização dinâmica é apresentar aos docentes as competências que devem ser alcançadas e os eixos configuradores no ensino, ou seja, parceria entre componente curricular e prática pedagógica.

Em tese, o desenvolvimento educacional no Ensino Médio terá uma complexidade muito maior que o Ensino Fundamental na construção de materiais didáticos em relação aos estudos sobre a História Local. Sendo assim, a prática docente se torna complicada pois o professor deve se atentar aos paradigmas e complexidades presentes na BNCC, nas legislações educacionais nacionais e estaduais, como o Documento Curricular Maranhense, e as novas promulgações do PNLD aos livros didáticos e a elaboração de materiais auxiliares no Ensino de História, no caso desta discussão, no Maranhão.

⁵ Pressupõe que cada eixo do ensino seja contemplado, sendo importante ao professor refletir sobre o que ensina, por que ensina e que tempo precisa para ensinar o que ensina (PROPOSTA CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2019, p. 169).

1.2 A hegemonia oligárquica no Maranhão Republicano: os primórdios do Sarneísmo

A BNCC é atualmente a diretriz norteadora dos aspectos educacionais e de ensino das escolas brasileiras em relação ao processo de ensino-aprendizado. É importante mencionar que a Base será o ponto de partida para as metodologias e eixos conteudistas em sala de aula. Nesse aspecto, o documento educacional justifica que cada estado federativo terá a responsabilidade de organização nos aspectos metodológicos e de conteúdo no que tange ao Ensino de História Local e às singularidades nas aulas de História.

Nesse ponto, o Maranhão se insere nas dinâmicas de organização de eixos temáticos ligados à História Local. Com a elaboração do Documento Curricular Maranhense (2019), posterior à BNCC, a importância do Ensino de História maranhense se torna um fator significativo para a aproximação e pertencimento de sua própria História, destacando as dinâmicas ocorridas no Estado maranhense ao longo da sua construção histórica.

Diante disso, a partir da observação do quadro organizador do Documento Curricular Maranhense (2019), tendo como foco o eixo temático *Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946*. A justificativa para os estudos do Maranhão em tempos de ditadura e continuidades desse período é por conta da importância da formação de estruturas políticas, econômicas e sociais por meio da consolidação da Oligarquia Sarney a partir de 1966.

Assim, demarcar a importância dos estudos maranhenses em sala de aula coloca em pauta a importância das discussões de um período significativo para a história maranhense e, ainda presente no Maranhão atual. Diante disso, é preciso sinalizar algumas discussões centrais para este trabalho: a Ditadura Empresarial-Militar, o processo de resistência, o conceito de oligarquia e a dinâmica dos primórdios do Sarneísmo.

1.2.1 (Re)pensando os movimentos de Resistência e a Ditadura Empresarial-Militar

Iniciando as discussões, os debates do Golpe de 1964 e da Ditadura instaurada no Brasil se estabelecem por diálogos e fundamentações teóricas das diversas correntes conceituais presentes na historiografia sobre o Brasil Contemporâneo. Este trabalho não se propõe discutir essas diversas concepções acerca do Golpe e da Ditadura, porém cabe uma reflexão e argumentação da categoria aqui defendida.

Ao longo do processo de Golpe e Ditadura estava em vigência no cenário internacional a Guerra Fria, embates políticos e ideológicos entre Estados Unidos (representante do capitalismo) e a União Soviética (representante do socialismo), dando vazão

aos golpes de Estado ocorridos na América Latina apoiados pelas camadas capitalistas. No entanto, as lutas em “combate” ao comunismo foram efetivas no continente no momento em que ocorre a Revolução Cubana, demonstrando uma forte ameaça aos setores atuantes do capitalismo, ou seja, era necessário derrotar e eliminar o “inimigo do progresso”.

Não obstante, a forte atuação dos Estados Unidos nos golpes era a garantia da ação nos setores econômicos, porém a classe empresarial burguesa e latifundiária “abrem os braços”, pois não eram interessantes reformas governamentais em defesa da classe popular, sendo um dos pontos cruciais para a desestabilização do governo de Jango feito pela classe dominante, mas não deixando de lado o corporativismo da alta patente militar.

É supérfluo acrescentar que a ingerência da CIA, além de envolver a colaboração com os conspiradores do continente e com as ditaduras por eles implantadas, articulava-se com os interesses das grandes empresas imperialistas norte-americanas que se sentiam ameaçadas pelas medidas nacionalistas tomadas por alguns dirigentes latino-americanos (NETTO, 2014, p. 37).

Sobre as correntes historiográficas conceituais do golpe de 1964, começa-se com Carlos Fico com sua obra intitulada **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar** (2004) na qual o autor destaca que a discussão começa fora do âmbito acadêmico, principalmente, nas colunas jornalísticas dos jornais que demonstravam sua opinião acerca do evento decorrente da época. Posteriormente, a discussão toma um caráter acadêmico, tendo um espaço maior na análise nos periódicos de vários setores da sociedade. Fico inicia sua exploração com a deposição de João Goulart e a implantação do Regime Militar em março de 1964, segundo o autor, já havia uma articulação dessa ação. Sobre isso destaca,

Muitos deles vinham participando de prolongada campanha de desestabilização do governo João Goulart, sobretudo através de atividades de propaganda política variada, capitaneadas pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estado Sociais) e pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que afirmavam a incompetência do governo e sua tendência do governo e sua tendência esquerdista. O golpe estava marcado para alguns dias depois da movimentação de tropas precocemente iniciada no dia 31 em Juiz de Fora (MG) pelo general Olympio Mourão Filho (FICO, 2004, p. 15).

Carlos Fico (2004) ressalta a presença significativa do IPES/IBAD⁶ que já havia sido discutida com maior teor pelo autor uruguaio René Armand Dreifuss em sua obra intitulada

⁶“O complexo político-militar, o IPES/IBAD, cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração. Concomitantemente, é feita a descrição da organização internacional desses intelectuais orgânicos, sua formulação de diretrizes políticas, seus canais de tomada de decisão e suas estratégias de ação pública e reservada, direta e indireta. O complexo IPES/IBAD representava a fase política dos interesses empresariais (DREIFUSS, 1987, p.161).

1964: A Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe (1987), o qual ressalta que esses aparelhamentos foram compostos pelos tecno-empresários, agentes inseridos na política e nos aparelhos civis que, de acordo com o conceito gramsciano adotado no presente trabalho, são apresentados como Intelectuais Orgânicos responsáveis pela nacionalização de um projeto para que se torne hegemônico. Alguns desses tecno-empresários estão presentes iminentemente nos projetos políticos e econômicos no governo brasileiro, sendo figuras influentes e responsáveis por muitos Planos Econômicos e desenvolvimento no país.

Fico menciona que a política brasileira é de “caráter espetacular”, mostrando que o desenrolar de todas as ações foram articuladas pelos militares e civis na realização do golpe de Estado em 1964. “O caráter espetacular da política, o brilho que emana do Estado, sempre marcou e continua marcando todos os que, como jornalistas ou historiadores, acompanhamos o desenrolar da vida social nos Estados modernos” (FICO 2006, p. 26). Logo, para Carlos Fico, o golpe foi de caráter Civil-Militar, enquanto o Regime estritamente no âmbito militar, militares esses treinados pela Escola Superior de Guerra nas ações políticas, apesar da execução do projeto tendo apoio dos civis, a sua participação na condução do Regime foi ínfima.

Outro autor que discute acerca do Golpe, é José Paulo Netto em sua obra intitulada **Pequena História da Ditadura Militar (1964-1985)** (2014), salientando a questão do golpe com “os setores reacionários da sociedade brasileira” (NETTO, 2014 p.17). Além disso, trata a atuação e colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas atuantes no país. José Paulo Netto configura o regime como **reacionário**, quer dizer, a articulação do golpe estava hostil à democracia. Ele destaca os interesses imperialistas na tentativa de resolver a crise econômica do capitalismo brasileiro,

Na sequência do golpe, as forças vitoriosas (o grande capital, nativo e estrangeiro, e o latifúndio) refuncionalizaram a estrutura do poder estatal de forma a resolver a crise econômica do capitalismo no Brasil à época, de modo a tender aos seus interesses na conjuntura de profundas modificações na divisão internacional do trabalho (NETTO, 2014, p.78).

Percebe-se que no teor da obra de José Paulo Netto está presente a perspectiva do capital financeiro estrangeiro em benefício à classe burguesa brasileira para legitimar os projetos hegemônicos na esfera estatal e privada. Além disso, o autor trata das questões dos Aparelhos Repressivos e a singularidade dos Aparelhos Estatais do Estado Restrito, frisando as conjunturas que levaram ao âmbito da sociedade civil, mas também a circulação do capital como forma de eliminar a crise econômica deixada pelos governos anteriores.

O historiador Marcos Napolitano em sua obra intitulada **1964: História do Regime Militar Brasileiro** (2014) discute o período ditatorial, desde a derrubada de João Goulart em março de 1964, o que ele chama de “golpe de Estado tramado dentro e fora do país” (NAPOLITANO, 2014, p. 05), complementando o que José Paulo Netto elaborou sobre a participação estrangeira no golpe. No decorrer da obra, Napolitano compõe capítulos descrevendo cada episódio específico no decorrer dos 21 anos de Ditadura. Considera o golpe civil-militar um “carnaval das direitas” (NAPOLITANO, 2014, p.40), o que nos leva a hipótese de um golpe de classe, também defendido por René Dreifuss. Destaca a sua interpretação do golpe de 1964 no Estado, demonstrando reações de ampla coalizão no setor civil-militar, denota-se que,

Defendendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. **O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira**, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo (NAPOLITANO, 2014, p.9-10. **Grifos nossos**).

Então, para Marcos Napolitano, o golpe dava início a uma divisão nos setores da sociedade brasileira, enfatizando as muitas diferenciações nos setores atuantes da política e economia, além de ter sido “o golpe de Estado foi um projeto de tomada do poder” (NAPOLITANO, 2014, p. 53), apontando que foi um projeto pensado, mesmo que “complexo, errático e multifacetado, mas ainda assim projeto” (NAPOLITANO, 2014, p.53). Assim, ao longo de sua obra o questionamento sobre o processo do golpe, na concepção do autor, deve ser encarado de forma complexa, de maneira que os civis estiveram presentes na condução do golpe e, posteriormente, a atuação dos militares foi protagonista. Dessa forma, o projeto hegemônico do golpe se torna efetivado, o que para os golpistas era um procedimento do Estado democrático.

O interessante a ser observado na obra de Marcos Napolitano é o traçado dos diversos setores da sociedade brasileira; política, economia e cultura, externando que a Ditadura estava presente e que o projeto objetiva consolidar-se nas mais distintas esferas da sociedade. Além disso, o autor discorre que a esquerda não era uma mera vítima e os golpistas, “golpistas maquiavélicos”, no sentido que não havia a ideia do “combate do bem contra o mal”, pois as relações são mais complexas do que se imagina. Diante disso,

A historiografia tem afirmado, com certa razão, que os reformistas e as esquerdas em geral não foram meras vítimas da história e de golpistas maquiavélicos. Estes se alimentaram dos erros e indecisões daqueles. Mas os erros políticos e o discurso radical das esquerdas, muitas vezes sem base social real para realizar-se, não devem descobrir um fator essencial. A opção do presidente em se aproximar dos movimentos sociais e das organizações mais radicais da esquerda foi vista com grande entusiasmo pelo campo reformista. Para eles, o presidente havia se decidido, finalmente, a ser o líder da revolução brasileira, o executor das reformas de base, “na lei ou na marra”, abandonando a política conciliatória (NAPOLITANO, 2014, p. 53).

Marcos Napolitano defende que o Golpe foi arquitetado tanto pelos civis, quanto pelos militares; ocasionando a deposição de João Goulart, porém o Regime sucedeu no âmbito militar. “O golpe civil-militar rapidamente se transformaria em um regime militar. O carnaval da direita civil logo teria a sua quarta-feira de cinzas” (NAPOLITANO, 2014, p.67). Desse modo, as relações das classes eram presentes nessas dinâmicas e, justamente, a discussão historiográfica sobre qual a representatividade que elas manifestavam nos setores e a preocupação de Marcos Napolitano na exposição nos capítulos nos diferentes assuntos, legitimando muitas ações de ambas as partes, os reformistas e os esquerdistas, os que eram a favor do golpe e os que não eram, evidenciando sua importância e papel nas relações de poder e reformulação.

Um ponto de suma importância para a dinâmica do período é a inserção da política da Doutrina de Segurança Nacional, visando a “ordem”, “hierarquia” e “disciplina”, ou seja, a eliminação do “inimigo interno” como foco nas primeiras bases dessa doutrina. Sendo desenvolvida pela Escola Superior de Guerra – ESG⁷ –, propagava a formação militar e a ordem de uma sociedade hierárquica.

Na elaboração dos seus ideólogos brasileiros, a Doutrina de Segurança Nacional contemplava não apenas a guerra convencional, caracterizada pela agressão externa, direta e declarada entre Estados: voltava-se antes para a guerra “não clássica”, a da “agressão indireta”, caracterizada por ações insurrecionais e revolucionárias – tratar-se-ia da “subversão interna”, que operava com a “guerra psicológica” (NETTO, 2014, p. 86-87).

⁷Criada em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) é um instituto de altos estudos e pesquisas no campo da segurança e defesa nacional. Tem por finalidade articular e consolidar conhecimentos voltados ao exercício das funções de assessoramento e planejamento da segurança nacional no âmbito do Ministério da Defesa. A ESG oferece diferentes qualificações na área de defesa, tais como o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), o Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), o Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados, o Curso Superior de Inteligência Estratégica e o Curso de Estado-Maior Conjunto. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/estudos-estrategicos/escola-superior-de-guerra-esg>>. Acessado em 19 de Janeiro de 2016.

Diante disso, a Doutrina de Segurança Nacional tem como questão central a garantia da segurança interna do país. José Paulo Netto expõe as seguintes prerrogativas exigidas por tal doutrina,

A criação de um **aparato repressivo**, encimado por uma **rede de informações** que permita detectar o “inimigo interno” (os “subversivos”), capaz de neutralizá-lo/eliminá-lo, e a implementação de uma **política de desenvolvimento econômico**, eficiente e assentada no planejamento para assegurar a força militar do Estado (NETTO, 2014, p.87, **grifos do autor**).

Com o desenvolvimento das diversas atribuições do Regime Ditatorial, a Doutrina de Segurança Nacional tinha como foco a manutenção da ordem e a proteção do “inimigo interno” sob os ditames da Escola Superior de Guerra, que tinha como papel principal; a) manutenção da ordem e proteção; b) papel de dirigente e c) exercer uma multiplicidade de funções políticas e administrativas. Sendo que as duas primeiras, contemplavam as funções exercidas pelo Aparelho Militar (BORGES, 2009, p. 20).

Nesse aspecto, Nilson Borges (2009) analisa a DSN como ponto importante no partido da burguesia, ou seja, os interesses da classe dominante eram postos em xeque para que os projetos que viriam a ser hegemônicos não fossem abalados ou não realizados por grupos contrários a esse determinado projeto. Além disso, o caráter repressor, de censura e truculência, ou seja, o Terror de Estado⁸ era iminentemente apoiado pela classe burguesa, justificando, também, ações dos civis (empresários) no andamento da Ditadura.

As Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, pra promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face social (BORGES, 2009, p. 21).

Percebe-se que a relação com a Doutrina de Segurança Nacional estava no sentido de manutenção das diversas esferas do âmbito estatal; política, economia e social, tendo em vista a segurança, ordem e hierarquia por parte dos militares e em consonância com a classe dominante dos civis. Com isso, a DSN acopla diretrizes que contemplam a parte política e econômica durante a Ditadura, quer dizer, os ditames prescindidos por essa doutrina estavam

⁸“A política de Terror de Estado (TDE) implementada pelas ditaduras civis-militares que se disseminaram pelo Cone Sul latino-americano, entre as décadas de 1960 e 1980, foi o mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidos pelas organizações populares” (PADRÓS, 2007, p.43).

interligados à manutenção dos planos econômicos desenvolvidos pelo governo e também às ações das empresas privadas nos setores de desenvolvimento econômico.

O próximo tópico da dinâmica da Ditadura é a questão da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, tendo como pioneira nesta análise a autora Maria Helena Moreira Alves em sua obra intitulada **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)** (1984), que tem como objetivo mapear a seguinte relação,

É objetivo fundamental deste livro examinar, no contexto do regime militar brasileiro, as relações entre Estado e a oposição, determinadas pelos complexos mecanismos de dominação política e social vigentes no país desde 1964. Tais processos de mudanças inserem-se, entretanto, num contexto mais amplo: devem ser considerados em relação ao papel específico que a economia brasileira tem desempenhado no sistema econômico mundial (ALVES, 1984, p.19).

Ao longo do texto a autora demonstra que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) estava inteiramente ligada à Ditadura e que, dessa forma, a ordem e manutenção do Regime eram funções desse projeto. Ainda destaca que o capitalismo foi uma válvula para as muitas mudanças na dinâmica ditatorial, ou seja, o capitalismo financeiro estrangeiro estava ligado e interligado na perspectiva do governo, influenciando as dinâmicas do aparato do Estado Restrito e também no complexo dos aparelhos privados de hegemonia, sendo uma arma para a manutenção do Regime. Alves aponta as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento,

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração do IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos (ALVES, 1984, p. 35).

Segundo Alves, a Doutrina de Segurança Nacional não podia estar desvencilhada do alto nível de desenvolvimento econômico, ou seja, uma economia forte refletirá na segurança interna do país e, conseqüentemente, nos maiores investimentos do capital estrangeiro; e que um não pode ser desenvolvido sem o outro: segurança e desenvolvimento.

Em primeiro lugar, os dois componentes são associados: não pode haver Segurança Nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico. A

segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território, assim como o treinamento de força trabalhista especializada (ALVES, 1984, p. 48).

Então, observa-se que a inter-relação com a questão econômica é de extrema importância para o desenvolvimento de toda uma conjuntura do processo, ou seja, o desenvolvimento nos setores da economia, como: industrialização, desenvolvimentos nos setores empresariais e estatais dentre outros, torna-se indispensável para integração da política econômica nacional.

Segundo a autora, o impulso nos diversos setores econômicos apresenta uma base econômica favorável aos investimentos do capital estrangeiro, elencando pontos de uma economia forte e bem estruturada. O governo tinha como principal foco, posteriormente será um fator importante nas ideologias do Milagre Econômico, a abertura para os investimentos e, também, com os incentivos das Superintendências de Desenvolvimento, o impulso para o avanço nas diversas regiões no Brasil. Diante disso, contempla a Política de Regionalização e Integração da DSND.

Sendo assim, a DSND em sua essência tinha como objetivo a manutenção, como dito anteriormente, do Regime, mas para, além disso, estaria nos setores de informação, planejamento dos programas governamentais em cunho político-econômico. Contudo, o combate da subversão também faz parte dessas diretrizes instituídas pela ESG como teoria de guerra e eliminar o “inimigo interno”. As bases da pesquisa da autora encontram-se nos aspectos das Institucionalizações, a respeito dos Atos Institucionais⁹ na configuração da política, e na questão da Segurança Nacional. Além dos comparativos dos setores da sociedade, que foram de extrema importância para a explicação de muitos aspectos da sociedade brasileira do período, principalmente a busca do “inimigo interno” e a participação estrangeira na gestão da política e economia brasileira.

Na historiografia de cunho marxista, o debate em torno do processo de Golpe e Ditadura no Brasil diz respeito ao aspecto empresarial e militar, ou seja, uma parcela significativa da sociedade civil, representada pelos empresários e a alta patente militar brasileira, articulam o Golpe de Estado em 1964, destituindo o presidente democraticamente eleito João Goulart. O historiador uruguaio René Dreifuss, em seu trabalho de matriz

⁹“Normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares, conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acessado em 31 de Julho de 2017.

gramsciana, com impressionante base empírica, construiu originalmente o entendimento conceitual da participação civil no golpe. Para Dreifuss (1981), a vitória de 1964 foi articulada em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), instituições do Estado Restrito que organizavam os interesses sócio políticos do capital multinacional e associado, o que nos remete a figura civil dos tecno-empresários para a representação do capital pós-instalação do golpe.

Dreifuss sustenta sua hipótese mapeando as principais agências que estavam envolvidas na articulação, como mencionado acima o IPES/IBAD, destacando a participação forte dos empresários, estreitando os vínculos com o poder governamental, legitimando os projetos pensados e propostos. Além disso, Dreifuss foi um dos primeiros a caracterizar o golpe como “civil-militar”, porém os “civis” que ele trata são empresários ou tecno-empresários, os quais representavam determinados projetos inscritos na sociedade, dividida em classes.

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários[...] os empresários e tecno-empresários que ocuparam os setores-chave da administração do Estado e os Ministérios eram ativistas do complexo IPES/IBAD ou industriais e banqueiros, que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo IPES para derrubar João Goulart (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Contudo, Dreifuss remete ao regime ditatorial como uma forma de exercício do poder direto e da fração de classe, na figura dos empresários, obtendo uma forte importância no apoio das Forças Armadas e assim concretizando o projeto de destituição de Goulart e a instauração de um regime militar e, conseqüentemente, a implantação dos projetos pensados pelos Intelectuais Orgânicos na nacionalização dos projetos do capital multinacional e associado no país.

Antes do debate sobre a categoria Empresarial-Militar, é necessário apresentar o que foi e a representação do revisionismo nos estudos acerca do processo ditatorial brasileiro. Em primeira instância, o revisionismo é uma compilação de estudos em torno de uma determinada temática em que, *a posteriori*, será feita uma releitura e, conseqüentemente, novas perspectivas de análises. Segundo Demian Melo (2013), a representatividade que o revisionismo aponta é uma reescrita da História e a possibilidade para novos argumentos teóricos e metodológicos, além de ser um ponto fundamental para a crítica historiográfica da temática estudada. Assim, o tema Ditadura brasileira não foi diferente, sendo um ponto fundamental para repensar as dinâmicas ao longo da Ditadura Empresarial-Militar.

Para o historiador Demian Melo (2012), “ao distribuir a culpa” ao conjunto da sociedade (a esquerda e a direita, os torturadores e os torturados, os que deram o golpe e os que o sofreram) tal revisionismo histórico acaba por incorrer, no campo de construção do conhecimento histórico, no mesmo tipo de mistificação conservadora que engendrou a Lei de Anistia e o pacto de conciliação que presidiu a transição para o atual regime democrático brasileiro. Recolocar o capitalismo no centro da reflexão sobre a ditadura, parece ser a tarefa presente do pensamento crítico nos embates que temos pela frente.

Dito isto, melhor seria que em vez de “civil-militar” nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contrarrevolucionária das classes dominantes (MELO, 2012, p. 53). O termo adotado, Empresarial-Militar, faz alusão a uma fração de classe, os empresários, que articulou o golpe juntamente com os militares¹⁰.

Em meio ao processo político autoritário e conservador ao longo da Ditadura Empresarial-Militar, os movimentos de resistência surgem de maneira central e significativa no Brasil. No Quadro Organizador presente no Documento Curricular do Território Maranhense, há uma passagem que enfatiza a importância desses estudos sobre os movimentos de resistência no Brasil, pois é fundamental entender que essas discussões em sala de aula são cruciais para a defesa da democracia, a liberdade nas diversas instâncias sociais, o que representou para a redemocratização e “fim” da Ditadura Empresarial-Militar. Em primeiro momento, é primordial discutir acerca do conceito de resistência e a importância no processo político brasileiro durante a Ditadura Empresarial-Militar.

A historiadora Denise Rollemberg (2015) define o conceito de resistência traçando processos históricos em alguns países europeus que tiveram experiências de governos autoritários/fascistas e dialogando, posteriormente, com as dinâmicas do Brasil ao longo da

¹⁰ Para maiores informações sobre os estudos historiográficos sobre o Golpe de 1964 e Ditadura, alguns autores base para as diferentes correntes. *Golpe Civil-Militar e Ditadura Militar*: FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004; NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. *Golpe e Ditadura Civil-Militar*: DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. *Ditadura de Segurança Nacional*: BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014; PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História e Lutas de Classes**, nº 4, julho de 2007, p. 43-51; PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras e Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, nº 1, p. 30-45, jan/jun, 2009. *Ditadura de Segurança Nacional e Desenvolvimento*: ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

ditadura brasileira. Em primeira instância, toma como base o conceito de resistência elaborado por François Bédarida¹¹, em uma obra escrita em 1986, em que fala de uma ação de resistência como forma de legitimar a liberdade da nação e a dignidade da pessoa humana, mesmo que seja de forma clandestina, lutando contra regimes dominantes com sistemas autoritários e fascistas.

Para Rollemberg (2015), a perspectiva de resistência é caracterizada de forma clandestina e ilegal, mas com foco na luta multiforme – armada ou não, e contra as forças de um determinado inimigo social, sendo de caráter militar, político, econômico e ideológico (ROLLEMBERG, 2015, p. 82). Nas palavras da autora, o aprofundamento do conceito e ações de resistência são essenciais para o processo de igualdade social, procurando os aspectos legítimos no sentido revolucionário no processo igualitário, ou seja, a reconstrução da ordem institucional da sociedade.

Se é preciso aprofundar o conhecimento das suas diferenças, a essência da sua unidade estaria em alguns aspectos: 1) o resistente é “dissidente”, no sentido do “rebelde fora da lei” ou que apela para uma “lei superior”, a da consciência; 2) todos os resistentes enfrentam o mesmo inimigo; 3) todos recorrem a métodos heterodoxos, estranhos às regras e às normas da guerra clássica; 4) todos os movimentos de resistência procedem da improvisação; 5) os grupos de resistência surgem da base, saem de iniciativas individuais, e não da vontade do Estado; são construídos de baixo para cima, da periferia para o centro com líderes improvisados (ROLLEMBERG, 2015, pp. 82-83).

Os movimentos de resistência no período da Ditadura Empresarial-Militar surgem a partir da arbitrariedade do Estado frente às ações governamentais estatais, tais como: autoritarismo, conservadorismo, truculência e outros, objetivando a busca pela igualdade social e inserção dos direitos da minoria na sociedade brasileira. Pode-se destacar diversos movimentos de resistência no Brasil em tempos de ditadura: Político, Estudantil, Religioso, Ligas Camponesas, Luta Armada, Feminino e outros. Claro que este trabalho não se propõe analisar esses movimentos como centrais na discussão do objeto principal deste estudo.

O caso do movimento de resistência via luta armada insere-se na perspectiva de insatisfação do andamento político do sistema ditatorial no Brasil, sendo os principais motivos de revolta e reivindicação a truculência do autoritarismo e das posições ideológicas conservadoras, ocasionados pelas diversas arbitrariedades por parte do Estado. Segundo Lucileide Cardoso (2014), o processo de luta armada se deu como forma revolucionária em prol do ganho dos direitos sociais “eliminados” pelos militares ao longo do período, além das posições de terror nos procedimentos estadistas, nas práticas violentas, o questionamento direto

¹¹ O texto utilizado pela autora para discussão do conceito de resistência é: BÉDARIDA, François Bédarida. “L’histoire de la Résistance: lectures d’hier, chantiers de demain. *Vingtième Siècle*, n.11, juillet-septembre, 1986.

com o abuso de poder e a ausência de democracia, apesar do governo se alto caracterizar como “democrático”.

Dessa forma, salientando a ideia de Lucileide Cardoso (2014), o principal objetivo da luta armada era a volta da democracia e dos direitos sociais por via armada, ou seja, a luta direta com o sistema, gerando um processo revolucionário articulado com fim da ditadura e a implantação do socialismo como forma de governo.

No caso do movimento feminino, é preciso dar espaço significativo à luta das mulheres ao longo da ditadura, pois o protagonismo dessas figuras acaba por ser deixado de lado, mas o valor político que exerceu na luta política foi e é considerável de grande importância. Segundo Maria Amélia Teles (2014), havia um embate das mulheres conservadoras que acreditavam na Ditadura como forma de governo, pois manteria a ordem social. Mulheres essas de classe média, brancas (em sua maioria), esposas de militares e influenciadas pela cúpula da Igreja Católica conservadora. Já as mulheres do campo progressistas e as de esquerda defendiam a organização social via Revolução, apesar do preconceito sexual ser a principal “pedra de tropeço” na participação ativa das manifestações.

Assim, a luta de resistência das mulheres estava e está ligada à defesa da democracia e liberdade e, ainda, ao rompimento com ideais machistas e patriarcais na sociedade brasileira (TELES, 2014, p. 13). O interessante é que a luta feminina não estava somente contra o regime ditatorial, mas também na luta contra as ideologias do grupo de esquerda pelo descrédito feminino na capacidade de resistir, lutar e decidir os rumos políticos, outrora feita somente pela classe masculina (TELES, 2014, p. 13).

Diante disso, a luta das mulheres se torna de suma importância, pois está para além de ideais políticos tradicionais, mas tem a ver com os direitos de igualdade de gênero e no papel fundamental nas relações sociais como protagonista na construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

O movimento estudantil tem relevância na década de 1970 como forma de reforço e legitimação da resistência contra a ditadura empresarial-militar. Angélica Müller (2016) apresenta que a resistência estudantil pode ser instrumentalizada como forma de combate contra o regime e suas atribuições violentas e truculentas. Os protestos dos estudantes estavam para além da educação, acoplando valores humanitários e ideologias de igualdade social.

A principal pauta, segundo Müller (2016), que desencadeou torturas e mortes de militantes, é o princípio de respeito à dignidade humana, apesar das divergências ideológicas. Nesse sentido, os manifestos dos estudantes em diversas partes do país destacavam a unidade em prol de uma reivindicação: a instalação da democracia, fim da Ditadura e integração social,

começando pela ampliação na educação e direitos aos estudantes do ensino básico ao ensino superior (MÜLLER, 2016).

A resistência da Igreja Católica se deu por parte de eclesiásticos de base (pertencentes à Pastoral da Terra). Renato Cancian (2016) destaca que no contexto de terror e violência repressiva, a Igreja Católica contestava a força da política e do regime ditatorial, além de expressar um conflito direto e aberto com os paradigmas dos governos militares, principalmente, relacionados aos assuntos de direitos humanos e questões da justiça social (CANCIAN, 2016, p. 96).

A resistência da Igreja Católica estava diretamente ligada ao movimento das Ligas Camponesas, centradas na problemática de retirada de direitos e da propriedade da terra dos camponeses. Cancian (2016) ressalta a ideia na qual a ação da Igreja Católica de base foi fundamental nas pequenas conquistas dos camponeses, apesar das perdas físicas e psicológicas. O autor argumenta que os “cristãos de esquerda” foram atuantes na luta contra o regime ditatorial e a busca da democracia no governo brasileiro, tendo como cerne os direitos sociais a população de classe baixa e a luta pela reforma agrária aos camponeses, levando, assim, ao conflito entre os governos militares e a instituição eclesiástica, mesmo que o alto clero tenha apoiado o Golpe de 1964 (CANCIAN, 2016).

O movimento de resistência, representado pelas Ligas Camponesas, destaca o quão importante foi para o olhar público as questões agrárias, haja vista a intensa luta social em prol do direito da terra pelos pequenos proprietários. Segundo Rubem Rêgo (1985), a garantia da posse da terra ao camponês permite a inserção de lutas em torno do respeito e igualdade social. No entanto, as condições de vida e perseguições políticas ocasionaram mortes e banalização do movimento por parte do Estado autoritário. Apesar disso, a luta camponesa pelo direito de posse da terra não deixa ser abafada pelo Estado e, sim, fortificada pelos resistentes em prol do combate ao latifúndio; ao projeto capitalista de expansão do campo e as perdas físicas e psicológicas dos camponeses no âmbito da terra (RÊGO, 1985).

No Maranhão, os movimentos de resistência estavam presentes não somente para protestarem contra o regime ditatorial, como também se oporem às medidas governamentais ao longo da Oligarquia Sarneísta. Nesse sentido, é imprescindível estar atento a dois movimentos centrais e importantes: o estudantil e camponês.

Os movimentos sociais no Maranhão explodem nas décadas de 1970 e 1980, principalmente em relação à violência dos conflitos fundiários que formam o marco da

resistência maranhense (BORGES, 1998, p. 43). O movimento estudantil¹² se insere a partir das mobilizações diante das medidas arbitrárias do governo do estadual, que, posteriormente, desencadeariam a greve da meia-passagem, em 1979, na cidade de São Luís, no governo estadual de João Castelo e municipal de Mauro Fecury.

A atuação estudantil no Maranhão foi de grande importância no enfrentamento direto com o Estado. Segundo Arleth Borges (1998), os principais objetivos dos estudantes, universitários da UFMA e UEMA, foram as conquistas da meia-passagem; a condução da sociedade civil para olhar crítico político do cenário nacional e maranhense; luta contra a expulsão da população rural para a cidade e a liberdade de organização estudantil nas ações políticas (BORGES, 1998, p. 47).

Na questão do movimento de resistência camponês, a questão fundiária maranhense começa a se desenvolver no Estado a partir da edição da “Lei Sarney de Terras de 1969”, cujo objetivo era a transferência de grandes extensões de terras aos grupos de empresários para a realização do capitalismo agrário (SILVA; CUNHA, 2012, p. 03).

As reivindicações dos camponeses estavam e estão – conflitos perpetuados até na atualidade – ligados à desapropriação de terras dos pequenos produtores; aos assassinatos de trabalhadores rurais e à falta de políticas públicas ao meio rural, ocasionando a expulsão dos camponeses para o meio urbano (a capital São Luís), o que acarretará as revoltas urbanas.

Segundo Aichely Silva e Valdeir Cunha (2012), o grande latifúndio é responsável pela má distribuição de terras, ou seja, quantidades menores de terrenos ou expulsão dos camponeses e enormes extensões de terras para os grandes empresários. Arleth Borges (1998) destaca que o movimento da terra, estudantil e religioso unem forças para o enfrentamento ao Estado maranhense em ações em prol da questão da terra (BORGES, 1998, p. 47).

Nesse sentido, com a promulgação do Projeto Grande Carajás (PGC), na década de 1970, houve as primeiras reivindicações contra a expansão agrícola, acerca da desapropriação de terras e do extrativismo vegetal e mineral na parte leste e sul maranhense para a inserção do capitalismo agroindustrial e exploração de minério pelo PGC.

Além disso, a questão da pecuária se torna mais grave, pois a necessidade de extensões de terras consideráveis acentuou a expulsão dos camponeses, levando à explosão dos movimentos de resistência da terra: “A Amazônia Legal constituindo-se numa região de

¹² Outros movimentos estudantis em São Luís – MA: Movimento Pastoral da Juventude/Universitária – 1978 (jovens católicos); Caminhada pela Paz – 27 de agosto de 1978; Ato Público na Praça Deodoro – 09 de novembro de 1978 (BORGES, 1998).

intensos conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros durante todo o regime militar (1964-1985)” (SILVA; CUNHA, 2012, p. 05).

Logo, o Maranhão não esteve estático em relação aos movimentos sociais e, sim, muito ativo nas reivindicações dos direitos sociais retirados ao longo da Ditadura Empresarial-Militar. Dessa forma, a hegemonia da Oligarquia Sarneísta, como forma de governo permanente, foi consolidada no meio político e econômico, mas sofrendo duras críticas da sociedade civil, sobretudo, os indivíduos da esquerda para inserção de políticas públicas à minoria maranhense. Contudo, é importante destacar esse processo de formação oligárquica no Maranhão e os sustentáculos presentes na sociedade maranhense ao longo de 50 anos. No entanto, é necessária a apresentação do conceito de oligarquia e a formação desse processo político no Estado do Maranhão.

1.2.2 “Ações políticas e privilégios particulares”: o conceito de Oligarquia

A oligarquia é um fenômeno presente em governos em que a organização política é estabelecida por poucos e por setores sociais específicos, político e privado, além da permanência de famílias e grupos governamentais por um período considerável na administração política e econômica. No dicionário de política organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998) destacam que etimologicamente é “governo de poucos”. Sendo mais específicos no significado e numa posição ética negativa, seria o “governo dos ricos” em sistemas democráticos e consolidados (BOBBIO, 1998, p. 835).

A importância na discussão desse fenômeno é a proporção em que se insere no meio político e social, pois detém poder e articulação sobre as demandas governamentais em um determinado espaço social, político e geográfico, chegando, até mesmo, a uma durabilidade significativa no andamento de desenvolvimento na sociedade em que está presente. Segundo Bobbio (1998), a oligarquia se insere em todos os regimes autoritários em que apresenta um caráter conservador e com valores negativos, apesar do discurso se apresentar como forma de governo democrático e com perspectivas sociais ativa.

Devido ao seu forte significado de valor negativo, o termo Oligarquia teve e tem ainda, na linguagem política, mais uma função polêmica que ilustrativa. Pode-se dizer por outras palavras que, enquanto é imediatamente perceptível seu significado valorativo, por ser imediatamente claro que, quando se diz que um Governo é oligárquico, pretende-se afirmar que ele é nocivo e chama-se assim justamente porque há vontade de o condenar, já não é tão inequívoco o seu significado descritivo, uma vez que, diversamente do que ocorre com outros termos da mesma família, como monarquia e democracia, que

designam um certo tipo de instituições, Oligarquia não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, **ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros**, e que **gozam de privilégios particulares**, servindo-se de **todos os meios que o poder ao seu lado alcance para os conservar** (BOBBIO, 1995, p. 835, **grifos nossos**).

A oligarquia se destaca pela vinculação de interesses em torno de ações políticas e privilégios particulares de classes dominantes em favor do grupo político atuante na sociedade, como também o alcance de favores de setores privados. Norberto Bobbio na obra **Estado, Governo e Sociedade** (1987) destaca que as subordinações entre governantes e governados terão perspectivas desencadeadoras na detenção de poder nas relações sociais desiguais (BOBBIO, 2012, pp. 15-16), significa dizer que a oligarquia, em si, será uma relação política em que os processos administrativos e sociais terão disposições diretas aos indivíduos no poder e, conseqüentemente, a sociedade acabará por ser “destinatário do poder de obediência” (BOBBIO, 1987, pp. 15-16).

Na perspectiva dos estudos políticos, o conceito de oligarquia tem sido utilizado como ferramenta analítica das relações sociais nas sociedades contemporâneas. Segundo Cláudio Couto (2012), a identificação dos processos de estruturas de poder oligarcas tem sido um dos principais fatores para a manutenção de governos autoritários, mas com discursos ditos democráticos, ou seja, a organização de oligarquias em governos hegemônicos é significativo para a “representação, a corrupção e a eficácia dos órgãos de ação coletiva, dentre eles, notadamente, o Estado e suas instituições representativas e de governo” (COUTO, 2012, p. 47).

Cláudio Couto (2012) apresenta uma das percepções de oligarquia estudada pelas Ciências Sociais na designação de grupos políticos tradicionais que governam uma determinada amplitude regional, dominando e determinando ações políticas em prol de seus próprios interesses (COUTO, 2012, p. 49). Na perspectiva gramsciana, a hegemonia de um determinado grupo político oligárquico gera ações da vontade coletiva, como também processos hegemônicos, tanto nos setores políticos quanto nos setores privados, gerando, dessa forma, uma elite política consolidada e com plenos poderes nas ações governamentais e sociais.

[...] a oligarquia é um regime organizacional no qual os indivíduos que detêm postos de comando conseguem agir continuamente de forma não subordinada aos princípios de legitimidade vigentes, pois não são controláveis pelos demais membros da coletividade organizada, podendo assim dirigi-la de modo a favorecer seus próprios objetivos em detrimento do que desejam os demais e/ou do que são os princípios legítimos de funcionamento da organização (COUTO, 2012, p. 57).

A oligarquia, no processo de organização política, consegue manter-se hegemônica durante muito tempo, porém, com princípios próprios e relações estabelecidas singulares e, por isso, os interesses políticos acabam por fazer parte das dinâmicas de governos democráticos. A oligarquização tem funcionalidade nas dinâmicas da captura de organização parlamentar e um discurso bem elaborado em torno das principais questões sociais e políticas, como também a atuação dos órgãos estatais na legitimidade de princípios fundamentais no controle das estruturas burocráticas públicas (COUTO, 2012, p. 59), isto é, a formação de um novo aparato político em substituição a um governo anterior e apoio direto do governo político vigente. Significa dizer, em tese, que a oligarquia “anda de mãos dadas” com a burocracia estatal, com os interesses do setor privado e o discurso “democrático” do fazer política na sociedade.

Com isto posto, as dinâmicas brasileiras passam por processo de Golpe de Estado e, conseqüentemente, mudanças na trajetória política, econômica e social. Diante disso, era necessária uma nova estruturação organizativa nos setores governamentais dos estados federativos brasileiros. Nessa prerrogativa, o estado do Maranhão se condiciona aos novos parâmetros ligados ao governo federal, ocasionando processos de integração social, projetos de cunho econômico e infraestrutural e relações de poder locais que formam paradigmas de hegemonia de poder aos moldes conservadores.

Nesse aspecto, o Maranhão se caracteriza pela permanência de grupos familiares tradicionais no corpo político, o mais conhecido e discutido é o pertencente à família Sarney, representado pela figura de José Sarney. O início dessa peculiar família oligarca se dá a partir da vitória eleitoral de José Sarney ao governo do estado em 1965, inaugurando a Era Sarneísta, que duraria 50 anos no Maranhão, em tese.

No Maranhão, a influência das oligarquias foi um fator considerável no ponto de vista político, econômico e social, ou seja, a permanência de um grupo familiar e político no cenário da política administrativa era frequente e sintomático. Na segunda metade do século XX, dois grupos políticos foram importantes na trajetória política maranhense: o Vitorinismo e o Sarneísmo. Segundo Maria Virginia Guilhon (2007) acerca das práticas oligárquicas no Maranhão,

Assim, estabelecendo estruturas governamentais fortes, o Estado maranhense expandiu continuamente o seu poder, restringindo a capacidade de mobilização dos grupos e de suas possibilidades de influência, de forma autônoma e a partir de seus interesses específicos, no processo de tomada de decisões em torno de Políticas Públicas. Esse processo se sustenta na centralização de recursos financeiros e políticos nas mãos de um grupo, o qual sistematicamente procede à intermediação/concessão desses recursos. É da ocupação desse “locus” privilegiado – o Estado – que a oligarquia retira o seu poder de controlar os grupos que se manifestam na esfera social. Nesse

quadro, a história do Maranhão sempre se caracterizou pelo surgimento de sucessivas oligarquias as quais empreendem lutas políticas que não obedecem à lógica da democracia liberal clássica, que é a de buscar fazer prevalecer políticas determinadas. Ela é feita, na verdade, no sentido de tomar posse de um patrimônio – o Estado – que representa fonte de riqueza, prestígio e poder (GUILHON, 2007, p. 02).

As oligarquias se estabelecem como um mecanismo de consolidação de estruturas governamentais, constituindo a expansão dos poderes das famílias tradicionais influentes no Maranhão. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, chegando ao fim na primeira metade da década de 1960, a Oligarquia Vitorinista¹³ se estabeleceu como forte poder político. Vitorino Freire, como principal representante desse poder político, detém de uma importância considerável nas dinâmicas políticas maranhenses no que tange ao fortalecimento das organizações oficiais ligadas ao governo.

A partir da década de 1960, as práticas políticas e administrativas da Oligarquia Vitorinista foram consolidadas, principalmente, por fraudes eleitorais em prol de membros aliados à figura de Freire. Muitos novos políticos começaram a questionar as posturas políticas de Vitorino Freire e seu grupo em relação aos procedimentos ligados aos governos, ocasionando, posteriormente, a organização e a constituição de um novo grupo político: a futura oligarquia de José Sarney.

Nessa lógica, as estruturas das oligarquias se fortalecem por alianças e favorecimento por parte de políticos atuantes nos municípios maranhenses, assim como o consentimento dos governadores no Maranhão diante aos aliados de recursos financeiros e políticos. Por isso, houve uma transição considerável de administradores, que migraram da oligarquia de Vitorino Freire ao Sarneísmo;

As oligarquias locais sustentadas num tipo de relação de dominação baseada na centralização de recursos financeiros e políticos por elas intermediados, exercem, ao mesmo tempo, e até por isso mesmo, a função de mediação entre poder local e poder central e entre interesses econômicos privados e o Estado, visando seu próprio fortalecimento. Oligarquia está sendo entendido aqui como um grupo atuante no âmbito político – administrativo, exercendo mediação entre grupos sociais de interesses e o Estado, de forma relativamente autônoma. [...] O surgimento dessa oligarquia (sarneísmo) correspondeu a

¹³ “O vitorinismo foi um coronelismo, por propender sempre a controlar o poder político por meio do exercício de um mandonismo sobre as formas superestruturais do sistema de poder do Estado. De suas formas de ação, excluía-se a propensão para a dominação econômica. Nesse caso (no plano do Estado), essa dominação se processava de forma indireta, ou seja, por meio do apoio que dispensava às suas bases de sustentação, pela concessão de garantias específicas. No plano político propriamente dito – esfera exclusiva do interesse do vitorinismo –, sua ação se centrava no controle dos partidos políticos e das sub-lideranças políticas com ele identificadas, que, juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do vitorinismo, o qual foi, portanto, um coronelismo por ter se vinculado, embora indiretamente, à existência de outro elemento que assegura a forma do coronelismo: a propriedade privada” (CALDEIRA Apud PEREIRA, 2008, p. 25).

condicionantes gerados pela luta política interna dos grupos pertencentes ao vitorinismo, oligarquia que antecedeu o sarneísmo, e a condicionantes externos, referidos ao interesse do Governo Federal em colocar no poder estadual um personagem com o perfil de Sarney, dentro da histórica dependência do poder local em relação ao poder central. Mas não se deve esquecer que as propostas de Sarney receberam forte apoio popular, por significar, ainda que ilusoriamente, um avanço em relação ao período vitorinista. Neste, o poder do Estado estava assentado basicamente em uma prática clientelista conjugada ao mandonismo aberto no qual não havia espaço para a modernização, agora prometida por Sarney e desejada pela população (GILHON, 2007, pp. 02-03).

As oligarquias locais são sustentadas pela relação direta de dominação, afirma Maria Virginia Guilhon (2007), centralizando recursos financeiros e políticos, além da intermediação do poder local (representado pelos municípios) e do poder central (governo do Estado), gerando as possibilidades de fortalecimento familiar e estatal. Dessa forma, o poder oligárquico é representado pela força política e o alinhamento nos setores sociais presentes na Sociedade Civil. Guilhon (2007) remete a formação de oligarquia à influência de poder sobre os setores políticos, controlando os ditames políticos de uma determinada ação política.

Na Oligarquia Vitorinista, a instabilidade governamental se torna mais central, se comparada ao Sarneísmo. Os governadores vitorinistas se mantêm no maior cargo estadual por um curto período de tempo, destacando, assim, a não homogeneidade da oligarquia e, também, as disputas contra hegemônicas no bloco de poder. Nesse ponto, a instabilidade política, apesar da durabilidade de 21 anos, foi um dos pontos mais centrais que fez com que um grupo contra hegemônico se manifestasse. Diante disso, os políticos que “nascem” no Vitorinismo, se consolidam no Sarneísmo e apresentam desempenhos favoráveis para a conquista da hegemonia¹⁴ do grupo Sarneísta.

1.2.3 Os andamentos políticos da Oligarquia Sarneísta: dualidade entre o velho e o novo

A abertura para novos ordenamentos políticos e novas práticas de relações de poder se abrem para a formação de um jovem corpo político e que, posteriormente, tornar-se-ia a maior coligação política no Maranhão. O discurso do novo e o fim das velhas práticas políticas eram

¹⁴ Para Gramsci, “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromissos, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2007, p. 48).

as principais discussões da chamada *Oposições Coligadas*, oposição aos parâmetros políticos e administrativos do vitorinismo (BUZAR, 2001).

Destacado nas lutas hegemônicas e contra hegemônicas do poderio estatal, os **governistas** (representados pelos vitorinistas) e **oposicionistas** (representados pela cúpula de oposição ao regime de Vitorino Freire) disputavam ideologicamente as questões políticas maranhenses. Por um lado, a permanência de um grupo político e já desgastado, de outro a renovação administrativa na política local, ou seja, segundo os oposicionistas, era necessária a extinção da arcaica conduta governamental para a entrada do novo, sendo composta pela inovação de ideias e novo fazer político no Maranhão, conhecidos como a Geração de 50 (BUZAR, 2001).

[...] Oposições Coligadas supõe implicitamente uma teleologia, qual seja, a de um movimento político ascendente, que foi progressivamente fabricando e conquistando espaços de poder até produzir uma ruptura com o status quo estabelecido, alterando de forma radical a estrutura política com a derrota do vitorinismo. Esta concepção pressupõe uma relação antitética (e maniqueísta) entre os dois grupos envolvidos na arena política: de um lado, Vitorino Freire seus pares, encarnando a **Ocupação**, um projeto autoritário e contrários às tradições maranhenses, perpetuando-se no poder através da violência e da fraude eleitoral, e do outro, as Oposições Coligadas, depositárias das legítimas tradições de liberdade e cultura da terra timbira, consubstanciando um projeto liberal, progressista e “salvacionista” para o Maranhão – a **Campanha de Libertação** (COSTA, 2001, p. 11, **grifos do autor**).

As **Oposições Coligadas** representavam o movimento político progressivo em ascendência, haja vista o enfraquecimento do Vitorinismo no Maranhão, além da apresentação das novas perspectivas de discursos no fazer político, como também a configuração de uma nova concepção na estrutura política e administrativa. O posicionamento do novo grupo político relacionava projetos governamentais em torno da administração, da infraestrutura e das questões econômicas, além da articulação intuitiva em relação à inovação política maranhense, isto é, segundo Wagner Costa (2001), um projeto progressista, libertário e de “salvação” para a sociedade do Maranhão.

Os primeiros passos para a entrada do Sarneísmo na população maranhense começam em meados da década de 1950, mas tem relevância na década de 1960, com a entrada de José Sarney na política, sendo uma figura lançada pela oligarquia Vitorinista. É emblemático pensar que toda conjuntura política de formação oligárquica maranhense tem a premissa no coronelismo¹⁵ presente no Estado maranhense, sobretudo, nos interiores. No entanto, as

¹⁵ Segundo José Murilo de Carvalho (1997), Coronelismo e Mandonismo se estruturam em poder local e suas relações diretas com o Estado Nacional no Brasil. O coronelismo é um sistema político com complexas relações

articulações, na maioria delas, são desenvolvidas e pensadas na capital São Luís para então serem “aplicadas” nos demais municípios.

O discurso dessa nova “proposta” política está em torno da novidade de organização administrativa no Maranhão, haja vista a oposição acusar os integrantes Vitorinistas de fraudulentos e com linguagem arcaica e, conseqüentemente, não possibilitando o diálogo com outras perspectivas políticas, econômicas e sociais. Nesse caso, o surgimento desse recente grupo político apresentava as rupturas e os desgastes da oligarquia de Vitorino Freire, abrindo possibilidades e inserção de um novo grupo político.

É importante mencionar que o número de governadores no período da gestão Vitorinista foi instável. Percebe-se, a partir do final da década de 1950, o início da decadência de Vitorino Freire e toda equipe na estrutura governamental:

Se no início de 1958 os políticos esforçaram-se para cumprir rigorosamente o acordo de entendimento entre Executivo e Legislativo, o Tribunal de Justiça, que deveria ajustar-se aos dois para dar substância à teoria da separação harmoniosa, mas independente, dos poderes, entrou o ano de maneira oblíqua. Em cumprimento às normas regimentais, teriam de realizar-se, em 8 de janeiro, eleições para a composição da Mesa Diretora do Poder Judiciário. Com a divisão reinante no Tribunal de Justiça, por força do alinhamento dos magistrados às facções políticas dominantes no Estado, a corrente que obedecia à orientação do Palácio dos Leões elegeu os desembargadores Nicolau Dino e Tácito Caldas para presidente e vice; já o segmento afinado com as Oposições elegeu os desembargadores Francisco Costa Fernandes Sobrinho e Eugênio de Lima para os mesmos cargos. Configurada, assim, a dualidade de mando no Poder Judiciário, irrompeu uma crise de dimensões profundas que, se arrastasse ao longo do ano, poderia causar repercussões nos meios políticos, comprometendo inclusive a realização das eleições majoritárias e proporcionais (BUZAR, 2014, p. 261).

O cenário estava formado e o fim da Oligarquia Vitorinista era uma perspectiva mais concreta com as disputas de poderes na representação das **Oposições Coligadas**. Diante disso, o cenário nacional se tornava propício para tais ações, além do panorama de alinhamento político no Maranhão em relação às dinâmicas nacionais, sendo umas das principais discussões a entrada do principal representante oposicionista: José Sarney, apoiado por intelectuais maranhenses, como exemplo, o poeta Bandeira Tribuzzi, importantíssimo em diversas aplicações e decisões administrativas nos primeiros anos do governo de Sarney.

de redes de poder que chega ao presidente da República, envolvendo compromissos políticos recíprocos. As primeiras práticas de coronelismo ocorrem na Primeira República brasileira. É um sistema nacional baseado em barganhas entre o coronel e o governo. Já o mandanismo é a existência de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. Não é sistema, mas uma característica da prática tradicional. Ver: CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

A principal meta da Oligarquia Sarneísta é a ligação com Estado capitalista em um funcionamento essencial para o alcance das novas possibilidades de concentração de ações conectadas ao político, econômico e social no que tange ao alinhamento do Maranhão às políticas federais, ou seja, o apoio institucional da Ditadura Empresarial-Militar. Logo, a premissa de discussão é: em que circunstâncias a consolidação do Sarneísmo no Maranhão foi significativa para o poderio estadista de José Sarney nas perspectivas de configuração do desenvolvimentismo?

O primeiro passo para a transição de uma oligarquia para outra está na ruptura das práticas políticas ditas “atrasadas”, para a entrada da “modernização”, isto é, o Maranhão tinha que estar pautado pelos ditames federais em relação ao projeto de desenvolvimento nos setores da política econômica e administrativa. Nesse sentido, o apoio dos militares e dos empresários ao candidato José Sarney combateria o Vitorinismo e alinharia o governo maranhense às dinâmicas da Ditadura Empresarial-Militar, quer dizer, os estados federativos precisavam de governadores apoiadores à ditadura e, assim, consolidar o regime e gerar apoios nos estados.

O aparelho estatal tem um papel fundamental no exercício das políticas econômicas para a expansão do capitalismo financeiro no Maranhão. Dessa forma, com a eleição de José Sarney¹⁶, em 1965, os projetos do Estado capitalista se tornariam hegemônicos e seriam essenciais no estabelecimento das políticas de modernização econômica e abertura do capital estrangeiro no Estado maranhense.

Segundo Maria de Fátima Gonçalves (2000), a partir de 1966, as primeiras medidas de “reorganização” administrativa se dão no Maranhão por meio das institucionalizações de medidas administrativas, leis e agências responsáveis pela manutenção de ações governamentais nos setores políticos e econômicos, sendo pioneira a criação de uma Superintendência estadual específica no estado¹⁷, e o apoio de alinhados nos setores civis, como empresários e intelectuais atuantes no Maranhão.

O discurso de José Sarney estava diretamente ligado “aos novos céus” no Maranhão, as propostas de campanha não estiveram presentes somente no período de eleição, mas se

¹⁶A eleição de José Sarney em 1965 foi apoiada pelos aparelhos privados de hegemonia, em especial os jornais de maior circulação no Maranhão – *O Imparcial* e *O Dia* –, levando a vitória e a transição de uma oligarquia a outra. Numa perspectiva de trânsito, a Ditadura Empresarial-Militar precisava de aliados nos governos estaduais e, por isso, o suporte à Sarney foi maciço e forte; posteriormente o estreitamento com o governo federal se torna mais efetivo, como comprovam os investimentos consentidos por duas Superintendências ao mesmo tempo, SUDENE e SUDAM.

¹⁷As atuações das Superintendências no Maranhão foram cruciais na manutenção da hegemonia Sarneísta, além do poderio do Estado capitalista na estrutura política e econômica em diversos setores maranhenses: infraestrutura, agroindustrialização e capital nacional e internacional.

perpetuaram durante todo o governo e os aparelhos privados de hegemonia¹⁸, no caso os jornais, faziam questão de apresentar um bom desempenho governamental de Sarney.

Diante disso, a política do “Maranhão Novo¹⁹” se torna quase uma lei no Maranhão, pois estrutura toda a organização de Estado, investimentos e a entrada estrangeira de capital, principalmente nos setores rurais.

A incorporação do “Maranhão Novo” nas práticas políticas configura novos procedimentos adotados pelo governo maranhense na gestão de Sarney. Uma das principais movimentações do novo governo se relaciona à entrada de investimentos capitalistas na pretensão de “retirada” do Maranhão dos níveis de subdesenvolvimento. O discurso de José Sarney tinha por cerne o caráter modernizador como forma de alcançar índices mais elevados de desenvolvimento político, econômico e social.

Desse modo, a impulsão da política do “Maranhão Novo”, sustentada por alianças entre setores do Estado Restrito²⁰ (principalmente capital estatal) e Sociedade Civil²¹ (empresas industriais e capital multinacional estrangeiro) tinha como objetivo o alcance de panoramas centrais ao aumento da produtividade nos setores rurais, modernização nas infraestruturas e organização administrativa no Executivo e Legislativo²² para a organização dos projetos e planejamento em torno do capital que adentaria o Estado. A utilização de mecanismos estruturais e projetos arquitetados pelos Intelectuais Orgânicos²³ na composição dos projetos hegemônicos, era primordial para que a hegemonia de governo se tornasse efetiva, concretizando a popularidade e credibilidade em Sarney.

¹⁸Na perspectiva gramsciana, são definidos como entidades que voltadas a disseminar ideias com obtenção da hegemonia, ou seja, responsáveis pelo consenso em torno de um projeto que pode vir ser hegemônico (GRAMSCI, 2001, p. 16).

¹⁹Política de governo da administração de José Sarney que consistia a mudança nos setores administrativos, políticos e econômicos no Maranhão, que vinha de oligarquia caracterizada pelos altos índices de fraudes e corrupções (Vitorinismo).

²⁰O entendimento da Sociedade Política é a competência coercitiva, quer dizer, o Estado no seu sentido Restrito ou “Estado-Coerção”, formação de conjuntos de mecanismos das classes dominantes com o alcance do monopólio legal, tendo como controle as burocracias estatais (COUTINHO, 1988, p. 76).

²¹A Sociedade Civil, que será o principal objeto de análise de Gramsci nas diversas relações de poder, corresponde e é formada pelo “conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias” (COUTINHO, 1988, p. 76).

²²Os panoramas articulados ao longo governo de José Sarney estavam interligados ao aumento da produtividade nos setores rurais, modernização nas infraestruturas e organização administrativa no Executivo e Legislativo.

²³Gramsci estuda a atuação dos Intelectuais na sociedade, detendo de fundamental importância nas tramitações políticas no meio Estado. O autor destaca dois tipos de intelectuais: tradicional e orgânico. O tradicional é aquele que está vinculado a um determinado grupo social, instituição ou corporação, além de destacar interesses próprios partilhando com membros presentes em seu meio, estão diretamente ligados com os estudos no campo dos saberes. Os Intelectuais Orgânicos podem ou não colaborar na elaboração do projeto que poder vir a ser hegemônico, no entanto seu principal objetivo é a nacionalização do projeto, além de serem ligados aos campos ideológicos. “Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz” (GRAMSCI, 2001, p. 16).

Ademais, foi essencial a estruturação de medidas e organização de ações governamentais para que a efetivação do “Maranhão Novo” fosse hegemônica, a exemplo disso, a criação de fiscalização administrativa e leis que estruturavam as disparidades entre governo e sociedade civil (representado pelo empresariado local e nacional) acabou por ser uma das primeiras providências de Sarney e sua equipe.

Além disso, as divulgações dos aparelhos privados de hegemonia destacam a funcionalidade entre Estado e Sociedade, apresentando indícios de apoio e reverência ao novo governador. Em um artigo intitulado *O Novo Maranhão*, publicado pelo jornal *O Dia*, é visível a concordância frente às novas medidas governamentais.

Há **uma atmosfera nova no Maranhão**. São Luís vai acordar de um longo sonho para integrar-se de corpo e alma no processo de desenvolvimento do Norte/Nordeste. As recentes eleições diretas levaram o aristocrático e abandonado Palácio dos Leões um novo governante. Gente nova com ideias novas, derrubando uma situação política que há vinte anos dominava o mais **potencialmente rico estado nordestino**. [...] São palavras de fé que traduzem o verdadeiro significado de mudança iniciada em nossa Terra pelos eleitores no pleito livre e limpo de outubro de 65, a que prossegue desde 31 de janeiro, com a administração do governo José Sarney [...] (*O Dia*, 11/06/1966, p. 03, **grifos nossos**).

À vista disso, o “Maranhão Novo”, em tese, representava um moderno aspecto de governabilidade de Sarney. Nesse sentido, o paradigma de construção para uma nova prerrogativa em alinhamento entre Estado, capital privado e centralização de poder, o que mais tarde seria a elaboração do “Milagre Maranhense²⁴”, projeto esse que consentiu a entrada de investimentos estrangeiros ao Maranhão. Assim, a política econômica maranhense, por meio do “Milagre Maranhense”, caracterizou-se pelo desenvolvimentismo imediato e a modernização a curto prazo e “eficácia” nas políticas de administração e infraestrutura.

A perspectiva de desenvolvimentismo no Estado se deu a partir da inauguração, desde a campanha eleitoral, do “Maranhão Novo”. O intuito dos intelectuais orgânicos envolvidos nesse projeto era a idealização de uma vinculação com o governo federal em relação aos investimentos, haja vista o apoio direto da Ditadura Empresarial-Militar nas projeções do desenvolvimento rural e infraestrutural.

Os investimentos estavam diretamente ligados às novas possibilidades de expansão da economia maranhense, isto é, o Maranhão precisava passar por mudanças administrativas para

²⁴ Política de cunho econômico e infraestrutural, interligado ao “Maranhão Novo”, que visava a ampliação de investimentos nacionais e estrangeiros, abrindo para o capital multinacional. Além disso, teve grande importância na implantação de projetos no Maranhão, como também, abertura aos paradigmas de administração política atuantes em diversos setores organizativos maranhenses.

o ganho de credibilidade dos investidores capitalistas, sobretudo, os estrangeiros. Para isso, captar investimentos e atrair empresas multinacionais eram as principais funções dos intelectuais orgânicos na tramitação dos projetos e considerados capazes de reverter os baixos índices econômicos e sociais, e trazendo novas oportunidades de ampliação das políticas modernizadoras.

As **dissensões** são gestadas no campo intelectual pelos formuladores da política de desenvolvimentos e dizem respeito, principalmente, às posições que assumem no planejamento regional, os setores da produção, notadamente, os chamados setores **primários e secundário** no contexto do projeto chamado “**Maranhão Novo**” (GONÇALVES, 2000, p. 154, **grifos da autora**).

Nesse caso, pensar os atuais benefícios de investimento era algo estritamente importante nos recentes padrões para o Maranhão, pois a modernização era um fator primordial para inserção das políticas federais e internacionais. Por conseguinte, foram implementadas várias medidas associadas à organização econômica e infraestrutural que ficaram conhecidas como “Milagre Maranhense”, pois abriram expectativas de investimentos em diversos setores econômicos: da industrialização à agroindustrialização. O “Milagre Maranhense” envolvia as Superintendências de Desenvolvimento²⁵ e o capital financeiro e multinacional, promovendo a ação estatal juntamente com a burguesia empresarial (ligados às Superintendências) para a visibilidade de tramitação em diversos projetos políticos e econômicos presente no estado maranhense.

As Superintendências atuantes no Maranhão eram a SUDENE e SUDAM. “Havia os investimentos que vinham das superintendências de desenvolvimento, SUDENE e SUDAM, que promoviam e incentivavam grandes projetos no seio do Estado para alavancar o próprio Estado” (MENDES, 2016, p. 331), ou seja, os investimentos que eram licitados pelo governo eram enviados pelas Superintendências, condicionados pelo nível e área do licitante e, assim, viabilizando a predisposição do capital frente à futura aplicação.

É pertinente destacar que a SUDENE tinha alvos específicos, voltados ao desenvolvimento e aos investimentos nos setores da industrialização e infraestrutura, mas também nos setores da agroindustrialização. José Sarney fazia questão de apresentar esses

²⁵As Superintendências de Desenvolvimento atuantes no Maranhão eram a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), concentrando os investimentos em diversas áreas políticas e econômicas. Além disso, José Sarney e a equipe de planejamento criam uma Superintendência específica ao Maranhão, que recebia, administrava e repassava capital para os editais e projetos elaborados por determinada área: SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão).

projetos do Maranhão aos superintendentes da SUDENE, destacando a forte atuação política e econômica no Estado.

Assim falamos na parte do desenvolvimento urbano, ocasião em que tratamos não só sobre o plano de habitação, como também de um programa específico que estamos pondo em execução já, se bem que ainda numa fase preparatório, mas já com algumas medidas positivas. Refiro-me ao Programa de Ação Concentrada do Ministério do Interior que terei oportunidade, a seguir, de tecer considerações maiores. No que toca ao desenvolvimento rural, achamos que no Ministério do Interior nós poderíamos cuidar de irrigação e então falamos do que temos feito e pretendemos realizar a irrigação. Falamos a respeito dos trabalhos a carga do GERAN²⁶. [...] Posso adiantar que houve grande interesse sobre o assunto, talvez mesmo o assunto que mais interesse despertou, já tendo, inclusive, atravessado as fronteiras e despertando o interesse de vários países em mais de um continente (ATA SUDENE, 25/06/1969, p. 13).

Na perspectiva de Victor Asselin (2009), no caso da SUDAM, o interessante estava na aplicação nos setores agropecuário e de agroexportação, isto é, a abertura ao capital estrangeiro e a entrada de empresas estrangeiras foram de fundamental importância na questão da problemática da terra, da grilagem e do latifúndio, sobretudo no interior do Maranhão, mas também para fundamentar as indústrias voltadas à agroexportação através dos investimentos da elite empresarial maranhense.

É interessante frisar que a atuação da SUDAM estava interligada à Amazônia Legal²⁷ e tinha como uma das principais prerrogativas o avanço no setor agroexportador. Em outras palavras, com a modernização promovida na política do “Maranhão Novo” os avanços nos setores da agricultura e pecuária eram de grande valia. Segundo Victor Asselin,

A SUDAM também atuou em cheio, promovendo e incentivando os grandes projetos. Estar de posse de uma área de 20 mil a 60 mil hectares era condição

²⁶ Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste.

²⁷ Para integrar uma região sempre pouco povoada e pouco desenvolvida, a Lei 1.806, de 06/01/1953 criou a (hoje extinta) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e anexou à Amazônia Brasileira os estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Aquele dispositivo legal também definiu que esta área seria chamada de Amazônia Legal, e através dela se concentrariam os esforços para combater o subdesenvolvimento econômico daquela parte do país. Em 1966, a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão que além de coordenar e supervisionar programas e planos de outros órgãos federais, muitas vezes mesmo os elaborava e executava. Os limites da Amazônia Legal foram estendidos várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. A sua forma atual foi definida pela Constituição de 1988, que incluiu Tocantins, Roraima e Amapá. Atualmente a região é responsabilidade de nova versão da SUDAM, autarquia federal criada pela Lei Complementar nº124, de 3 de janeiro de 2007 e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km², que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal mato-grossense, englobando a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acessado em 29 de abril de 2019.

prévia para merecer atenção da SUDAM. Os interessados, então, faziam uma carta-consulta à SUDAM, onde apresentavam um projeto agropecuário ou madeireiro, com todas as fases de execução já programadas, e aguardavam respostas (ASSELIN, 2009, p. 165).

Já no caso da SUDENE, os investimentos estavam em diversos setores: industrialização; infraestrutura e questão da terra, ampliando o leque de possibilidades de atuações no Maranhão. Outrossim, a execução financeira da Superintendência estava diretamente relacionada à entrada do capital estrangeiro e à implantação de empresas multinacionais no estado. Porém, houve a necessidade de criação de um órgão que recebesse e redistribuísse esses investimentos. Nessa conjuntura, cria-se, pela Lei nº 2669, de 29 de julho de 1966, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, que tinha como intuito,

(...) planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, visando, especialmente, aos seguintes fins, no âmbito da administração centralizada e descentralizada. A) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Estado; B) executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os programas pertinentes e realização de seus objetivos e integrantes do Plano de Governo; C) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou externa, ao Estado e aos Municípios; D) promover o treinamento, capacitação, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário à execução dos programas integrantes do Plano do Governo (LEGISLAÇÃO SUDEMA, 29 de Julho de 1966).

Com isso, após a legislação e promulgação da SUDEMA, os investimentos advindos, tanto da SUDENE quanto da SUDAM, eram recebidos por esse órgão e, posteriormente, destinados às devidas licitações nas áreas solicitadas que estivessem com os investimentos designados para determinada atuação capitalista. Além disso, foi a partir de realizações da SUDEMA que se deu o ponto de partida para a questão da concentração de terra e o latifúndio, consolidado no momento de aprovação da Lei de Terras de 1969²⁸, ou seja, com as atribuições dos investimentos feitos pela SUDEMA, estreitam-se as relações com o grande empresário rural e, também, ampliam-se os investimentos estrangeiros para a aplicação e implantação de capital por meio das empresas, haja vista as facilidades que o governo do Maranhão proporcionava dentro da política desenvolvimentista do “Milagre Maranhense” (ASSELIN, 2009).

²⁸Conhecida como **Lei de Terras Sarney**. Lei nº 2.979, aprovada em 17 de julho de 1969, e regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969. Promoveu subsídios para a consolidação do latifúndio no Maranhão.

Organograma 3. Atuações das Superintendências no Maranhão

SUDENE

- Industrialização e Infraestrutura.
- Incentivos ao Capital Financeiro.
- Investimentos Estatais.

SUDEMA

- Planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico do Maranhão.
- Administração centralizada e descentralizada.
- Receber e distribuir investimento advindos da SUDAM e SUDENE.

SUDAM

- Investimentos Agropecuários.
- Industrialização.
- Abertura ao Capital Financeiro Estrangeiro nos setores da terra.

Fonte: Elaboração Própria.

A SUDEMA tinha como principal objetivo a organização administrativa do estado maranhense, sendo de fundamental importância no desenrolar das atividades ao longo do governo de José Sarney. Caracterizada como autarquia, foi uma agência em que legitimou muitos projetos articulados ao longo da gestão do “Maranhão Novo”, diretamente ligado às dinâmicas dos investimentos do capital multinacional, como a legitimação do latifúndio por meio da Lei de Terras de 1969.

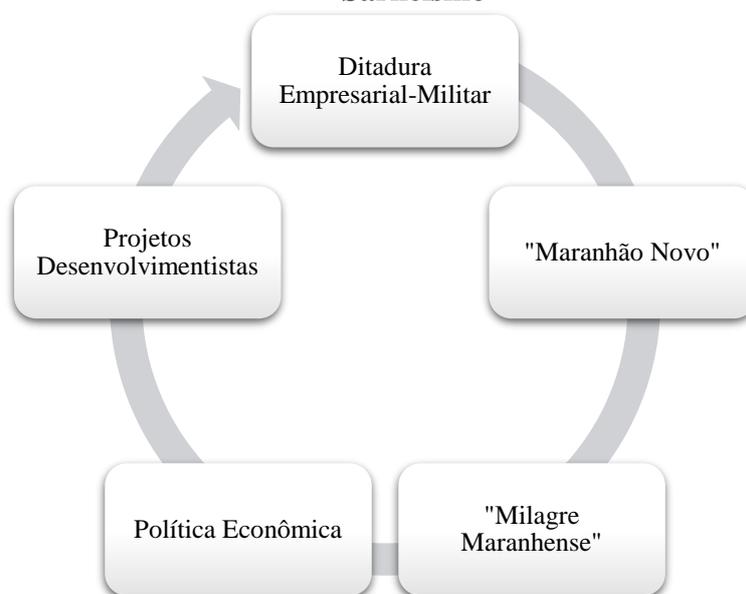
A SUDEMA foi a agência, por excelência, do chamado **planejamento regional**, ocupando uma posição elevada no âmbito da hierarquia estatal ao estar ligada diretamente ao governador de Estado. Convém notar que essa agência se relaciona ao poder e à autoridade dos peritos no campo intelectual, através das lutas pela hierarquia das disciplinas que concorrem à carreira burocrática, dentre as quais se destacam os bacharéis em Direito e os economistas. Por outro lado, a questão do chamado **desenvolvimento regional**, especificamente, a chamada “**construção de um futuro novo para o Maranhão**” liga-se diretamente à formulação de um documento chamado I Programa de Governo do Estado do Maranhão (1968), instrumento técnico de intervenção na realidade, enquanto dispositivo de poder. A SUDEMA foi uma agência de legitimação do projeto chamado “**Maranhão Novo**”, criada oficialmente como estrutura burocrática ligada ao planejamento dos produtos por ela elaborados, quais sejam, os programas e projetos, apresentam **dissensões** internas. Permitem, desta forma, a análise do **dissenso no consenso** de um suposto **projeto coletivo** (GONÇALVES, 2000, pp. 152-153, **grifos da autora**).

Diante disso, os projetos em torno da SUDEMA tinham como principal meta o desenvolvimentismo regional, ou seja, colocar o Maranhão em patamares de desenvolvimento imediato e competitivo, sendo umas das metas do “Maranhão Novo” a concretização do “Milagre Maranhense”. O Estado precisava apresentar bons desempenhos estatísticos, boa infraestrutura e “celeiro bom” para investimentos de empresas multinacionais, por isso, a necessidade de desenvolvimento da infraestrutura em diversos setores e cidades maranhenses, sobretudo na capital maranhense: São Luís.

A SUDEMA, como uma agência do campo político, já posicionada hierarquicamente no aparato burocrático, através dos agentes que a compõe, desenvolve estrategicamente dispositivos de legitimação no campo intelectual o que se dá pela elaboração e publicação de produtos intelectuais específicos à temática do planejamento. [...]A obtenção de reconhecimento e legitimação desses produtos intelectuais reafirma a estratégia de composição do exercício de poder pela legitimidade construída da SUDEMA como agência do aparato burocrático (GONÇALVES, 2000, pp. 158, 160).

Em aspectos gerais, a base para os investimentos infraestruturais se configurava em bases sólidas que o Estado construía. Em primeiro lugar, a aliança do Maranhão com grupo alinhado da Ditadura Empresarial-Militar (sustentava toda uma estrutura aos moldes conservadores). Em segundo plano, os investimentos do capital como forma de legitimar e assegurar os capitais vindo do governo federal, por meio da SUDENE e SUDAM, e o capital multinacional, pelas empresas privadas estrangeiras no setor agroindustrial. E, por último, os projetos ligados diretamente na modernização infraestrutural da capital e algumas cidades polos do Maranhão. A exemplo disso, a construção da Ponte José Sarney (inaugurada em 1970), marco da política do “Maranhão Novo”, representava as novas perspectivas no Estado maranhense.

Organograma 4. Configuração da Política Econômica no Maranhão em tempos de Sarneísmo



Fonte: Elaboração Própria.

Isto posto, os projetos infraestruturais inseridos no “Milagre Maranhense” eram aqueles que desempenhavam um papel na modernização imediata, ou seja, era preciso que o Maranhão estivesse em consonância aos processos capitalistas nacionais e internacionais para o bom desempenho econômico nas transações de capitais por meio dos projetos hegemônicos. Os principais investimentos estavam na construção de pontes, estradas e portos.

Articulando-se ao movimento de expansão do capitalismo monopolista no Brasil, sob a égide dos militares, o governo Sarney (1966- 1970) adotou uma política desenvolvimentista, materializada na aliança Estado-capital privado e na subordinação da máquina estatal aos interesses da acumulação capitalista, sem prejuízo da forte presença oligárquica (BARBOSA, 2003, p. 21).

Boa parte do capital foi destinado às construções da Estrada de Ferro Carajás, Porto do Itaqui e a Ponte José Sarney. Esses projetos estavam diretamente ligados ao “Milagre Maranhense”. A Estrada de Ferro e o Porto foram executados posterior ao governo de José Sarney. Apenas a Ponte²⁹ havia sido inaugurada em fevereiro de 1970, sendo reconhecida como marco do desenvolvimentismo no governo Sarney.

²⁹A Ponte José Sarney, conhecida atualmente também como a Ponte do São Francisco, foi o ápice do “Maranhão Novo”, além de marco da “modernização” no Estado maranhense. O cerne de tal monumento infraestrutural é a ideia de ligação entre o velho e o novo na capital maranhense.

O Projeto Grande Carajás havia sido planejado durante o governo de Sarney, porém foi executado no governo de João Castelo (1979-1982). Esse planejamento tinha como principal objetivo a expansão da entrada do capital estrangeiro ao Maranhão e, assim, a abertura a essas obras infraestruturais expandiu novas possibilidades de investimentos, além da atuação direta do governo federal por meio das Superintendências, haja vista o interesse da classe dominante em prol de ações e diálogo econômico com o capital financeiro estrangeiro.

Além do mais, muitas empresas estatais e estrangeiras, como por exemplo a antiga CVRD (antiga empresa estatal), atual Vale S/A (multinacional privada), tinham envolvimento com a construção da Estrada de Ferro, pois era necessário interligar dois estados brasileiros (Maranhão e Pará) com as maiores produções de minério de ferro viabilizando canais de importação e exportação. Contudo, a aplicação do capital legitimava o poderio do governo estadual de Sarney, isto é, o projeto do “Milagre Maranhense” se tornava hegemônico nas esferas do Estado Restrito e nos setores privados.

No caso do Porto do Itaqui, era necessário ter um porto para escoamento de importações e exportações no estado. De modo igual, sua construção demonstrava que o governo José Sarney era forte e a consolidação da oligarquia era mais evidente. A importância da edificação portuária representava um investimento infraestrutural de peso e apresentava o Maranhão como um “estado celeiro” para investimentos. Cabe-se ressaltar que nos dias atuais, via EMAP (Empresa Maranhense de Administração Portuária³⁰), esse Porto é pertencente ao governo do estado maranhense, tendo em vista o escoamento da principal fonte agrícola do Maranhão: a soja no sul do estado (PDZ, 2012).

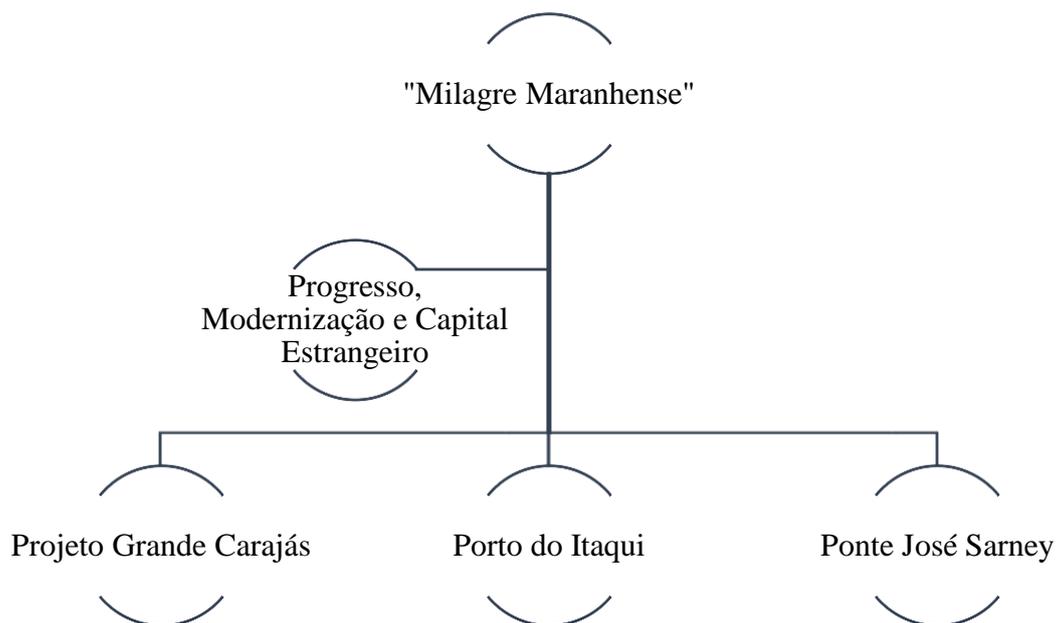
Já o caso da ponte José Sarney, representou a “entrada” de uma nova “era” no Maranhão. Com a política econômica do “Milagre Maranhense”, as construções infraestruturais se tornavam essenciais no âmbito do planejamento de governo. Diante disso, a ideia da edificação da ponte significava a expansão de São Luís do centro para fora, dando o início à ampliação e criação de novos bairros da capital na década de 1970.

³⁰“A Emap foi criada pela Lei Estadual nº 7.225, de 31 de agosto de 1998, e alterada pelo Art. 66. da Lei Estadual nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998, com jurisdição em todo o estado do Maranhão e no Porto do Itaqui, sendo vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. A Emap exerce a atividade de Autoridade Portuária do Porto Organizado do Itaqui, conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, em harmonia com as diretrizes do governo federal, por força de Convênio de Delegação nº 016/2000 celebrado entre a União e o Estado do Maranhão. Além da administração do Porto do Itaqui, a Emap tem por objeto social realizar a administração e exploração comercial dos demais Portos e instalações portuárias no Estado do Maranhão em harmonia com os Planos e Programas do governo do Estado. Conforme Decreto nº 27.879 de 29 de novembro de 2011 a Emap é administrada por um Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, os quais, com o Conselho Fiscal, formam a administração superior da empresa” (Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Itaqui, 2012, pp. 1-2).

A idealização de novos bairros apresentava uma perspectiva de renovação e, conseqüentemente, a hegemonia de um projeto desenvolvimentista frente às capitais mais desenvolvidas no Centro-Sul. Dessa forma, o governo Sarney se expandia e se tornava hegemônico, no ponto de vista das construções infraestruturais, pois tinha como ideal trazer a modernização ao estado e a equiparação aos estados mais bem desenvolvidos brasileiros. Quanto mais monumentos eram construídos, mais a possibilidade de chamar a atenção do capital estrangeiro e financeiro se tornava certo.

Por conseguinte, o “Milagre Maranhense” se moldava aos novos paradigmas do sistema capitalista, quer dizer, a equipe governamental de José Sarney articulava para que houvesse um tal milagre, no discurso de “terras boas para investimento” e, com isso, era necessário a modernização da cidade como todo e o discurso de Sarney de “progresso” se tornava, mais uma vez, hegemônico e condizente.

Organograma 5. Configuração da Política do “Milagre Maranhense”



Fonte: Elaboração Própria.

Em tese, a estrutura do “Milagre Maranhense” desempenhou o papel fundamental nas relações econômicas no Maranhão: 1) atração de investimentos do capital financeiro e estrangeiro; 2) projeção infraestrutural no estado maranhense e 3) materialização do discurso

do progresso, modernização e de “novos tempos” ao Maranhão, o que causaria, mais tarde, a duração do Sarneísmo por 50 anos.

O processo político, econômico e social no Maranhão se desenvolveu numa perspectiva voltada às implantações de projetos pensados na gestão de José Sarney³¹ no governo de estado. Com a implementação da Lei de Terras de 1969, a abertura aos investimentos do capital financeiro se tornou mais intensa no que tange ao sistema desenvolvimentista em relação aos projetos hegemônicos interligados ao Estado capitalista.

O Projeto Grande Carajás (PGC) foi o ápice da política do “Maranhão Novo” de Sarney. Embora coubesse ao Maranhão o protagonismo no desenvolvimento desse programa, havia projeções políticas e econômicas com o Pará, por meio de aplicações do capital do governo federal por meio da SUDAM. Com o Milagre Econômico ainda em vigência, no início da década de 1970, as possibilidades de implantação de projetos em nível internacional eram significativas, pois a questão desenvolvimentista era um fator primordial nas dinâmicas políticas econômicas no Brasil. O PGC funcionava como um “trunfo” para a arrecadação do capital multinacional e o Maranhão se manteve inteiramente ligado aos investimentos capitalistas tanto no estado maranhense quanto no Brasil.

O Projeto Grande Carajás foi um megaempreendimento econômico, político e social que teve início oficial em princípio da década de 1980, ainda que se tenha conhecimento de pretensões e de ações econômicas na região desde décadas anteriores, quando alguns diagnósticos apontavam a existência de metais na área. Esse empreendimento mineralógico foi executado, em sua maior parte, pelo governo brasileiro, mesmo assim, sua concepção e benefícios são compartilhados equitativamente com empresas estrangeiras. Para a execução do projeto em sua estrutura, de modo geral, o governo federal disponibilizou elevado volume de capital, oriundo de empréstimos em instituições financeiras nacionais e estrangeiras. Inicialmente esse investimento seria direcionado à construção de uma infra-estrutura básica: rodovias e ferrovias, também a reforma de portos e aeroportos, dentre outros empreendimentos menores. [...] Desde as primeiras descobertas de minério, em escala industrial no território brasileiro, datadas por volta das primeiras décadas do século XX, empresas estrangeiras exercem elevada influência sobre o minério brasileiro. Percebe-se claramente que os campos econômico, político e cultural internacionais subordinaram o Estado brasileiro no sentido de reduzir sua autonomia em múltiplas esferas nacionais sociais, e forçar a criação de leis favoráveis a seus interesses (SANTOS, 2009, pp. 1, 3).

O Projeto Grande Carajás marca um dos grandes projetos pensados no governo Sarney, destacando o poderio político da oligarquia e a consolidação de um projeto hegemônico, apesar

³¹Em maio de 1970, José Sarney renuncia ao cargo de governador para as disputas eleitorais, aspirando uma vaga ao senado e, por conseguinte, o vice, Antônio Dino, assume até que o novo governador tome posse.

do empreendimento ser realização posterior à gestão de José Sarney, foi articulado e posto em evidência no final de 1970, como parte integrante do “Milagre Maranhense”.

Numa perspectiva do desenvolvimentismo do “Milagre Maranhense”, o PGC foi o maior investimento por parte do Maranhão, Pará e o governo federal via SUDAM e SUDENE. Além da perpetuação efetiva, com atuação e exploração de minérios até os dias atuais via Vale S/A, a atuação se deu em meados da década de 1980, mas tendo operacionalização na década de 1990, sobretudo no governo de Roseana Sarney.

Ao longo da década de 1970, as políticas econômicas, além do PGC, centravam-se no setor de agroindustrialização e, posteriormente, na década de 1980, no comércio. Como mencionado anteriormente, o capital estrangeiro visava investimentos nos setores rurais maranhense, por isso, a implementação da Lei de Terras de 1969 foi de grande relevância na aproximação com o capital multinacional, mas também em empreendimentos urbanos.

Em consonância a isso, a expansão agrícola no Maranhão estava em torno de três fatores: 1) ampliação do capital para as áreas rurais; 2) expansão do agronegócio/agroindustrialização e 3) visibilidade para investimentos no estado maranhense. A região sul apresenta características favoráveis para as atividades de plantação e pecuária, devido ao bom desempenho geo-ambiental, haja vista boa parte do Maranhão, pertencer à Amazônia Legal (FERREIRA, 2011, p. 64).

O desenvolvimento agrícola se deu pela expansão da pecuária e, posteriormente, pelo cultivo de soja. Cabe ressaltar que o PGC gerou o desenvolvimento propício para a soja e é uma peça fundamental para a exportação estrangeira via ferrovia e porto (FERREIRA, 2011). Segundo Teresa Ferreira (2011), a ocupação das primeiras proporções agrícolas no sul maranhense, mais precisamente no município de Balsas, foi no ano de 1975 e na década de 1980 se tornavam hegemônicos, devido a visibilidade das ações projetistas para ampliação de produções agrícolas por meio das Superintendências, mas também via capital estrangeiro.

Para a expansão agrícola, o governo do Estado decreta o Programa de Desenvolvimento do Cerrado, promulgado pelo Decreto Federal de nº 75.320, de 29/01/1975, tendo como principal objetivo a abertura para a exploração da terra aos grandes grupos empresariais da agricultura e pecuária. Segundo Francisco Araujo (2017), houve ações de crédito e financiamentos para a estruturação da produção agrícola, em especial da soja, porém foi a partir da década de 1980 que o sul maranhense toma proporções consideráveis nos maiores investimentos capitalistas, pois o desenvolvimento do PGC já era uma base concreta e tomava perspectivas significativas para o avanço do capital rural no Maranhão (ARAUJO, 2017, p. 07). Nesse sentido, a aceleração da expansão da fronteira agrícola no cerrado maranhense causa

prejuízos às áreas pertencentes aos camponeses com o avanço dos produtores e empresários agrícolas, a partir disso a explosão dos movimentos sociais em prol da terra se manifesta.

Segundo Francisco Araujo (2017), o processo de expansão agrícola privilegia o Complexo Carajás por meio da criação de um corredor de exportações através da Estrada de Ferro Carajás, inaugurada em 1985, ligando o Pará, o Porto do Itaqui e São Luís; além da instalação de indústrias siderúrgicas, madeireiras, soja, pecuária extensiva e monocultura do eucalipto (ARAUJO, 2017, p. 10), ou seja, favorecimento para o grande empresariado e desapropriação do camponês de sua terra.

Organograma 6. Principais produções agrícolas no sul do Maranhão



Fonte: Censo Agropecuário/IBGE (1975). Elaboração Própria.

Segundo a Conjuntura Maranhense³² (1975), a apresentação de indicadores favoráveis nas aplicações dos capitais investidos em setores voltados à agropecuária, indústria e outros serviços (comércio exterior, comércio interestadual, energia elétrica, finanças públicas, bancário) acabava por ser essencial para a demonstração do desempenho governamental.

[...] a atuação do Governo do Estado, através do seu Plano de Ação Imediata, garantiu de certo modo a consagração dos bons resultados pelas atividades, notadamente a agricultura e a indústria que tiveram prioridade na fixação de

³²Documento anual publicado pelo governo do Maranhão via IPEI (Instituto de Pesquisas Econômico – Sociais e Informática) para apresentação do desempenho em números aos setores de investimentos e Sociedade Civil.

metas traçadas pelo PAI. Desta forma, o que inicialmente significava mais um esforço orçamentário do que propriamente a fixação de prioridades definidas pela esfera Governamental do Estado, o Plano de Ação Imediata procurou, no entanto, destinar ponderáveis reforços aos programas de transportes, urbanismo, agricultura e abastecimento, indústria e serviços. Além dessas providências de fortalecimento infraestrutura, foram também preconizados pelo PAI, medidas de saneamento financeiro de entidades da administração estadual cujo endividamento acumulado chegara a afetar a liquidez das empresas privadas maranhense. [...] De qualquer forma, o desempenho dos indicadores setoriais em 1975 permite considerar que a economia conseguiu se libertar do clima de desequilíbrio imposto pelos desajustamentos climáticos do ano passado. Isto leva, portanto, a inferir-se que a performance da atividade econômica de 1976 será de certo modo positiva, sobretudo ressaltando-se o fato de neste ano os efeitos negativos transferidos do exercício anterior (1974), forma perfeitamente neutralizados. Assim, a menos que ocorrências inesperadas se façam presentes no próximo ano, não serão necessários esforços no sentido de eliminar defasagens financeiras repassadas de 1975 (CONJUNTURA MARANHENSE, 1975, pp. 7-8).

O cenário da década de 1970 favorecia um bom desempenho nos setores econômicos maranhense, apesar do enfraquecimento do Milagre Econômico. Além disso, o terreno deixado via discurso de José Sarney e demais governadores aliados, exibia o Maranhão como “celeiro” favorável para a aplicação de investimentos, além da implantação de empresas estatais e privadas. Desse modo, os projetos arquitetados ao longo da Ditadura Empresarial-Militar foram de grande significância em diversas esferas, inclusive educacionais, ou seja, o discurso era a entrada do desenvolvimentismo no Maranhão e reversão de baixos índices nos âmbitos políticos, econômicos e sociais.

Quadro 3. Projetos Políticos Econômicos ao longo do Sarneísmo

PLANO	AÇÃO	PERÍODO	ATUAÇÃO
“Maranhão Novo”	Política administrativa	Governo estadual de José Sarney com resquícios ao longo do sarneísmo	Administrativo, político, econômico e social
SUDEMA	Autarquia de planejamento, coordenação e administração	Governo estadual de José Sarney chegando à meados da década de 1980	Organização e distribuição de capital advindos das Superintendências atuantes no Maranhão, como também, de outros setores de investimentos
“Milagre Maranhense”	Política Econômica e Infraestrutural	Governo estadual de José Sarney até meados da década de 1970	Políticas Econômicas de investimentos de capital nacional e multinacional
Lei de Terras de 1969	Titulação de terras devolutas e grandes extensões de terras	Final do governo estadual de José Sarney até meados da década de 1980	Organização e (re)distribuição de títulos e posses de terras devolutas a grandes proprietários de terras
Projeto Grande Carajás	Projeto Político Econômico,	Governo estadual de José Sarney e tem atuação até a atualidade	Exploração de mineração, construção de infraestrutura, como estradas e pontes

	atingindo o social		
Infraestrutura	Política de revitalização e ações modernizadoras	Governo estadual de José Sarney e atuantes ao longo das décadas de 1970 e 1980	Construções de sistemas habitacionais, estradas, pontes e portos
Comércio	Política Econômica	Trajectoria do Maranhão Contemporâneo	Indústria de pequeno e grande porte
Porto do Itaqui	Política Econômica, vinculado ao capital nacional e internacional	Articulado no governo estadual de José Sarney e posto em prática na década de 1970	Exportação e Importação de produtos
Agroindustrialização	Política Econômica e de integração rural	Governo estadual de José Sarney até meados das décadas de 1970 e 1980, mas chegando na perspectiva atual	Produção, Exportação e Importação de produtos rurais, além da integração com a pecuária

Fonte: Elaboração Própria.

Em meio a tais realizações, consolida-se a hegemonia da Oligarquia Sarneísta, além da fortificação e apoio direto do executivo federal durante o período da Ditadura Empresarial-Militar, que também se manteve no período da redemocratização brasileira. Nesse sentido, cabe reforçar a dimensão da ARENA³³ (Aliança Renovadora Nacional) no Maranhão, assim como as engrenagens de poder estabelecidos a partir de José Sarney.

É importante mencionar que os governadores atuantes no Maranhão durante e pós Ditadura foram figuras apoiadas por Sarney diretamente, mas que posteriormente, em meados do final da década de 1990 e a primeira década de século XXI, eram personalidades de relevância significativa e oposição (alguns deles, a exemplo, o próprio João Castelo), o que talvez seja um caminho para entendimento da longevidade de poder da Oligarquia Sarneísta.

³³ Com a promulgação do Ato Institucional N. 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu-se o pluripartidarismo e promulgou-se o bipartidarismo. Tecnicamente, esses partidos seriam um pertencente ao governo ditatorial e outro seria de oposição (porém uma oposição consentida). O Aliança Renovadora Nacional – ARENA era formado essencialmente por membros da UDN e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB formado majoritariamente por deputados do PTB como membros fundadores (SOARES; TAUIL; COLOMBO, 2016, pp. 11-12).

Organograma 7. Configuração Política Econômica do Sarneísmo



Fonte: Elaboração Própria.

O maior empreendimento sob influência de Sarney na política maranhense, pode ser identificado no momento que sua filha biológica e herdeira política, Roseana Sarney, assume o maior cargo estadual, por duas vezes, no final da década de 1990. Segundo Maria de Fátima Gonçalves (2006), a caracterização do Maranhão se dá por uma dinastia política poderosa que se perpetua por muito tempo e com influência e ramificações consideradas no ramo político maranhense. “Acrescento que José Sarney toma os laços pessoais (a *gene*) como critério de reinvenção de um projeto de política regional (*deme*), fundamento do **Maranhão Dinástico**. É perceptível o trânsito de José Sarney pelo campo político e pelo campo intelectual” (GONÇALVES, 2006, p. 56).

As perspectivas em relação aos projetos políticos continuam no mesmo andamento que Sarney deixa, haja vista os projetos estarem tomando proporções para grandes empreendimentos, como exemplo as aplicações para o Projeto Grande Carajás e os voltados para a infraestrutura. No entanto, o principal foco de Antonio Dino (seu vice) estava no desenvolvimento do “Milagre Maranhense” e os trâmites da Lei de Terras, pois eram necessárias aberturas para a modernização rural no Maranhão (ASSELIN, 2009).

Diante disso, os principais empreendimentos ao longo do Sarneísmo se deram no governo de João Castelo com a implementação do Projeto Grande Carajás, com proporções nacional e internacional, com a entrada de capital estrangeiro no Maranhão e no Pará,

representando os maiores investimentos aplicados no estado. Dessa forma, a influência de José Sarney nas décadas de 1970 e 1980 estava em torno das aplicações capitalistas no Carajás, sendo de responsabilidades dos sucessores governadores maranhenses a manutenção de tal projeto, como também a construção do Porto do Itaqui.

E assim, os governos estaduais seguintes, comprometidos com a lógica de expansão do capitalismo, continuaram falando – e muito – em desenvolvimento, crescimento econômico, modernização, enfim, do Novo Maranhão que estaria surgindo. No final dos anos 1970 e nos anos 1980, alardeava-se o progresso que chegaria através dos projetos do Programa Grande Carajás (com destaque para a ferrovia da Vale do Rio Doce e para a instalação da multinacional ALUMAR em São Luiz). O governo e os jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos (isso mesmo, um milhão!) para os maranhenses, o que elevaria as condições de vida e trabalho de toda a população (COSTA, 2002, pp. 14-15).

Segundo Wagner Costa (2002), as relações capitalistas nos governos posteriores ao de Sarney destacam a conjuntura de consolidação da Oligarquia Sarneísta, que teria como ápice a entrada de Roseana Sarney ao governo do Maranhão via política “Novo Tempo”, além de abrir espaços para as diversas entradas de investimentos do capital multinacional estrangeiro e com ele, segundo Victor Asselin (2009), a violência física e psicológica, principalmente, sobre a população rural do interior maranhense.

Segundo Maria Núbia Pinto (1982), o discurso do “Maranhão Novo” e de políticas posteriores a ele eram simples conversões para convencimento, numa concepção gramsciana, seria a nacionalização do projeto da Oligarquia Sarneísta.

Roseana Sarney foi governadora do Maranhão em três mandatos, dois deles na década de 1990 com o slogan “Novo Tempo” – retornando as ideias de Sarney do “Maranhão Novo” – e o terceiro na primeira década do século XXI – assume por sentença judicial via Supremo Tribunal Eleitoral em 2006³⁴.

Segundo Wagner Costa (1997), os paradigmas de Roseana Sarney estavam relacionados às novas políticas econômicas interligadas ao neoliberalismo, além da ideia da educação em curto prazo. Nesse sentido, a ideia da oligarca, com o mesmo discurso do seu pai, era colocar o Maranhão em patamares altos frente aos estados do Centro-Sul, remetendo, novamente, ao retorno de políticas do “Maranhão Novo”.

³⁴ Para a matéria na íntegra, ver: *TSE confirma cassação de Jackson Lago*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/tse-confirma-cassacao-de-jackson-lago/>. Acessado em: 24 de Junho de 2019.

A carreira política de Roseana Sarney Murad começou com o cargo de deputada federal em 1990. Nas eleições de 1994 foi eleita governadora do Estado do Maranhão. Situada em posição semelhante no campo político que vinte e nove anos antes José Sarney se encontrava, reafirmou mais do que uma mera “herança naturalizada” nos padrões de explicações usuais, um exercício dinástico de práticas de poder político. Foi reeleita governadora do Maranhão em 1998 e se tornou, nos meados de 2001 e início de 2002, pré-candidata do PFL às eleições presidenciais. Foi eleita, após renúncia dessa candidatura, Senadora da República do Maranhão (PFL). [...] Se há de se pensar em clivagens nas formas de gestão e nos dispositivos de poder, sugiro que a análise se encaminhe para uma suposta *transgressão dentro da ordem*, a exemplo da prioridade de Roseana Sarney Murad dada à imagem midiática ligada aos rituais, diferentemente de seu pai, José Sarney, que tendeu a construir a imagem da “modernidade”, por assim dizer, nos moldes “técnicos” do “planejamento”, voltado ao que é chamado de “desenvolvimento regional” (GONÇALVES, 2006, pp. 57-58, 60).

A consolidação do Sarneísmo se intensifica nos anos posteriores e isso gerou o monopólio desse grupo e, conseqüentemente, a hegemonia da oligarquia. Nesse sentido, a vitória eleitoral de Roseana Sarney ao governo do estado maranhense fortaleceu o grupo e as promulgações dos projetos elaborados desde o governo de José Sarney, destacando o estímulo a diversas ações nos setores da política econômica, como também no meio social.

Roseana Sarney reconstrói os laços de poder do grupo dominante se apresentando a população como um agente da modernização que realizará o futuro ao qual o Maranhão estava predestinado. Em seu plano de governo definiu como prioridade a geração de emprego e renda, a modernização do aparelho burocrático estadual, a reforma agrária, o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento cultural. [...] O eixo da cultura foi outra prioridade no discurso de campanha e no governo de Roseana Sarney. Para a candidata, a cultura significava “expressão do talento, da criatividade do modo de ser de um povo, é, também superior instrumento pelo qual esse povo exerce sua liberdade ou denuncia repressão dela”. A cultura popular foi instrumentalizada pelo governo estadual através do financiamento, organização dos espaços e definição da programação cultural dos festejos populares e intervenção nas formas de apresentação das manifestações de modo a se adequarem as exigências da indústria do turismo. Esse processo, de um lado, garantiu o apoio de diversos grupos da cultura popular ao governo do estado e nas campanhas posteriores, mas por outro lado, desarticulou o processo tradicional e comunitário de realizar os festejos populares e neutralizou os grupos de oposição ao governo. Desse modo a governadora Roseana Sarney forjou um consenso político-ideológico sobre o compromisso do governo com o incentivo a cultura popular. [...] Entretanto esse foi mais um processo de reciclagem das estratégias do discurso de modernização que tinha como slogan “um estado em busca da eficiência”. As fortes propagandas sobre os benefícios da modernização do aparelho de Estado impediram a divulgação da diminuição do quadro de funcionários públicos mediante a extinção de importantes órgãos da administração direta e a privatização de empresas estatais. Modificou radicalmente a prestação de serviços públicos

principalmente na área da saúde e da educação ao transferir para a iniciativa privada a execução desses serviços (SILVA, 2013, pp. 06-08).

Roseana Sarney tinha como principal meta a ampliação dos projetos articulados por seu pai José Sarney. Por um lado, o “Maranhão Novo” tinha se tornado hegemônico no governo estadual de José Sarney, por outro havia um projeto de consolidação do “Novo Tempo” para a manutenção dos aliados políticos no governo do estado maranhense na gestão de Roseana Sarney e, conseqüentemente, a hegemonia política, econômica e social da Oligarquia Sarneísta na década de 1990. Nesse aspecto, o papel dos aparelhos privados de hegemonia foi fundamental para o fortalecimento de tal oligarquia e, também, nos discursos de um Estado capitalista forte e a atuação dos intelectuais orgânicos na dinâmica maranhense. Em tese, a tramitação dos projetos estruturais do “Maranhão Novo” estava sendo perpetuada pelo “Novo Tempo”.

Assim, a discussão historiográfica do processo oligárquico do Sarneísmo no Maranhão é de grande importância para a construção da memória local e colocando em pauta a relevância da História do Maranhão em sala de aula, levando em consideração o princípio norteador desse debate: o Organizador Curricular do Documento Curricular do Território Maranhense. A justificativa de entender os processos políticos no Maranhão é perceber as dinâmicas significativas na inserção das atividades políticas, econômicas e sociais em relação ao cenário social, como também, remetendo a Pierre Nora (1993), o pertencimento da memória e a importância em se conhecer, criticar e debater a História Local e Social maranhense, no caso desse estudo, o período Oligárquico Sarneísta.

CAPÍTULO 2. DIAGNOSTICANDO O CENÁRIO EDUCACIONAL NO MARANHÃO: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL UEB LUÍS VIANA

Entender o processo educacional brasileiro é pensar os diversos caminhos que podem ser trilhados e desenvolvidos. Este capítulo tem como objetivo central a análise do painel dos professores atuantes no ensino básico e o diagnóstico da escola municipal, localizada na capital São Luís do Maranhão, UEB Luís Viana. O primeiro tópico tem como centralidade o breve estudo sobre os professores na educação brasileira, trazendo para uma perspectiva maranhense; tomando por base alguns autores que se debruçam acerca do ensino no Brasil e dados fornecidos pelo INEP de alguns pontos administrativos no sistema de ensino brasileiro. No segundo tópico, a discussão estará em torno das dinâmicas da escola UEB Luís Viana, tomando por base os dados sobre infraestrutura e ações dentro da escola, observação das atividades na turma do 9º ano e as práticas pedagógicas do professor responsável pela disciplina de História.

2.1 O painel dos professores na educação básica brasileira

A escola é um mecanismo fundamental na formação intelectual e social de indivíduos ativos na sociedade. Na concepção de Antonio Gramsci, o processo escolar requer uma organização prática na denominada escola unitária, principalmente no desenvolvimento intelectual-moral dos alunos com objetivo na formação humanista (GRAMSCI, 1982, p. 121). A escola unitária é significativa para uma educação de qualidade, similar as escolas da elite e financiada pelo Estado, ou seja, para o funcionamento de tal perspectiva escolar é necessário a responsabilidade do Estado na manutenção financeira e capacitação de profissionais com ideais humanísticos e sociais. (GRAMSCI, 1988 *apud* MARTINS, 2017, p. 2017),

Nesse sentido, a importância da escola unitária no ensino é estabelecer a igualdade na educação, deixando de lado dois tipos de escola (profissionalizante e humanista clássica)³⁵ e contemplando apenas um tipo de escola. Gramsci argumenta que a principal solução para tal discussão é a implementação da escola única inicial, humanista, formativa e que equilibre o desenvolvimento da capacidade de trabalho manual e intelectual (GRAMSCI, 2001, p. 33). Para tanto, qual a função do professor nesta idealização escolar? O primeiro ponto a se destacar é a importância da figura do professor e quem são esses indivíduos fundamentais na formação humanista dos alunos.

³⁵ Para Gramsci (2001), “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 33).

A relevância dos professores na educação é auxiliar no desenvolvimento intelectual e humanístico nos discentes, em primeira instância, do ensino básico, mas sendo uma carreira profissional que perpassa para além do âmbito da sala de aula. A relação do “bom mestre” se desencadeia a partir das perspectivas de trocas intelectuais, por meio do ensino, e trocas de experiências entre professor e aluno nas demandas em sala de aula.

O ofício do professor é dimensionado a partir de relações entre colegas de trabalho, os aspectos institucionais, as pressões no desenvolvimento do trabalho e as finalidades sociais, principalmente aos alunos (BAILLAUQUÈS, 2001, p. 40), o que significa dizer que o conjunto do oficialato do professor constrói um profissional que aborda as reflexões na prática docente e suas dimensões nas relações dentro e fora de sala de aula.

A figura do professor está ligada entre o ensinar e o aprender, ou seja, uma troca mútua entre docente e discente, equivalendo aos saberes para além do conteúdo propriamente dito, apesar dos saberes serem expansíveis em diversos níveis educacionais. Há, porém, um distanciamento significativo entre universidade e escola (BELLAUQUÈS, 2001, p. 54). Um fator primordial para se relacionar é a representação que a figura do professor estabelece no andamento de ensino-aprendizagem, quer dizer, o investimento na capacitação e na aprimoração na prática docente destaca uma construção positiva nas relações escolares. Nesse aspecto, pode ser uma das alternativas para a aproximação da universidade com a escola, quebrando, assim, os muros entre ensino básico e ensino superior.

As transformações nas estruturas políticas e sociais, bem como o constante e acelerado processo de resignificação de conceitos e conhecimentos possibilitados pelos avanços tecnológicos exigem que professor tenha uma “formação contínua”, que não seja apenas para resolver supostas lacunas de uma formação inicial inadequada (SOARES, 2008, p. 83).

Com o avanço tecnológico, a formação continuada do professor se torna algo essencial na trajetória docente, ou seja, à proporção que a tecnologia se aprimora, o ensino e aprendizado caminham juntos, sendo a formação continuada do professor importante para atuação em sala de aula.

Segundo Olavo Soares (2008), o modelo de docência no ensino, básico e superior, é aquele em que o professor esteja aliado aos processos contemporâneos e às novas transformações na sociedade onde está inserido, além de exercer três eixos na trajetória acadêmica e profissional: 1) pesquisa; 2) reflexão e 3) investigação (SOARES, 2008, p. 83).

Nesse aspecto, o professor exerce um papel fundamental no processo educacional no ensino e aprendizado e, por isso, os eixos destacados por Olavo Soares (2008) podem ser uma

ponte para aproximar ensino e pesquisa, trazendo, dessa forma, o meio acadêmico para o ensino básico, além de proporcionar ao docente as possibilidades de discussão entre pesquisa e ensino, gerando reflexão e instigando nos alunos o desejo de investigar diversos assuntos, para além do conteúdo exposto em sala de aula, sobretudo, nas disciplinas competentes às Ciências Humanas e suas tecnologias.

Assim, a prática docente é importante para os diálogos dos diferentes saberes e habilidades tão exigidos pelos órgãos competentes à educação, sendo fundamental na formação cultural, humana e social dos discentes, como também, trocas de saberes entre professor e alunos, gerando perspectivas de reflexão e análise do meio social, principalmente, aos alunos de ensino básico (SOARES, 2008, p. 91).

Cabe a nós, professores pesquisadores e pesquisadores universitários, a humildade para compreendermos como participantes do processo de pesquisa em ensino, não apenas como capitães frente a marinheiros, mas como capitães e marinheiros, simultânea e alternadamente. Entender que a escola necessita da pesquisa acadêmica e que esta deve procurar na escola uma parceira, não apenas para a coleta de dados, mas para a construção de projetos de pesquisa em parceira (SOARES, 2008, p. 92).

A interação entre pesquisa e ensino é essencial para o desenvolvimento de discussões em sala de aula no que tange aos diversos assuntos levantados pelos alunos. Por isso, a utilização de novas fontes de pesquisa no Ensino de História, a capacitação continuada do docente e a novas metodologias no ensino serão norteadores para que a necessidade da escola seja suprida em muitos aspectos, haja vista a carência das novas possibilidades em sala de aula, por exemplo, as fontes e metodologias discutidas e pensadas na academia, deixadas de lado no ensino básico.

Olavo Soares (2008) defende que os conhecimentos científicos e acadêmicos devem ser dialogados em sala de aula, possibilitando discussão em relação aos posicionamentos sociais mais conscientes dos alunos, a diminuição do senso-comum diante dos estudos científicos e a capacitação de construções conceituais nos diversos processos históricos presentes na humanidade (SOARES, 2008, p. 133). Em tese, a formação continuada do docente proporciona essas possibilidades no ensino-aprendizado, ou seja, o professor deixa de ser um “mero reprodutor de conteúdo” e passa a ser um professor pesquisador, reflexivo e investigador.

Com isso, o melhoramento na prática educativa do professor é interessante, o diálogo entre conhecimento acadêmico e experiência na prática docente, envolvendo relações entre docente e discente, como também práticas pedagógicas e metodológicas em sala de aula. Antoni Zabala (1998) destaca que o ofício da prática docente está diretamente ligado ao bom

profissionalismo, uma formação acadêmica consolidada (conhecimento acadêmico) e experiência no ramo pedagógico (ZABALA, 1998, p. 13).

Os próprios efeitos educativos dependem da interação complexa de todos os fatores que se inter-relacionam nas situações de ensino: tipo de atividade metodológica, aspectos materiais da situação, estilo do professor, relações sociais, conteúdos culturais, etc. Evidentemente, nos movemos num âmbito no qual os modelos explicativos de causa-efeito são inviáveis (ZABALA, 1998, pp. 15-16).

A experiência profissional do professor é um dos pilares fundamentais para as inter-relações entre o conhecimento adquirido na academia com as metodologias atuantes em sala de aula, ou seja, a interação entre pesquisa e ensino. Para Antoni Zabala (1998), seria o casamento de materiais curriculares (livros didáticos) e recursos didáticos (materiais extras: paradidáticos, materiais tecnológicos e outros) para uma melhor visibilidade e melhoramento no ensino e aprendizado em sala de aula.

Na visão de Louise Bélair (2001), as pesquisas proporcionam reflexões entre a prática docente e as relações sociais em sala de aula, ocasionando trocas interativas entre professor e aluno e, por isso, a importância da aplicabilidade do conhecimento oriundo da formação acadêmica com as perspectivas presentes no cotidiano escolar (BÉLAIR, 2001, p. 57).

O ofício de professor é adquirido em uma articulação entre as situações vividas (fictícias ou reais) e as teorias que tentam explica-las através de uma generalização de processos. As formações que têm como eixo conceitos teóricos não apoiados verdadeiramente na realidade fazem com que o futuro professor não possa retornar tais conceitos posteriormente quando ele se situa em sua prática. Disso decorre uma grande distância entre uma formação acadêmica que acaba revelando-se inútil e uma prática intuitiva que responde aos imprevistos e aos problemas do momento, dando, assim, a impressão de eterno recomeçar (BÉLAIR, 2001, pp. 64-65).

A docência se torna um fator primordial na formação humanística da clientela escolar, haja vista a necessidade de discussões de diversos assuntos em sala de aula, quebrando, assim, o paradigma engessado de apenas conteúdos presentes nos livros didáticos. Além disso, a multiplicidade das diversas narrativas utilizadas pelo professor em sala de aula permite que o aprendizado seja mais proveitoso e cheio de perspectivas positivas em torno da compreensão educacional, sobretudo nas áreas das Ciências Humanas (ALMEIDA; MIRANDA, 2012).

Na perspectiva da prática docente no Maranhão, a principal discussão gira em torno da educação maranhense e os desafios em sala de aula. O Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão (PEE/MA) (2014) define alguns parâmetros acerca das prioridades, ampliação de

acesso e melhoria na educação maranhense, tendo como principal meta a efetivação do aprendizado escolar.

Quadro 4. Metas do Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão

META	OBJETIVO
Meta 1	Ampliar a oferta de Educação Infantil
Meta 2	Universalizar o ensino fundamental de nove anos
Meta 3	Ampliar o atendimento escolar a população de 15 a 17 anos
Meta 4	Garantir, para a população de 04 a 17 anos, o atendimento escolar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alta habilidade
Meta 5	Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental
Meta 6	Oferecer até 2020, Educação Integral em Jornada Ampliada em, no mínimo, 10% das escolas públicas de modo a atender 9,8% dos alunos da Educação Básica
Meta 7	Garantir 100% das escolas da Educação Básica, níveis e modalidades, condições de transversalidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para as diversidades e temas sociais (direitos socioeducacionais)
Meta 8	Atingir as metas do Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB para a Educação Básica do Estado do Maranhão
Meta 9	Elevar a escolaridade média da população a partir de dezoito anos
Meta 10	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais
Meta 11	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos na forma integrada à Educação Profissional, nos Ensinos Fundamental e Médio
Meta 12	Expandir a oferta de matrículas da Educação Profissional de nível médio em 60% no segmento público, até o final da vigência do PEE, assegurando a qualidade da oferta
Meta 13	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta
Meta 14	Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de Educação Superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores
Meta 15	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de modo a atingir a titulação anual de 100 mestres e 20 doutores
Meta 16	Garantir em regime de colaboração entre União, o Estado e o Município no prazo de um ano de vigência deste PEE
Meta 17	Formar, em nível de pós-graduação, 40% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PEE
Meta 18	Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, respeitando seus direitos previstos legalmente principalmente no que diz respeito ao piso salarial vigente
Meta 19	Assegurar, no prazo de cinco anos, a elaboração e implantação de planos de carreira, cargos e remuneração para os profissionais do magistério da Educação Básica e Educação Superior pública de todos os sistemas de ensino
Meta 20	Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, por meio da participação direta da comunidade escolar na eleição de gestores, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho no âmbito das escolas públicas maranhenses
Meta 21	Ampliar o investimento público em educação pública

Meta 22	O Estado e os Municípios deverão garantir investimentos de no mínimo 40% de suas receitas para melhoria do sistema educacional
----------------	--

Fonte: PEE-MARANHÃO (2014). Elaboração Própria.

As metas estabelecidas pelo PEE (2014) visavam, em primeira instância, o avanço na educação maranhense, desenvolvendo fatores consistentes para o melhoramento no desempenho educacional na educação básica. Nesse sentido, as metas do PEE buscam uma ampliação no ensino maranhense, além de colocar o estado em patamares consideráveis em nível nacional, ou seja, literalmente, retirar o Maranhão dos piores índices educacionais do Brasil.

Diante disso, o passo para o alcance desses pontos é ampliando o ensino e universalizando para todos os setores sociais, como também melhorando o ambiente escolar, utilizando mecanismos de políticas educacionais, formação continuada dos professores e ampliação de possibilidades aos alunos, como cursos profissionalizantes e desse desenvolvimento de projetos pedagógicos na escola. Além disso, é importante valorizar os docentes em diferentes vertentes: 1) remuneração; 2) profissionalismo e 3) social, pois a partir desses pontos o desempenho escolar do professor, aluno e escola estarão em posições privilegiadas e, conseqüentemente, os índices educacionais irão ter um desempenho tão esperado pelas secretarias de educação, setores da sociedade civil e Estado.

O ponto de partida está na dificuldade de universalização e democratização na educação pública, ou seja, a abertura mais ampla ao acesso nas escolas públicas do ensino básico, sobretudo, nos municípios interioranos do Maranhão. Segundo Ildoana Oliveira (2013), tal realidade é o reflexo da má distribuição de recursos ao longo de dois significativos governos: José Sarney (1966-1970) e Roseana Sarney (1994-2002). Apesar dos discursos representarem o “novo” e o “moderno”, na prática representavam o “atraso” e a continuidade do conservadorismo presente no período ditatorial brasileiro, que refletia e reflete diretamente na educação (OLIVEIRA, 2013, p. 76).

O Maranhão conviveu e ainda convive com a herança política e econômica, determinantes do analfabetismo entre crianças, jovens e adultos, uma vez que este é reflexo dos baixos indicadores sociais e do modelo de gestão implantado pelo Estado (OLIVEIRA, 2013, p. 76).

Diante disso, a educação maranhense apresenta índices precários no desempenho escolar frente aos outros estados federativos brasileiros. Contudo, há políticas educacionais, por exemplo o PEE, que estimulam metas para o melhoramento e avanço nos índices educativos

maranhense. Além disso, as formações continuadas, cursos de aprimoramento, em tese, oferecidos pelas secretarias de educação e desenvolvimentos de projetos pedagógicos de diferentes naturezas na escola com alunos e professores, além da formação acadêmica significativa dos docentes no Maranhão.

A seguir, serão apresentados alguns dados sobre quem são esses docentes, sua formação acadêmica, entre outros fatores em dados comparativos em níveis: Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís.

Tabela 1. Número de Docentes nos Anos Finais do Ensino Fundamental Regular, por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município

Unidade	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
BRASIL	763.831	629.083	1.687	314.493	338.903	157.924
NORDESTE	227.041	189.592	253	38.485	156.991	43.190
MARANHÃO	40.129	36.861	41	2.292	34.903	3.801
SÃO LUÍS*	3.754	2.536	29	1.149	1.528	1.291

Fonte: Dependência Administrativa (ANOS FINAIS). Sinopse Estatística da Educação Básica/ INEP, Dados 2018. Elaboração Própria. *Código do Município: 2111300.

O número de docentes atuantes no Maranhão e na capital, São Luís, é considerável, comparando com índice total do estado, equivalendo aproximadamente a 9% do total. No Ensino Fundamental II, é importante um número significativo para a demanda escolar, apesar das estatísticas de evasão escolar, reprovações e outros fatores presentes na escola, a relevância dos professores dentro e fora de sala de aula é fundamental no ensino e aprendizado dos discentes.

Segundo Ildoana Oliveira (2013), as porcentagens de mau desempenho escolar no Maranhão ao longo dos anos destacam uma formação acadêmica precária de muitos professores (sem Licenciatura), por exemplo, que determinavam péssima qualidade no ensino e aprendizado. No entanto, ações educacionais ligadas à produtividade escolar e formação acadêmica, oportunizou o aumento no número de docentes com formação continuada³⁶ e, com isso, a ampliação de projetos dentro e fora da sala de aula e um leve desempenho na taxa de produtividade escolar no Ensino Fundamental II.

Atualmente, o número de docentes ativos no Maranhão é expressivo comparado em nível nacional, ou seja, o estado maranhense apresenta “bom celeiro” para o exercício da docência no ensino básico, segundo a apresentação dos dados do INEP 2018.

³⁶ Ver tabela 4.

Tabela 2. Número de Docentes Femininas dos Anos Finais do Fundamental Regular, por Sexo e Faixa Etária, a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município

Unidade	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou +
BRASIL	521.294	15.590	45.902	170.180	173.424	62.835	34.211	19.152
NORDESTE	149.585	6.265	14.396	49.533	50.550	16.607	8.014	4.220
MARANHÃO	26.347	1.353	2.802	8.798	8.616	2.551	1.445	782
SÃO LUÍS*	2.428	37	162	611	786	366	256	210

Fonte: Docente por Sexo e por Faixa Etária (ANOS FINAIS). Sinopse Estatística da Educação Básica/ INEP, Dados 2018. Elaboração Própria. *Código do Município: 2111300.

Tabela 3. Número de Docentes Masculinos dos Anos Finais do Fundamental Regular, por Sexo e Faixa Etária, a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município

Unidade	Total	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 54 anos	De 55 a 59 anos	60 anos ou +
BRASIL	242.537	10.799	28.440	88.496	67.832	24.032	14.625	8.313
NORDESTE	77.456	4.746	9.748	28.289	22.338	6.479	3.687	2.169
MARANHÃO	13.782	968	1.826	5.406	4.029	814	455	284
SÃO LUÍS*	1.326	36	161	386	433	139	97	74

Fonte: Docente por Sexo e por Faixa Etária (ANOS FINAIS). Sinopse Estatística da Educação Básica/ INEP, Dados 2018. Elaboração Própria. *Código do Município: 2111300.

Nos dados referentes à faixa etária dos docentes, percebe-se, de acordo com os números mapeados, os maiores índices de atuação em sala de aula, entre 30 e 49 anos, isso se dá pela consolidação na carreira docente e ampliação na formação acadêmica, elencando a experiência na prática do ensino e aprendizagem. Sendo assim, Thiago Alves e José Marcelino Pinto (2011) destacam que a importância do professor se dá a partir de: aportes de qualidade, educação, espaço escolar e profissionalização, além de uma boa remuneração e estruturas de carreiras, ou seja, valorização profissional do professor no ensino básico. Os autores argumentam:

De toda maneira, diante da importância da função do professor quando se fala em educação de qualidade, aspectos fundamentais para a profissionalização da atividade docente, como formação, duração da jornada de trabalho, remuneração e estrutura de carreira, deveriam receber, em contrapartida, o tratamento adequado na pauta das políticas educacionais. Esses aspectos são imprescindíveis à análise, sobretudo em países como o Brasil, cuja desvalorização social e econômica da profissão docente remonta a seus primórdios e passa por um momento histórico em que precisa avançar da garantia do acesso (processo ainda em curso, mas que não foi concluído para todas as idades da faixa etária de 4 a 17 anos) para a universalização da educação em condições de qualidade (ALVES; PINTO, 2011, p. 608).

Analisando os números de maneira cuidadosa, pode-se perceber o aumento progressivo até a faixa entre 40 e 49 anos e diminuição a partir dos 50 anos dos docentes atuantes no ensino básico. Uma das respostas pode estar relacionada, possivelmente, ao início de carreira no ensino básico, na faixa dos 30 anos, e fim de carreira ou ampliação à carreira universitária, na faixa de 50 anos.

Thiago Alves e José Marcelino Pinto (2011) discutem a ideia da valorização ao docente no ensino básico e os fatores para o melhoramento no andamento escolar. Em consonância a isso, as tabelas 2 e 3 apresentam outros dados interessantes, principalmente, o maior número do público feminino no Ensino Fundamental II em relação ao masculino, levando-se em consideração que o mapeamento se refere a todas as áreas do conhecimento.

Uma das principais explicações, segundo Olga Freitas (2015), para a maior presença feminina no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), reside na ideia maternal da docência e as atribuições femininas no ensino básico dos primeiros anos, pensamento do século XIX e primeiras décadas do século XX que ainda persistiria.

Além disso, a formação acadêmica voltada à Licenciatura, sobretudo da Pedagogia, de modo geral, tem sido um espaço das mulheres e, conseqüentemente, o preenchimento das vagas docentes tem se completado pelo ramo feminino, segundo a autora, um avanço significativo para o espaço da mulher na docência.

Apesar dos avanços, ainda é perceptível o discurso hegemônico masculino na formação acadêmica e em torno da docência, chegando a falas machistas, desqualificando o profissionalismo das professoras. Nesse sentido, Olga Freitas (2015) critica,

Por certo, o repertório comportamental e atitudinal das professoras, não está, intencional e deliberadamente, a serviço da hegemonia sexista, mas, sim, impregnado por essa intencionalidade, cujo círculo vicioso afeta a percepção da sexualidade e o determinismo biológico como construções sociais que afetam o crescimento de meninas e meninos, impedindo-lhes de se tornarem seres completos, livres das amarras sexuais que separam homens e mulheres (FREITAS, 2015, p. 38.968).

A autora aponta que a ideia da formação acadêmica não deve estar ligada à questão da sexualidade e muito menos a um discurso preconceituoso sobre quem atua no ensino básico, mas uma perspectiva de profissionalismo e capacitação, independente do sexo. Assim, Olga Freitas encerra a discussão afirmando,

Igualmente a outras formas de desigualdade social, a de gênero, é um fenômeno estrutural com raízes muito complexas e profundas, e instituído social e culturalmente de tal forma, que seu processamento no cotidiano e no

imaginário coletivo é praticamente imperceptível, sendo disseminada pelas instituições ou grupos sociais de forma, muitas vezes, sutil e implícita, como é o caso da ocupação dos espaços de poder pelas mulheres. [...] Ao perpetuarem a condição sexista, mesmo tendo dado largos passos rumo a sua autonomia e cidadania, as mulheres estão, na verdade, dando um recado, especialmente para os pensadores das políticas públicas: as ações afirmativas, de valorização e proteção à mulher não surtem os efeitos esperados em um dos principais nichos sociais, que é a própria esfera feminina, que permanece, inadvertidamente – ou não – se submetendo ao poder e força dos bravos guerreiros, apesar de, comprovadamente, em boa parte das vezes, terem mais competência técnica e qualificação. É o que acontece no campo da Educação, por exemplo (FREITAS, 2015, pp. 38.979-38.980).

O espaço que as mulheres têm tomado é importante na configuração social e política, demonstrando que o feminino pode alcançar patamares significativos, além de afirmar a competência e qualificação profissional não só no campo da educação, mas em outros campos disciplinares no ensino básico e no superior, valendo para todos os níveis de regiões: Brasil, Nordeste, Maranhão e São Luís.

Tabela 4. Número de Docentes nos Anos Finais do Ensino Fundamental Regular, por nível de Escolaridade e Formação Acadêmica, segundo a Região da Federação e o Município

Unidade	Total	Com Licenciatura	Sem Licenciatura	Especialização	Mestrado	Doutorado
BRASIL	662.000	643.589	18.411	289.735	21.925	2.361
NORDESTE	171.874	167.651	4.223	84.914	4.731	448
MARANHÃO	24.869	24.393	476	12.000	219	17
SÃO LUÍS*	3.269	3.143	126	1.709	87	10

Fonte: Formação Acadêmica (ANOS FINAIS). Sinopse Estatística da Educação Básica/ INEP, Dados 2018. Elaboração Própria. *Código do Município: 2111300.

A formação acadêmica para o exercício da docência é crucial para o melhoramento do desempenho escolar, como a valorização no ensino e aprendizado nas escolas. Ainda que atualmente haja obrigatoriedade de qualificação profissional, existem atuações de docentes sem licenciatura. No Maranhão, são 476 e afunilando à capital maranhense, São Luís, 126, divididos nos setores públicos e privados nas escolas. Porém, em relação ao número de profissionais com Licenciatura, comparando com o total do Brasil e Nordeste, o Maranhão tem um bom desempenho.

Nos últimos anos, a perspectiva de profissionais qualificados tem aumento consideravelmente. Segundo Thiago Alves e José Marcelino Pinto (2011), o aumento da qualificação docente se reporta pelas interfaces entre as políticas educacionais e as exigências nos documentos curriculares educacionais. Além disso, os autores reportam que os principais motivos do aumento da qualificação profissional residem no fato de que as estruturas

administrativas, estadual, municipal e federal, serem os maiores empregadores de professores na educação básica (ALVES; PINTO, 2011, p. 616).

Em contrapartida, o número de docentes com pós-graduação na educação básica, ainda é ínfimo e, conseqüentemente, a formação continuada dos professores ativos neste fundamento é pequena. Por exemplo, de acordo com a tabela 4, lembrando que são dados disponibilizados em 2018, até a presente pesquisa ainda não foram publicizados novos dados e possivelmente tais índices tenham sido alterados. Na cidade de São Luís, dos 3.269, 87 professores possuem mestrado, de qualquer natureza, e o número daqueles que possuem doutorado é menor ainda, 10 profissionais. Em sua maioria, podem estar no ensino superior, porém são de grande importância, mestres e doutores, no avanço de muitas políticas educacionais e ações afirmativas dentro da escola, como a aplicação de projetos pedagógicos em diversas áreas do conhecimento.

Logo, quem são os profissionais da educação no Maranhão? A primeira resposta pode-se dizer: profissionais que buscam autonomia no ensino, melhoramento no ambiente de trabalho e valorização profissional na busca por uma educação universal e de qualidade, em outras palavras, como afirmado por Marieta Ferreira (2016), “melhoria da qualidade do exercício da docência” (FERREIRA, 2016, p. 43).

2.2 Radiografia da escola Unidade de Ensino Básico Luís Viana

A justificativa para a construção do diagnóstico da referida escola reside em pontos centrais: 1) o período de inauguração durante o governo estadual de José Sarney, em 1966; 2) a tradição que a escola exerce no Ensino Fundamental em São Luís; 3) por ser uma das pioneiras na educação especial e a inclusão de portadores de necessidades especiais em turmas regulares; 4) as atividades de acolhimento voltadas às crianças da periferia do bairro Alemanha e 5) a importância da escola na trajetória escolar dos moradores do bairro em questão

2.2.1 Histórico e Infraestrutura

O Colégio Municipal Luís Viana criado foi criado através da Lei 1713/66, reconhecido pelo C.E.E. pela Resolução nº 52/68 de 1411/68, assinada pelo professor Luiz de Moraes Rêgo com base no parecer nº 69/68, pelo art. 2º da Lei 1713/66. O acervo patrimonial foi criado pela Lei nº 779 de 04/04/57, passando a integrar ao complexo de colégios da rede municipal de São Luís.

O colégio ficou em convênio com o Estado até 1964, quando foi deslocado para o município. O prédio escolar foi construído na gestão do governador Newton Bello e o prefeito da época era Dr. Antonio Costa Rocha Neves. O nome do colégio foi uma homenagem ao médico e professor Luís Viana. O instituto de Educação foi aprovado pela Lei 1702/ 21/11 de 1966 e regulado pela Lei 1064 de 20/06/67.

A UEB Luís Viana é uma escola localizada em um bairro de periferia em São Luís, Alemanha, classificado como bairro de periferia e moradores de classe baixa. Além disso, é a principal escola pública da comunidade³⁷ e adjacências de Ensino Fundamental II, como também no ensino de educação especial. Funciona nos turnos matutino e vespertino (regular) e noturno (EJA).

O detalhe importante e bem característico da escola é a política inclusiva de alunos portadores de alguma necessidade especial. Além disso, a política de inclusão da escola oferece salas próprias e oficinas, tanto para alunos quanto para os responsáveis, possibilitando diálogo entre escola e familiares. Nesse aspecto, a UEB Luís Viana é referência no acolhimento de pessoas com deficiência e inclusão social.

Quadro 5. Dados Gerais da UEB Luís Viana

DADOS GERAIS	
CÓDIGO	21016976
LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA	Urbana
DEPENDÊNCIA	Municipal
ENDEREÇO	Avenida Dom José Delgado; Bairro: Alemanha; CEP: 65036-810

Fonte: Censo Escolar/INEP (2018). Elaboração Própria.

Em relação a infraestrutura, a escola apresenta os seguintes itens:

Quadro 6. Infraestrutura da UEB Luís Viana

INFRAESTRUTURA	
Existe sanitário dentro do prédio da escola?	SIM
Existe sanitário fora do prédio da escola?	NÃO
A escola possui biblioteca?	SIM
A escola possui cozinha?	SIM
A escola possui laboratório de informática?	SIM
A escola possui laboratório de leitura?	SIM
A escola possui quadra de esportes?	SIM
A escola possui sala para a diretoria?	SIM

³⁷ Escolas municipais de Ensino Fundamental: UEB Luís Viana, UEB Senador Miguel Lins e UEB Alberico Silva – CIEP. Escolas estaduais de Ensino Médio: CE Professor Margarida Pires Leal e CE Estado de Alagoas. Escola privado de Ensino Fundamental e Médio: Colégio Sesi.

A escola possui sala para os professores?	SIM
A escola possui sala de atendimento especial?	SIM

Fonte: Censo Escolar/INEP (2018). Elaboração Própria.

A infraestrutura da escola, apesar de apresentar muitas partes antigas, ainda da época de sua fundação, tem um espaço privilegiado em muitos aspectos. A criação das salas extras, como os espaços destinados à leitura, informática e atendimento especial foi fundamental para a ampliação e melhoramento nas atividades escolares dos alunos. O principal espaço utilizado pelos alunos é a sala de leitura, onde estão depositados os livros didáticos e paradidáticos.

Além disso, outro espaço utilizado e valorizado pelos alunos é a quadra de esportes, utilizada para além das aulas de educação física, sendo um local de entretenimento, cooperação e vínculo estabelecido pelos alunos nos intervalos, mesmo que a maioria dos discentes seja oriunda do bairro onde a escola está localizada. Um fator primordial é que a prática de esportes, para alunos inseridos em realidades ligadas à violência e tráfico de droga, atua como válvula de escape e uma possibilidade de inserção em outra perspectiva de vida e melhoria nas atividades escolares e nos relacionamentos pessoais e profissionais.

Em relação à estrutura física, a escola apresenta instalações satisfatórias para a comunidade escolar. É interessante mencionar que toda a estrutura física visa a melhoria nas atividades escolares dos alunos e professores, além de possibilitar acesso aos portadores de deficiência física. Diante disso, como observado pelo quadro de infraestrutura geral da escola, as principais demandas em uma escola são contempladas, como o espaço de leitura, uma biblioteca e quadro de esportes.

Quadro 7. Equipamentos da UEB Luís Viana

EQUIPAMENTOS	
Aparelho de DVD	NÃO
Impressora	NÃO
Copiadora	NÃO
Retroprojektor	NÃO
Televisão	SIM

Fonte: Censo Escolar/INEP (2018). Elaboração Própria.

No caso dos equipamentos existentes na escola, há uma carência importante, quando necessário na aplicação de projetos pedagógicos que incluem a utilização de algum equipamento específico, principalmente, o retroprojektor. A alternativa que alguns professores

utilizam, segundo a direção da escola, é a utilização dos equipamentos pessoais dos mesmos e isso só intensifica a ideia do papel desempenhado, majoritariamente, pelo livro didático. E o único elemento disponível da escola é a televisão, encontrado no auditório, e quase sempre não utilizado pelo corpo docente da UEB Luís Viana.

Nesse caso, os mecanismos metodológicos devem seguir por outros caminhos, centrados, fundamentalmente, na criatividade do professor.

Quadro 8. Computadores e Internet da UEB Luís Viana

COMPUTADORES E INTERNET	
Internet	SIM
Banda Larga	SIM
Computadores para uso dos alunos	18
Computadores para o uso administrativo	03

Fonte: Censo Escolar/INEP (2018). Elaboração Própria.

O ponto positivo na questão infraestrutural é a existência de uma sala de informática, com computadores com acesso à internet, cujo uso exige prévio agendamento. Dessa forma, o acesso dos alunos é realizado via supervisão de um funcionário responsável por tal atividade. Segundo a direção escolar, o uso dos computadores dos alunos funciona em dias de aulas extras e com abordagem de ensino na área de digitação e acesso de sites educativos indicados pelos professores. Boa parte dos projetos pedagógicos realizados na escola, segundo o corpo docente, são realizados em sala de aula e com outros procedimentos metodológicos, por exemplo, atividades que envolvem debates sobre determinado tema e dialogando com outras áreas do conhecimento.

Quadro 9. Acessibilidade da UEB Luís Viana

ACESSIBILIDADE	
As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência	SIM
Os sanitários são acessíveis aos portadores de deficiência?	NÃO

Fonte: Censo Escolar/INEP (2018). Elaboração Própria.

No caso da acessibilidade, a escola possui acessos para os portadores de deficiência; apesar de algumas alas a entrada nas salas de aula apresentarem dificuldade para os alunos cadeirantes. No entanto, é interessante observar os laços de solidariedade entre os alunos, que prontamente ajudam para facilitar o acesso à sala de aula. Observando a dinâmica da escola, os

discentes e os docentes estão habituados com a inclusão de alunos portadores de deficiência, sendo de fundamental importância o respeito ao próximo e ao diferente.

A crítica frente aos sanitários é a falta de acessibilidade aos cadeirantes e aos portadores de deficiência quanto à locomoção. Nesse sentido, a escola sendo inclusiva e detentora de salas específicas aos deficientes, sendo necessário, todavia, a adaptação nos banheiros e sanitários para a melhoria no bem-estar do aluno e facilidade ao professor e colaborador responsável por esse discente.

Segundo Camila Zanata e Vanessa Treviso (2016), por meio da inclusão, as crianças passam a desenvolver a capacidade de respeito ao outro. Dessa forma, o processo de socialização por meio da inclusão é o primeiro passo para o enfrentamento dos desafios de vida, além da perspectiva de um mundo melhor, gerando, assim, o repúdio à discriminação de qualquer espécie (ZANATA; TREVISO, 2016, p. 17).

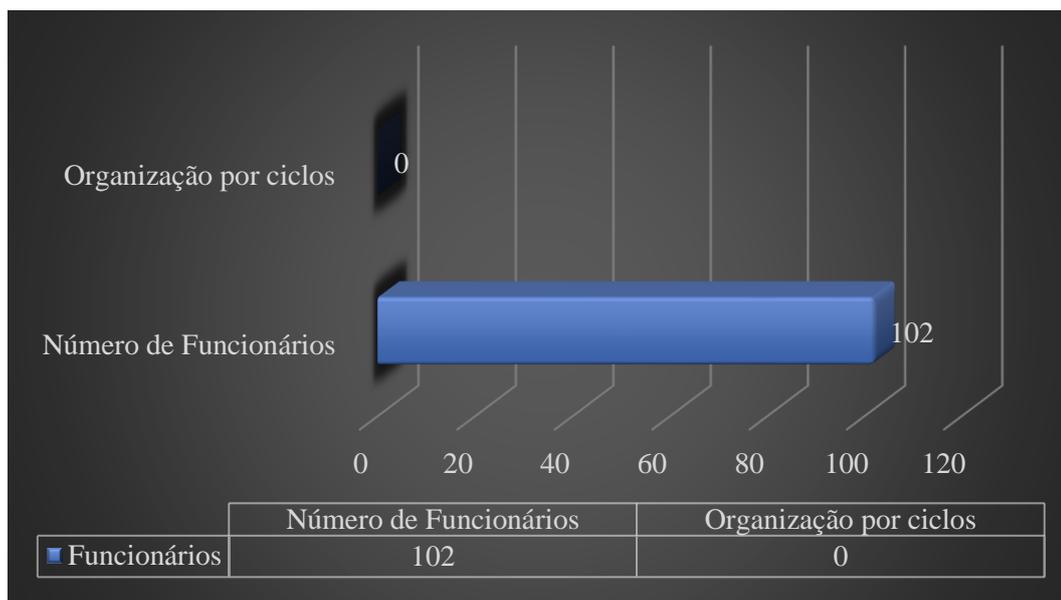
Quadro 10. Alimentação da UEB Luís Viana

ALIMENTAÇÃO	
Alimentação é fornecida aos alunos?	SIM
A escola possui água filtrada?	SIM

Fonte: Censo Escolar/INEP (2018). Elaboração Própria.

O Estado garante a alimentação das crianças e o fornecimento de água potável, sendo o princípio básico do direito humano. No caso da UEB Luís Viana, boa parte das crianças, em situação de pobreza e a falta de utensílios básicos em casa, alimenta-se na escola. Nos três turnos, os intervalos para o lanche são respeitados. Segundo a coordenação pedagógica, o horário da alimentação foi convencionado, após o terceiro tempo de aula, equivalente à: manhã – 9:00h, tarde – 15:00h e noite – 19:30h.

A alimentação fornecida pela escola é de qualidade, e em função da vulnerabilidade social presente no bairro, a merenda escolar acaba por ser a principal alimentação diária dos alunos. Segundo a direção da escola, o cardápio semanal é variado e acompanhado por nutricionista, fornecido pelo município para melhor atender os alunos.

Gráfico 1. Número de Funcionários da UEB Luís Viana

Fonte: Censo Escolar/INEP (2018). Elaboração Própria.

Quanto ao corpo de funcionário, destacam-se a direção, coordenação e supervisão escolar, que, como observado, atuam em estreita. Percebe-se que os relacionamentos entre essas três frentes são complementares, atuando bem próxima ao corpo de professores. Destaca-se também a atuação da equipe da secretaria, responsável pela organização estrutural e administrativa, como: horários, frequências e atividades extras curriculares fora de sala de aula.

A direção, em si, prioriza a organização, responsabilidade e disciplina, tanto dos alunos quanto dos professores, recebendo o retorno em muitos aspectos. O comprometimento da direção, nas figuras da gestora e vice, é observado com olhares positivos pela comunidade escolar. A coordenação pedagógica e supervisão priorizam as relações diretas com professores e alunos nas diversas atividades corriqueiras na escola.

Depreende-se, de maneira geral, o empenho dos coordenadores pedagógicos em incorporar ao cotidiano escolar as discussões acerca da educação e atuação dos diversos sujeitos históricos atuantes nesse meio, sobretudo os alunos, tendo em vista a necessidade do acompanhamento mais próximo das questões que perpassam não só a escola, como também a família e a sociedade como um todo.

Diante disso, a competência desses profissionais é vista como forma de educação, persistência e insistência numa realidade tão desvalorizada do ensino-aprendizado atualmente e nas relações entre coordenação-professor-aluno, como também nas diversas realidades difíceis dos alunos presentes nas salas de aula.

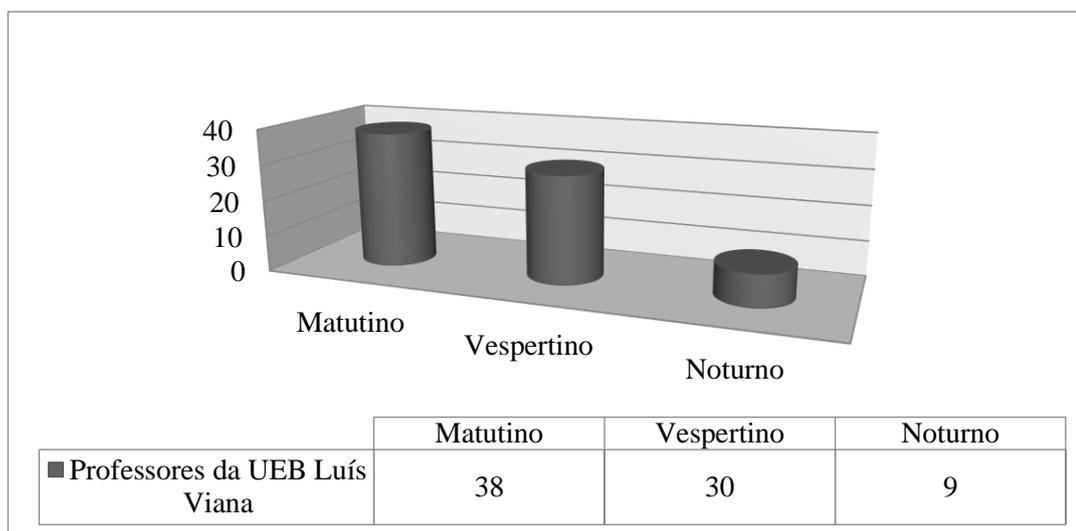
2.2.2 Professores

A importância do professor no ensino-aprendizado é de grande pertinência no desenvolvimento intelectual, humanitário e pessoal do aluno, não apenas por aulas dialogadas com conteúdo programado, mas com debates acerca de diversos assuntos expostos pelo meio social, sobretudo, aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II.

Segundo Cynthia Oliveira e Paola Alves (2005), a importância da mediação do professor em sala de aula apresenta fatores consideráveis em relação ao ensino e aprendizado do aluno, além da perspectiva de gerar debate e consciência histórica nos discentes.

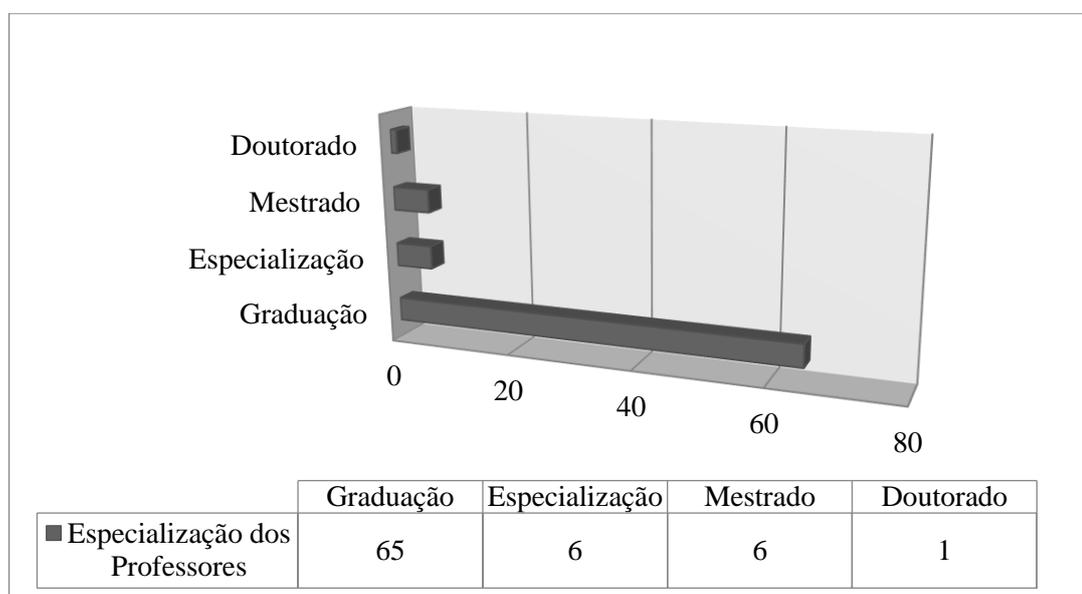
A seguir será apresentada a quantidade de professores atuantes na escola e de todas as disciplinas em todos os turnos em que a escola funciona.

Gráfico 2. Professores da UEB Luís Viana



Fonte: Acervo UEB Luís Viana, Dados – 2018. Elaboração Própria.

Esses professores são oriundos de concursos públicos realizados pela Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Na escola, não há presença de professores contratados e nem desvio de função ou de disciplina. Cada docente ministra sua disciplina de acordo com o concurso realizado e na sua devida formação. Além disso, a escola tem total liberdade no diálogo com alunos estagiários de cursos superiores de licenciatura, estreitando, assim, os laços entre universidade e cotidiano escolar.

Gráfico 3. Especialização dos Professores da UEB Luís Viana

Fonte: Acervo UEB Luís Viana, Dados – 2018. Elaboração Própria.

No âmbito da especialização dos professores, percebe-se a falta de uma formação continuada por parte dos docentes. Comparando com os profissionais com apenas a graduação, pode-se afirmar que 90% da comunidade docente não possui uma pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado. Não se pode deixar de lado as diversas dificuldades que tais profissionais enfrentam na caminhada do magistério, apesar da especialização ser uma peça fundamental no melhor desempenho metodológico e teórico nas aulas ministradas.

Diante disso, a boa recepção por parte da coordenação pedagógica possibilita uma política educacional de inclusão à educação especial na escola, permitindo a apreciação das especializações dos professores, diálogo entre coordenação pedagógica-docente-discente e um bom desempenho nos índices educacionais dos alunos no Ensino Fundamental II.

2.2.3 Alunos

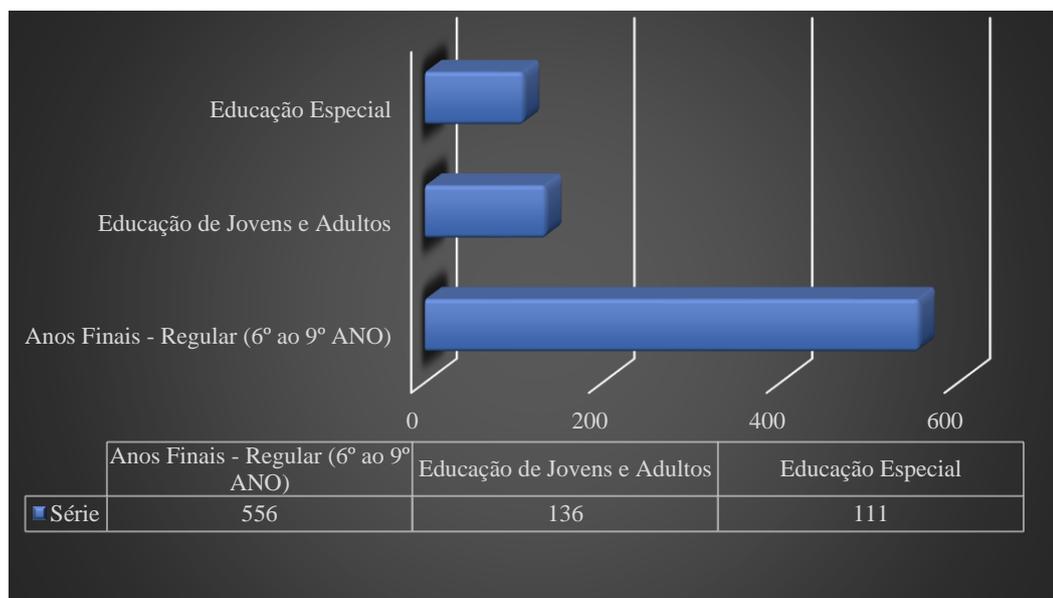
Para o diagnóstico do desempenho no aprendizado dos alunos, é realizada a Prova Brasil, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e o Censo Escolar, via o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (INEP), para a avaliação dos alunos e as atividades administrativas das escolas.

Os sistemas de avaliação são importantes para observar, analisar e pôr em práticas ações no ensino. A LDB prevê que as avaliações são essenciais no processo de ensino e

aprendizado e classifica o rendimento escolar no sistema de ensino brasileiro. “[...] assegurar processo nacional de avaliação de rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino [...]” (LDB, 2018, p. 12). Diante disso, os mecanismos avaliativos são de grande importância pela dimensão que ocupam e as possíveis análises acerca da educação no ensino básico, por isso, a responsabilidade e dimensão que esses diagnósticos apresentam por meio de índices e percentagens.

O principal objetivo é a avaliação da qualidade do ensino do sistema educacional brasileiro a partir dos testes padrões e questionários socioeconômicos, além de diagnosticar o andamento do ensino no Brasil e as implementações dos recursos federais nas escolas públicas, além do desempenho e andamento dos alunos no ensino básico na atualidade.

Gráfico 4. Matrículas da UEB Luís Viana



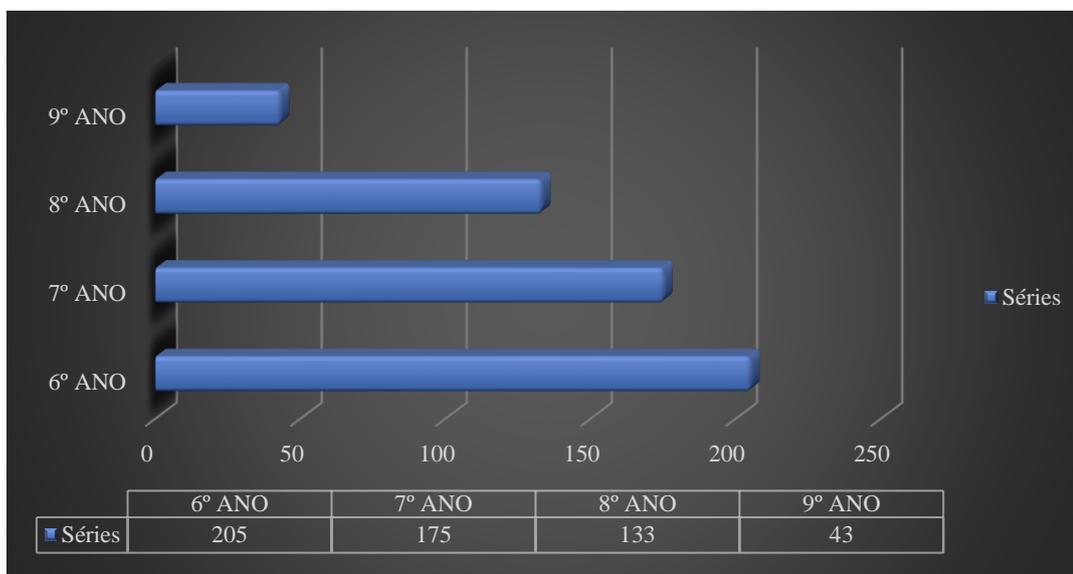
Fonte: Censo Escolar/INEP (2018). Elaboração Própria.

Para o número de matrículas, a UEB Luís Viana é uma escola de porte grande e a mais procurada do bairro da Alemanha, escola pública, com o Ensino Fundamental II. As turmas estão na base de 20 a 25 alunos, em média, por sala de aula. Os dois primeiros turnos têm um número significativo de alunos regularmente matriculados e frequentes, em boa parte, das aulas letivas.

Além disso, o número de matrículas na educação especial é representativo, 111 alunos, pelos dados oficiais coletados pelo SAEB. Esses discentes recebem auxílio no transporte escolar em que o ônibus busca nas residências de boa parte dos alunos deficientes, sobretudo, os cadeirantes.

Já o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é mais reduzido em relação aos alunos regulares e 90% dos estudantes nessa modalidade são residentes do bairro da Alemanha, adultos já no mercado de trabalho e adolescentes que passaram da faixa etária correspondente a série vigente.

Gráfico 5. Matrículas por Série da UEB Luís Viana



Fonte: Censo Escolar/INEP (2018). Elaboração Própria.

Corroborando com a análise anterior, o número de matrículas por série é considerável, sobretudo, nas turmas do 6º ano, com número de salas de aula na faixa de 8 turmas, tanto no turno matutino quanto no vespertino.

Observando o gráfico 5, os números decrescem e chegam a uma redução de quase 80% no 9º ano. A principal explicação estaria no número de reprovações e abandonos na trajetória escolar entre as séries do 7º e 8º anos, ocorrendo uma redução drástica no 9º e o reflexo das poucas turmas na faixa de 2 a 3 turmas, e o número reduzido de alunos, entre 15 e 20 por sala de aula.

Tabela 5. Etapa Escolar da UEB Luís Viana – Taxa de Rendimento

ETAPA ESCOLAR	
Reprovação	29,0 % - 146
Abandono	5,8% - 31
Aprovação	66,85 – 355

Fonte: Censo Escolar/INEP (2017). Classificação Não Oficial. Elaboração Própria.

Tabela 6. Índices Educacionais da UEB Luís Viana – Taxa de Rendimento

ANOS FINAIS – Ensino Fundamental			
	Reprovação	Abandono	Aprovação

6º ANO	29,0% - 56	4,9% - 10	66,1% - 127
7º ANO	33,9% - 61	7,5% - 14	58,6% - 104
8º ANO	35,2% - 26	8,5% - 07	56,3% - 42
9º ANO	4,7% - 5	2,3% - 03	93,0% - 84

Fonte: Censo Escolar/INEP (2017). Classificação Não Oficial. Elaboração Própria.

As taxas de rendimento dizem muito ao desenvolvimento dos alunos e as possíveis explicações das reprovações, evasões e aprovações. O número de aprovação equivale, aproximadamente, a mais de 50%, levando em consideração as reprovações, que estão abaixo de 40%, sendo um ponto positivo, em tese, porém esse valor, para todas as séries, poderia ser reduzido ainda mais com atuações de políticas pedagógicas e outras metodologias de ensino.

Analisando a tabela 6, o mais alto índice de aprovação foi no 9º ano, levando em consideração a percentagem frente as anteriores séries. Retornando ao gráfico 5, comparando os dados de 2017 e 2018, os números de matrículas diminuíram no 9º ano e uma das explicações foi o alto índice de evasão escolar. A coordenação da escola deduz que essas evasões decorrem da falta de condições no financiamento dos estudos ou à entrada no mundo do crime organizado e a inserção ao mundo do trabalho.

Há uma convenção de porcentagem na situação de evasão escolar. Segundo o MEC, os números acima de 5% precisam de uma definição de estratégias para a contenção da evasão escolar. Como dito anteriormente, os maiores índices estão entre o 7º e 8º anos.

Para uma possível intervenção nessa questão, a conscientização por parte dos profissionais da educação, não só os professores, mas toda equipe pedagógica para pensar um caminho na redução dos índices de reprovação, é essencial e importante. Desse modo, algumas intervenções na escola, como as atividades extras, oficinas, apresentação de novas metodologias em sala de aula e projetos pedagógicos é um ponto de partida interessante para as primeiras mudanças no sistema educacional brasileiro. Nesse ponto, o produto educacional produzido neste trabalho pode ser uma das alternativas na utilização de novos mecanismos em sala de aula, reduzindo possivelmente, por exemplo, o número de abandonos escolares.

No entanto, para os problemas de evasão escolar ainda é um caminho complexo a ser trilhado, pois existem diversos fatores que acometem tais ações e um possível diagnóstico, na escola referida, é um processo ainda a se pensar e resolver.

Os números de reprovações estão ligados, principalmente, ao déficit no aprendizado, sobretudo, nas disciplinas relacionadas às Ciências Exatas, em especial, a matemática. A principal justificativa seria pela não apreensão do raciocínio lógico, a aplicação das quatro operações e a compreensão dos fundamentos matemáticos na prática cotidiana.

2.2.4 A presença dos estudos da Oligarquia Sarneísta em sala de aula

Na escola UEB Luís Viana, observou-se a preocupação por partes dos docentes responsáveis pela disciplina de História a apresentação da História Local aos alunos, haja vista da pouca abordagem sobre as temáticas históricas presentes no Maranhão nas escolas públicas maranhense. Porém, segundo esses docentes, os assuntos mais mencionados nas aulas do Ensino Fundamental II são os presentes nos períodos Colonial e Imperial, por exemplo a Revolta da Balaiada. Já as temáticas da Contemporaneidade no Maranhão são deixadas de lado, sendo o fator macro a ausência de tais temáticas nos livros didáticos adotados e o pouco acesso às pesquisas do Maranhão Contemporâneo, sobretudo a segunda metade do século XX.

Em primeira instância, a aprimoração acadêmica e o entendimento por parte dos professores foram fundamentais para que essa abordagem ocorra nas discussões de História. No caso desta observação³⁸, a turma unitária do 9º ano foi apresentada ao período objeto de estudo deste trabalho: a Oligarquia Sarneísta.

É importante mencionar que no ano letivo de 2019 as proposições da BNCC ainda não tinham sido adotadas, mas a preocupação por parte do professor responsável foi de grande relevância, intercalando discussões em nível nacional e trazendo para a perspectiva maranhense.

A importância do acompanhamento pedagógico via coordenação e planejamento anual de atividades ao longo do ano letivo é fundamental para o alcance das metas pensadas e debatidas em conselho pedagógico. Nesse sentido, a elaboração do planejamento anual de conteúdo é essencial no andamento das atividades, possibilitando a utilização de metodologias diferentes e outros materiais didáticos extras.

Quadro 11. Planejamento Anual do 9º ano do Ensino Fundamental

UEB LUÍS VIANA Conteúdo Programático de História Prof.: Luiz Celso 9º Ano do Ensino Fundamental	
Bimestre	Conteúdo Programático
1º	<ul style="list-style-type: none"> • Segunda Revolução Industrial; • Imperialismo e Neocolonialismo; • Primeira Guerra Mundial; • O período Entre Guerras.

³⁸ Todas as atividades realizadas na escola UEB Luís Viana serão mencionadas no capítulo 3 deste trabalho.

2º	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil 1930: Golpe ou Revolução; • Os Fascismos; • A guerra Civil Espanhola; • Comunistas e Fascistas no Brasil; • O Estado Novo; • Segunda Guerra Mundial.
3º	<ul style="list-style-type: none"> • Descolonização da África e da Ásia; • Revolução Chinesa; • A Guerra Fria; • Populismo na América Latina; • Nacionalismo e Liberalismo no Brasil; • A guerra do Vietnã; • As Ditaduras na América Latina.
4º	<ul style="list-style-type: none"> • Golpe de Estado no Brasil; • Brasil: a vitória da Linha Dura; • Brasil: o Milagre Econômico; • Brasil: o fim da Ditadura; • O Fim da Guerra Fria; • A Nova Ordem Mundial; • De Collor a Bolsonaro.
CAPACIDADES	ESTRATÉGIAS
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir o contexto político e econômico que levou à Crise Mundial de 1929; • Identificar as origens dos Estados Totalitários no período entre Guerras; • Entender como se deu a ascensão de Getúlio ao poder; • Compreender a Segunda guerra mundial, suas causas e seus efeitos; • Discutir a crise do populismo na América Latina; • Compreender os movimentos de descolonização da África e na Ásia; • Analisar o período de transição política do governo de Juscelino até o desfecho do golpe militar de 1964; • Identificar as características gerais da Ditadura Militar; • Compreender o conceito de neoliberalismo; • Discutir a noção de globalização; • Discutir o momento político, econômico, social e cultural da atualidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas dialogadas; • Leitura compartilhadas; • Seminários; • Interpretações de textos complementares; • Produção de Mapas Mentais.
AValiação	
<ul style="list-style-type: none"> • Temos como proposta a valorização de uma conscientização crítica da realidade na perspectiva de promover o desenvolvimento do educando, valorizando a participação 	

crítica.

Fonte: Acervo da Escola UEB Luís Viana (2019). Adaptado.

O plano anual basicamente organiza o conteúdo programático ao longo do ano letivo vigente, destacando e norteadando os assuntos a serem trabalhados em sala de aula. Dessa forma, as capacidades a serem desenvolvidas em sala de aula são mecanismos para o aprimoramento no ensino-aprendizado, além da utilização de mecanismos facilitadores para o aproveitamento nas aulas.

De acordo com o plano anual elaborado pelo professor responsável pelo 9º ano na disciplina de História e as novas proposições educacionais, o conteúdo programático contempla as temáticas que devem ser abordadas em sala de aula na vigência educacional atual. No caso das capacidades ou habilidades que os alunos devem alcançar, o docente opta na organização de cada conteúdo que irá ser abordado em sala de aula, o que na BNCC e no Documento Curricular do Território Maranhense é mais macro, ou seja, as habilidades mencionadas nos documentos englobam, de maneira geral, cada tema a ser debatido em sala de aula.

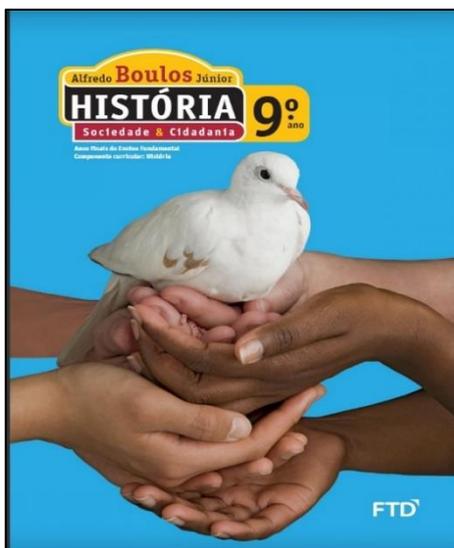
No caso das estratégias, a opção do professor é o modelo mais tradicional na abordagem do ensino e aprendizado, deixando bem claro que é uma estratégia metodológica e satisfatória adotada pelo docente em sala de aula e sem desqualificar. Já o Documento Curricular do Território Maranhense elenca outros processos metodológicos, que podem ser agregados nas aulas, por exemplo a inserção de música ou documentário. O processo avaliativo realizado pelo professor é interessante, pois contempla a conscientização crítica e o desenvolvimento nos debates de maneira mais participativa e não engessado ao modelo tradicional de avaliação.

Nesse sentido, a preocupação por parte do docente responsável é elencar diálogos, possibilidades e criticidade na interação entre conteúdo e aprendizado. Apesar disso, o plano anual convencional (modelado de maneira geral para o Ensino Fundamental) não menciona temáticas para a História Local, sendo um ponto negativo nas abordagens do Ensino de História no ensino básico. No entanto, o professor responsável não se deteve apenas ao que foi organizado no plano anual, mas trabalhou e problematizou a História maranhense como parte do conteúdo e das discussões, sendo um diferencial nas aulas de História. Assim, a temática da Oligarquia Sarneista não ficou ausente da sala de aula, mesmo que o livro didático não apresente sugestões para discussões da História Local.

O livro adotado na escola nas turmas de 9º ano, até o ano letivo de 2019, foi “História, Sociedade e Cidadania” de Alfredo Boulos Júnior (2015). O presente material didático

basicamente está dividido em 4 unidades: 1) Eleições: passado e presente; 2) Política e propaganda de massas; 3) Movimentos Sociais: passado e presente e 4) Ética na política. A principal unidade para a análise é a terceira, em que é explorado o período da ditadura empresarial-militar em sala de aula.

Figura 1. Capa do livro didático História, Sociedade e Cidadania



Fonte: História, Sociedade e Cidadania. FTD (2015).

Para uma melhor visualização das temáticas trabalhadas no livro didático, segue abaixo a organização dos conteúdos via sumário.

Figura 2. Sumário do livro didático História, Sociedade e Cidadania

SUMÁRIO	
Unidade 1 ELEIÇÕES: PASSADO E PRESENTE 10	
Capítulo 1 Industrialização e imperialismo 12	
Segunda fase da Revolução Industrial 12	
O imperialismo 15	
Teorias racistas do século XIX 16	
O imperialismo na África 17	
A resistência africana 20	
Japão, uma nova potência capitalista 25	
Atividades 27	
I. Retomando 27	
II. Leitura e escrita em História 29	
Capítulo 2 A Primeira Guerra Mundial 30	
Rivalidades imperialistas 31	
A paz armada 32	
As fases da guerra 33	
O saldo trágico da Primeira Guerra 39	
A Liga das Nações 41	
Atividades 42	
I. Retomando 42	
II. Leitura e escrita em História 44	
III. Você cidadão! 45	
Capítulo 3 A Revolução Russa 46	
A Rússia czarista 47	
O processo revolucionário 53	
Atividades 58	
I. Retomando 58	
II. Leitura e escrita em História 59	
III. Integrando com... Arte 60	
IV. Você cidadão! 60	
Capítulo 4 Primeira República: dominação 62	
Oligarquias no poder 63	
Indústria e operários na Primeira República 70	
Atividades 74	
I. Retomando 74	
II. Leitura e escrita em História 76	
III. Você cidadão! 77	
Capítulo 5 Primeira República: resistência 78	
A Guerra de Canudos 79	
A Guerra do Contestado 80	
O cangaço 84	
A Revolta da Vacina 84	
A Revolta da Chibata 86	
O movimento operário 88	
Atividades 93	
I. Retomando 93	
II. Leitura e escrita em História 94	
III. Integrando com... Língua Portuguesa 96	
IV. Você cidadão! 97	
Unidade 2 POLÍTICA E PROPAGANDA DE MASSAS 98	
Capítulo 6 A Grande Depressão, o fascismo e o nazismo 100	
Os "anos felizes" 101	
A Grande Depressão 102	
O New Deal 104	
A ascensão do fascismo italiano 106	
O nazismo na Alemanha 109	
O fascismo espanhol 114	
Atividades 116	
I. Retomando 116	
II. Leitura e escrita em História 119	
III. Você cidadão! 119	
Capítulo 7 A Segunda Guerra Mundial 121	
Céu de nuvens carregadas 122	
Atividades 132	
I. Retomando 132	
II. Leitura e escrita em História 133	
III. Você cidadão! 135	
Capítulo 8 A Era Vargas 136	
O tenentismo antes de 1930 137	
1930: um marco na história do Brasil 139	
Governo provisório 141	
O Estado Novo 146	
Atividades 151	
I. Retomando 151	
II. Leitura e escrita em História 152	
III. Integrando com... Língua Portuguesa 153	
Unidade 3 MOVIMENTOS SOCIAIS: PASSADO E PRESENTE 154	
Capítulo 9 A Guerra Fria 156	
O mundo dividido 157	
Encontros entre os vendedores 157	
A Organização das Nações Unidas 159	
Um mundo bipolarizado 160	
O Plano Marshall 161	
Otan versus Pacto de Varsóvia 162	
A corrida armamentista 163	
A Guerra da Coreia 164	
Perseguições e crimes contra a humanidade 165	
Coexistência pacífica e corrida espacial 166	
Bob Dylan, Beatles e Rolling Stones 168	
Atividades 170	
I. Retomando 170	
II. Você cidadão! 172	
Capítulo 10 Independências: África e Ásia 173	
Independências 174	
Ásia 177	
África 179	
Atividades 186	
I. Retomando 185	
II. Leitura e escrita em História 187	
III. Você cidadão! 188	
Capítulo 11 O socialismo real: China, Vietnã e Cuba 189	
China: dominação e resistência 190	
O Vietnã 191	
Cuba 200	
Atividades 204	
I. Retomando 204	
II. Leitura e escrita em História 205	
III. Você cidadão! 206	
Capítulo 12 Brasil de 1945 a 1964: uma experiência democrática 207	
O Governo Dutra 209	
O segundo governo Vargas 211	
Getulista garante a posse de JK 213	
Governo Juscelino: "50 anos em 5" 213	
O governo de Lúcio Costa 216	
Governo João Goulart 218	
Atividades 222	
I. Retomando 222	
II. Leitura e escrita em História 223	
III. Você cidadão! 224	
Capítulo 13 Regime militar 225	
O governo do general Castelo Branco 227	
Governo Costa e Silva 230	
Governo Médici 231	
Governo Geisel 237	
Governo João Figueiredo 240	
Governo José Sarney 243	
A Constituição Federal de 1988 245	
Atividades 246	
I. Retomando 246	
II. Leitura e escrita em História 248	
III. Integrando com... Matemática 250	
IV. Você cidadão! 251	
Unidade 4 ÉTICA NA POLÍTICA 252	
Capítulo 14 O fim da URSS e a democratização do Leste Europeu 254	
O governo Krushchev 256	
O governo Brejnev 256	
Gorbachev: reconstrução e transparência 258	
Democratização no Leste Europeu 260	
Atividades 267	
I. Retomando 267	
II. Integrando com... Língua Portuguesa 268	
III. Você cidadão! 269	
Capítulo 15 A Nova Ordem Mundial 270	
Globalização 271	
Globalização e desemprego 279	
Protestos contra a globalização 281	
Um mundo multipolarizado 281	
Conflitos e tensões no mundo atual 282	
Atividades 295	
I. Retomando 295	
II. Leitura e escrita em História 297	
Capítulo 16 O Brasil na Nova Ordem Mundial 301	
Governo Collor 303	
Governo Itamar Franco 305	
Governo Fernando Henrique 307	
O governo Lula 310	
O governo Dilma Rousseff 317	
Povos indígenas hoje 321	
Desafios 324	
Atividades 326	
I. Retomando 326	
II. Integrando com... Matemática 328	
III. Você cidadão! 328	
Bibliografia 330	
Mapas de apoio 332	

Fonte: História, Sociedade e Cidadania. FTD (2015).

Tal material didático apresenta a superficialidade do período ditatorial brasileiro, quer dizer, desde o processo do golpe de Estado em 1964 ao governo de João Figueiredo não há aprofundamento em muitos aspectos importantes e significativos para o entendimento desse marco histórico brasileiro. Em sala de aula, o professor responsável se baseava, mas não tomava por material principal nas atividades escolares, apesar do livro ainda exercer um papel fundamental em relação aos alunos, funcionando como um norteador de conteúdo nas discussões.

Quadro 12. Temáticas do Regime Militar presente no livro didático “História, Sociedade e Cidadania”

GOVERNO	PRINCIPAL ASSUNTO	AUSÊNCIAS
CASTELO BRANCO (1964-1967)	Eleições indiretas, dissolução dos partidos políticos, instituição do bipartidarismo.	Contextualização sobre as Eleições Indiretas e uma abordagem mais ampla acerca dos primeiros momentos da Ditadura Empresarial-Militar, além de situar os impactos dos Atos Institucionais.
COSTA E SILVA (1967-1969)	Protestos e manifestações sociais em oposição ao	Movimentos sociais opositores, explicação sobre

	regime, governo de linha dura, promulgação do Ato Institucional 5.	o governo linha dura e castelista e a exposição do mais repressor Ato Institucional.
EMÍLIO MÉDICI (1969-1974)	Governo mais duro e repressivo, “anos de chumbo”, Milagre Econômico.	A luta pela volta da democracia e a forte perseguição aos que não eram a favor do governo e a problematização do Milagre Econômico.
ERNESTO GEISEL (1974-1979)	Início do lento processo de transição política, abertura da política “lenta, gradual e segura”, promoção aos ataques clandestinos à esquerda, fim do AI-5.	Apesar do discurso da abertura política, não abordou a perseguição política, como também os impactos do fim do AI-5 e o significado nos andamentos políticos após o fim do Ato Institucional.
JOÃO FIGUEIREDO (1979-1985)	Processo de Redemocratização, Lei da Anistia, aprovação de lei para o restabelecimento do pluripartidarismo.	A arbitrariedade da Lei da Anistia, o impacto pela volta do pluripartidarismo e os novos parâmetros políticos no Brasil pelo processo de Redemocratização.

Fonte: BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania**, 9º ano. 3 ed. São Paulo: FTD, 2015.
Elaboração Própria.

O emblemático é a falta de discussão e ênfase em relação aos movimentos sociais, sobretudo, os de resistência ao processo ditatorial, levando em consideração o título da unidade “movimentos sociais: passado e presente”, quebrando, dessa forma, a oportunidade de gerar várias discussões em sala de aula. É interessante mencionar que a turma do 9º ano da UEB Luís Viana tinha a possibilidade de expressar opiniões acerca desses temas, pois a principal preocupação por parte do docente era a conscientização dos governos ditatoriais ultraconservadores e repressivos.

Diante disso, a abordagem sobre a Ditadura Empresarial-Militar no livro didático se torna superficial pela falta de criticidade e aprofundamento na temática, haja vista a necessidade de discussão e conscientização de um período tão nefasto da História brasileira. Além disso, a compreensão desse período histórico redimensiona as possibilidades de orientação para um olhar mais crítico e problematizador diante das temáticas que envolvam assuntos que quebram os princípios de respeito à humanidade e a pessoa humana.

É importante destacar que o Ensino de História tem um papel fundamental na construção dos aspectos teóricos e metodológicos nos livros didáticos e a abordagem em sala

de aula. Nesse caso, a aproximação entre a prática docente e as discussões em torno da produção historiográfica, torna-se um processo essencial no andamento do ensino em sala de aula. Diante disso, tais proposições se tornam essenciais na perspectiva do ensino e possibilita debates para além dos tópicos presentes no livro didático.

Dessa forma, Fabiana Almeida e Sonia Miranda (2012) abordam as multiplicidades da narrativa e a questão de a memória serem um campo no Ensino de História relevantes, ou seja, o destaque em equacionar o lugar de pertencimento, por meio da memória, e o discurso acerca dos acontecimentos históricos são um ramo em que o professor pode aguçar no aluno por meio do debate, exposição e criticidade, sendo, de fato, recorrentes nas aulas de História do 9º ano da escola UEB Luís Viana.

A abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula foi interessante, pois o docente se preocupou em levar as discussões do processo político maranhense para o cotidiano escolar. Segundo o professor responsável, a necessidade de apresentar aos alunos à História Local é de suma importância devido à falta de abordagens da História maranhense nas escolas públicas. Apesar de não haver muitos materiais didáticos que explorem tal temática, o docente busca mecanismos que auxiliem as discussões e enriqueçam o capital cultural do alunado, além de apresentar a História do Maranhão, desconhecida pela maioria.

Um dos mecanismos utilizados pelo docente é um livro didático interdisciplinar sobre História e Geografia do Maranhão, escrito por ele mesmo, em parceria com um geógrafo e professor de geografia. Nesse aspecto, a dinâmica do professor já se configura nas primeiras recomendações da BNCC, assim como a organização das competências e habilidades presentes do Quadro Organizador do Documento Curricular do Maranhão (2019), no que tange à História Local e interdisciplinaridade.

Quadro 13. Temas abordados em sala de aula

PERÍODO		AULA DISCUSSÃO
VITORINISMO	Governos Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadro (1961) e João Goulart (1961-1964).	Principais objetivos na discussão: <ul style="list-style-type: none"> • Representação na política maranhense. • O que foi esse processo político. • Os principais impactos na sociedade maranhense. • O que é oligarquia.

SARNEÍSMO	Período da Ditadura Empresarial-Militar: Governos Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974).	<p>Principais objetivos na discussão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem foi José Sarney. • Qual a relação direta na política antiga e presente. • Principais medidas na política e economia. • O que representou nas dinâmicas maranhenses. • Desdobramentos na atualidade. • A importância para a História do Maranhão. • E para quê conhecer a trajetória de desenvolvimento da Oligarquia Sarneísta.
------------------	---	--

Fonte: Elaboração Própria.

As discussões em torno da dinâmica maranhense em paralelo com os desdobramentos em nível nacional foram de extrema relevância, pois apresentaram aos alunos a História do Maranhão, despertando o interesse no conhecimento sobre a História Local, previsto pela BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense. Nesse aspecto, o docente destacou a necessidade de discutir a Oligarquia Vitorinista com os alunos, devido ao período estudado em sala de aula – anterior ao Golpe de Estado em 1964 – quando surgiu a figura de José Sarney na política maranhense. Diante disso, foi relevante destacar o paralelo com as dinâmicas políticas maranhenses ao longo da Oligarquia Vitorinista e as implicações nos setores políticos, econômicos e sociais, além das relações com as perspectivas nacionais.

No caso da Oligarquia Sarneísta, o principal foco desta observação e discussão deste trabalho, o professor se deteve na formação política de José Sarney, os primórdios do sarneísmo, o discurso do “Maranhão Novo” e o alinhamento com a Ditadura Empresarial-Militar. O interessante mencionar é a preocupação do docente responsável em elencar discussões da História Local para a sala de aula, diante da ausência de estudos do Maranhão nas escolas maranhenses. Além disso, a busca de outros mecanismos, além do livro didático, para o auxílio em sala de aula foi interessante e louvável.

A apresentação da Oligarquia Sarneísta aos alunos do 9º ano foi bem aceita, devido ao conhecimento da existência da figura de José Sarney, levando, conseqüentemente, para diversos

debates, principalmente, da ligação direta com o processo ditatorial com Sarney. Nessa perspectiva, o Maranhão se torna conhecido aos maranhenses e quebra-se o paradigma do desconhecimento da própria História, sendo ainda escasso na maior parte das escolas maranhenses na atualidade.

Em consonância a isso, o professor utilizou alguns mecanismos para o auxílio na abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula. Veja o quadro a seguir:

Quadro 14. Materiais Extras

TIPO DE MATERIAL	TÍTULO DO MATERIAL	ABORDAGEM
Livro Didático	“Geohistória do Maranhão: aspectos físicos, humanos, históricos e econômicos”.	<ul style="list-style-type: none"> • Debate dos principais aspectos do Sarneísmo; • Debate da política do “Maranhão Novo”; • Análise interdisciplinar da Oligarquia Sarneísta.
Vídeo	“Maranhão 66” e “O Milagre do Maranhão”	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das políticas maranhenses no período sarneísta; • Importância dos vídeos em sala de aula; • Implicações da política econômica no Maranhão, fazendo paralelo à atualidade.

Fonte: Elaboração Própria.

A abordagem dos estudos sobre o Maranhão Contemporâneo em sala de aula ainda é ínfima no ensino básico, tomando como referência de observação a escola municipal UEB Luís Viana. Porém, é importante mencionar a dimensão do conhecimento da História Local em sala de aula, além de possibilitar debates e problematizações nas esferas sociais presentes no Maranhão, no caso deste trabalho, o período da Oligarquia Sarneísta.

É cabível destacar sobre a relevância que a UEB Luís Viana representa para o ensino básico, por ser uma escola modelo e referência, no que tange à inclusão e qualidade (por parte dos profissionais), além de abrir espaço para a comunidade em torno da escola, como possibilidades de aplicação de projetos e ações pedagógicas para o melhoramento no desempenho docente e discente.

Assim, as impressões acerca dos diálogos relacionados ao Ensino de História do Maranhão no ensino básico foram satisfatórias pela preocupação do docente em explicitar a História Local, mesmo que o plano anual não destaque o Maranhão Contemporâneo. Diante disso, as expectativas nas apresentações sobre a Oligarquia Sarneísta foram de extrema relevância, chamando a atenção que é possível o trabalho com temáticas para além do livro didático, além de contemplar as novas proposições presentes na BNCC e no Documento Curricular do Território Maranhense (a base norteadora desse trabalho).

CAPÍTULO 3. APLICABILIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL “A OLIGARQUIA SARNEÍSTA NO MARANHÃO” NA ESCOLA MUNICIPAL UEB LUÍS VIANA

Ao longo do processo de construção deste trabalho, foi necessário pensar e repensar alguns procedimentos metodológicos, ações pedagógicas em sala de aula e ausência da temática da Oligarquia Sarneísta no ensino básico. Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo central apresentar a trajetória de construção e elaboração do produto institucional, apontando desafios e experiências na escola municipal UEB Luís Viana. No primeiro tópico, será a apresentação da trajetória de elaboração do produto *Oligarquia Sarneísta no Maranhão* e sua organização estrutural. No tópico dois, será abordado a aplicação do produto na escola, a experiência de escolha do novo livro didático, sua análise e exposição, e o diagnóstico das respostas dos questionários aplicados ao docente responsável e aos alunos do 9º ano.

3.1 Material Institucional Educacional em foco: a trajetória de elaboração do produto “Oligarquia Sarneísta no Maranhão”

Os procedimentos metodológicos são essenciais para se pensar caminhos no desenvolvimento das pesquisas de diferentes naturezas, sendo um fator primordial para as ações realizadas ao longo do processo histórico e educacional. O material agora apresentado foi elaborado como suporte ao docente na preparação e ministração das aulas sobre o Maranhão Contemporâneo, especificamente no contexto da Oligarquia Sarneísta. É importante mencionar que a relevância deste material está na abordagem de alguns aspectos sobre o processo histórico do Sarneísmo e suas implicações no Maranhão e, também, no Brasil.

Além disso, este material foi baseado nas novas proposições da BNCC, em nível nacional, e do Documento Curricular do Território Maranhense, em nível local. Apesar das organizações curriculares estarem em vigência, nesse momento, apenas no Ensino Fundamental, a partir do Quadro Organizador, presente no DCTM, PNLD e Documentos seculares, é um material que pode ser utilizado pelo docente no Ensino Médio.

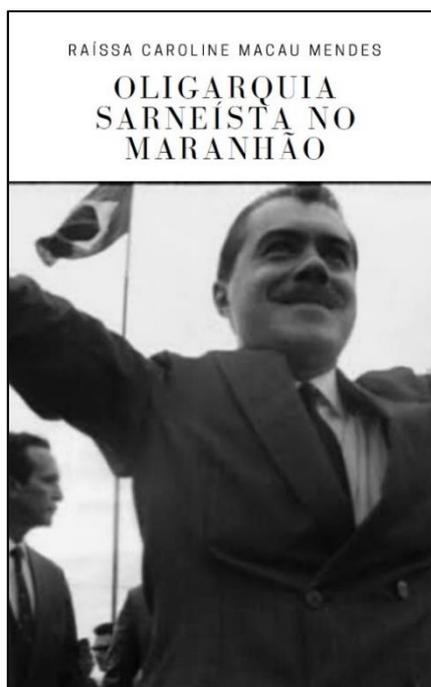
Então, a relevância deste produto está em torno de alguns objetivos: 1) demarcar a importância dos estudos locais e valorizar a História maranhense; 2) aproximar as determinações do Documento Curricular específico do Maranhão ao cotidiano escolar e 3) enfatizar um contexto histórico emblemático e pouco explorado no ensino básico sobre a Oligarquia Sarneísta.

Assim, o produto educacional está organizado da seguinte forma:

1. Capa;
2. Ficha catalográfica;
3. Epígrafe;
4. Apresentação;
5. Sumário;
6. Introdução;
7. Capítulo 1 - “E então surge a figura de José Sarney”
8. Capítulo 2 - A herança política em foco
9. Capítulo 3- Sugestões pedagógicas em sala de aula: o Ensino de História do Maranhão no ensino básico
10. Referências bibliográficas e
11. Glossário.

A ideia da capa tem como principal foco chamar a atenção do principal representante da Oligarquia Sarneísta, José Sarney, em um formato preto e branco, destacando o “envelhecido” processo histórico e político maranhense, que duraria mais ou menos 50 anos, e um caráter “salvacionista” no discurso proferido no ato da posse. Além disso, trazer a principal figura da Oligarquia Sarneísta é demarcar a importância desse processo político na história maranhense, que ultrapassou as barreiras estaduais e expandindo-se em nível nacional. Tal imagem foi tirada na posse de José Sarney ao governo do Maranhão.

Imagem 1. Capa do produto “Oligarquia Sarneísta no Maranhão”



Fonte: MENDES (2020).

Na apresentação do produto constam os elementos que justificam a relevância, levando a elaboração de tal material, além das explicações, em breves linhas, sobre as novas exigências da BNCC em relação à História Local e a importância do conhecimento acerca da História do Maranhão Contemporâneo, a partir do Golpe de Estado em 1964.

Na Introdução apresenta-se o contexto histórico em que a temática está inserida, as implicações para a sociedade maranhense e a discussão do Sarneísmo, destacando seus principais projetos implementados no Maranhão a partir de 1966.

O capítulo 1, *E então surge a figura de José Sarney*, tem como principal objetivo a apresentação da trajetória política de José Sarney e a formação da Oligarquia Sarneísta, desde o declínio do Vitorinismo até a consolidação/realizações do macroprojeto “Maranhão Novo”.

O capítulo 2, *A herança política em foco*, tem como enredo breves comentários sobre o início da trajetória política de Roseana Sarney no Maranhão, principalmente na eleição e vitória ao cargo de governadora do Estado, apresentando alguns elementos de continuação e de ruptura com o projeto político de José Sarney,

O capítulo 3, *Sugestões pedagógicas em sala de aula: o Ensino de História do Maranhão no ensino básico*, basicamente trata dos procedimentos pedagógicos que podem ser utilizados em sala de aula, além de sintetizar as novas proposições dos documentos curriculares, BNCC e Documento Curricular do Território Maranhense. Em diálogo com estes marcos regulatórios da educação brasileira, são apresentadas sugestões de atividades pedagógicas, além

de sugestões de leituras e outros métodos para utilização nas aulas de História do Maranhão Contemporâneo.

O produto apresenta algumas informações extras, como: caixas explicativas e glossário. Veja,

Imagem 2. Caixas explicativas

Você Sabia?

As *Oposições Coligadas* foi um grupo político em oposição à Oligarquia Vitorinista em que defendiam a ideia de uma reformulação política e administrativa. Representavam o movimento político progressivo em ascensão. O posicionamento do novo grupo político relacionava projetos governamentais em torno da administração, da infraestrutura e das questões econômicas, além da articulação intuitiva em relação à inovação política maranhense, isto é, segundo Wagner Costa (2001), um projeto progressista, libertário e de “salvação” para a sociedade maranhense. Principal figura desse movimento foi José Sarney.

Entendendo conceitos...

APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA: Numa perspectiva da matriz marxista gramsciana, são entidades que estão voltadas a disseminar ideias com obtenção da hegemonia, ou seja, responsáveis pelo consenso em torno de um projeto que pode vir ser hegemônico.

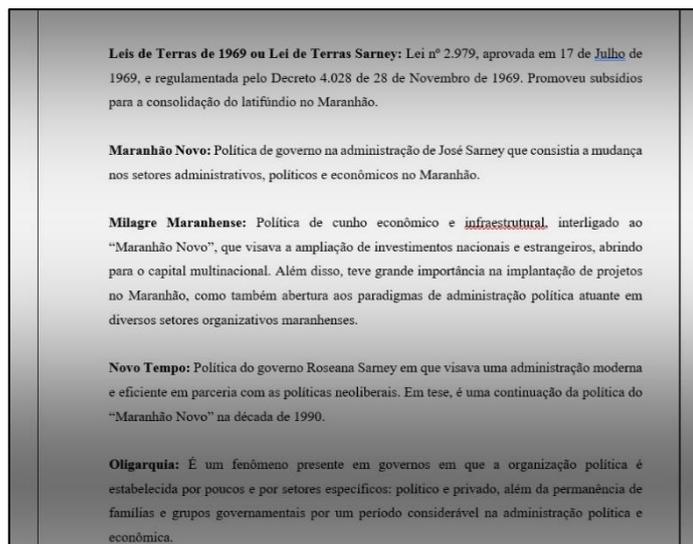
Um pouco da História Maranhense...

Lei de Terras de 1969 ou Lei Sarney de Terras: Lei nº 2.979, aprovada em 17 de Julho de 1969, e regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969. Promoveu subsídios para a consolidação do latifúndio no Maranhão. Tinha estreita ligação com a SUDEMA e proporcionou abertura ao grande empresariado rural, além de fazer parte da política desenvolvimentista do “Milagre Maranhense”.

Fonte: MENDES (2020).

Essas caixas explicativas funcionam basicamente para situar o leitor em alguns conceitos, movimentos políticos ou promulgações de leis que são pouco conhecidas nos estudos da História em sala de aula, além de destacar a dinâmica das ações ao longo da Oligarquia Sarneísta no Maranhão. Em consonância a isso, foi elaborado um glossário com alguns termos frequentes que não cabiam na discussão direta no texto.

Imagem 3. Glossário do Produto



Fonte: MENDES (2020).

Logo, a construção deste material foi realizada junto aos docentes da escola municipal “UEB Luís Viana”. Um dos principais questionamentos dos professores é a ausência de materiais voltados ao ensino básico sobre a História do Maranhão Contemporâneo e a preocupação no tipo de abordagem metodológica nas atividades em sala de aula. Por isso, os professores argumentam que o material deve ser construído de maneira sucinta e de fácil acesso, como também as propostas metodológicas acessíveis para a realidade das escolas públicas ludovicenses, sobretudo as localizadas nas periferias de São Luís.

Além disso, o produto foi aplicado de maneira satisfatória tanto para o docente responsável da turma do 9º ano quanto na sala de aula propriamente dita, ou seja, tudo que foi mencionado e discutido ao longo do produto foi previamente testado para que fosse construído da melhor maneira possível.

No centro de construção do produto pedagógico está a necessidade do ensino da História Local, potencializada através de materiais que abordem temáticas específicas, além de contemplar as novas exigências da BNCC e do Documento Curricular do Território Maranhense. Também esteve sempre presente o conteúdo presente no Quadro Organizador (Documento Curricular do Território Maranhense), obedecendo as exigências e destacando a importância dos estudos históricos locais nas aulas de História do ensino básico.

3.2 Os desafios na experiência de abordagem da temática “Oligarquia Sarneísta” em sala de aula: atividades realizadas na UEB Luís Viana

Este tópico tem como principal finalidade apresentar as atividades realizadas na escola municipal UEB “Luís Viana”, contemplando três eixos de dinâmica: 1) observação, 2) atividade realizada dentro de sala de aula e 3) dinâmica com os docentes, principalmente com os responsáveis pela disciplina de História. Além disso, as etapas foram pensadas e realizadas para que chegassem até a parte mais importante desse processo: a aplicação do produto educacional voltado aos professores do Ensino Básico.

As atividades estiveram organizadas em duas frentes: dinâmica com os docentes e observação em sala de aula. A dinâmica com os professores estava nas trocas de ideias e sugestões para a elaboração do produto, como também a utilidade em sala de aula para um bom desempenho e ampliação de temas nas aulas de História. Já as perspectivas em sala de aula, em primeiro momento, foram a observação do que os alunos entendiam e conheciam da Oligarquia Sarneísta e, posteriormente, a elaboração com as principais discussões em torno da temática.

Nesse sentido, foram desenvolvidas quatro ações práticas no âmbito escolar: 1) apresentação da proposta de atividade para ser realizada na escola e a aplicação do questionário ao docente, 2) análise dos materiais disponíveis para a adoção do novo livro didático, a partir de 2020, com as novas exigências da BNCC, 3) atividades em sala de aula junto aos alunos e 4) sugestões pedagógicas e metodológicas para o produto, haja vista o material ser voltado aos profissionais.

Quadro 15. Atividades realizadas na UEB Luís Viana

DATA	ATIVIDADE
05/11/2019	Entrega de documentos oficiais para a realização das atividades.
06/11/2019	Sem atividades – problemas técnicos na escola.
11/11/2019	Apresentação da mestrandia aos docentes e aos alunos; observação da dinâmica em sala de aula.
13/11/2019	Atividade em conjunto: debate. As primeiras abordagens sobre a História do Maranhão Contemporâneo. 1º momento: Vitorinismo; 2º momento: os primórdios da trajetória política de José Sarney.
18/11/2019	Sem atividades
20/11/2019	Atividade acerca da consciência negra, além da turma do 9º ano a inserção de outras séries para um diálogo interessante.
25/11/2019	Organização de aula/discussão do governo Juscelino Kubitschek (final do governo), Jânio Quadros e João Goulart (principais medidas e impactos).

27/11/2019	Discussão do governo João Goulart
02/12/2019	Aula sobre Reformas de Base e pré- Golpe de Estado de 1964; paralelo com o Maranhão (ministrado pela mestrandia).
04/12/2019	Reunião dos professores e adiantamento de aula (Ditadura Empresarial-Militar).
09/12/2019	Aula Ditadura Civil-Militar – governo Castelo Branco e o início da repressão no Brasil; paralelo com o processo político maranhense (ministrado pela mestrandia). OBS.: Auxílio ao professor supervisor à turma do 7º ano. Temática: América Espanhola.
16/12/2019	Término Ditadura Empresarial-Militar– governos Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo e transição para a Redemocratização.
18/12/2019	Governo Estadual de José Sarney; vídeo “Maranhão 66” e “O Milagre do Maranhão” e breve discussão sobre Oligarquia Sarney no Maranhão.
08/01/2020	Conversa com o professor supervisor sobre sugestões para o produto e ações posteriores ao mestrado.

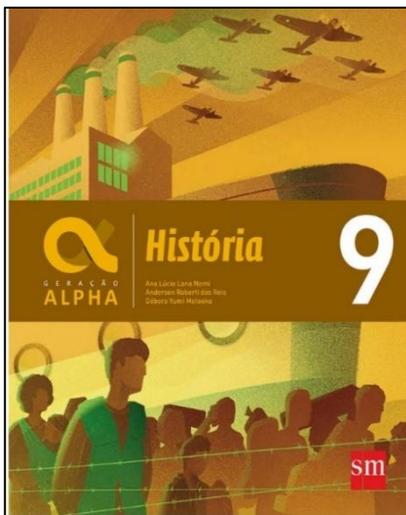
Fonte: Elaboração Própria.

Em primeiro momento, a apresentação do projeto de pesquisa foi muito bem recebida pelos docentes, porém o trabalho ficou restrito à disciplina de História, com o responsável pela turma do 9º ano, o professor Mestre Luiz Celso, apesar das sugestões para o produto não ficarem exclusivas para as ações nas aulas de História. Segundos os docentes da disciplina de História, a ampliação para as outras áreas do conhecimento é essencial para o compartilhamento de ideias, elencando pontos de diálogo e interdisciplinaridade com outras áreas para além das Ciências Humanas. Segundo a BNCC (2018), as formas de organização dos componentes curriculares fortalecem as organizações interdisciplinares, além do fortalecimento nas estratégias de ações pedagógicas em sala de aula e as relações de ensino e aprendizagem dos alunos (BNCC, 2018, p. 16).

Em segundo momento, as discussões para a adoção do novo livro didático para o quadriênio 2020-2024. Esse material propõe as novas disposições da Base Nacional Comum Curricular em que deve contemplar as temáticas a serem discutidas em sala de aula, como a questão da cultura, mundo digital e diversidades. É interessante mencionar que os livros e toda conjuntura organizativa pedagógica via BNCC é concreto no Ensino Fundamental, por isso a consolidação da Base nos primeiros anos de atividade escolar.

A coleção adotada de livro didático pela escola foi “Geração Alpha História” da Editora SM e organizado por Ana Lúcia Lana Nemi, Anderson Roberti dos Reis e Débora Yumi Motooka (para o 9º ano), lembrando que cada série tem uma equipe de profissionais que organizaram o livro correspondendo a cada série do Ensino Fundamental II.

Figura 3. Capa do livro Geração Alpha História 9º ano



Fonte: Geração Alpha História. Edições SM, 2018.

O Plano Nacional do Livro Didático 2020 (2019) prevê, para a disciplina de História, o processo cognitivo organizado a partir das habilidades e competências que o aluno deve desenvolver. Para tanto, o PNLD destaca alguns requisitos que tal obra didática deve conter: disciplinares, interdisciplinares e projeto integradores (PNLD, 2019). Significa dizer que, o novo processo de escolha do livro didático deve passar por alguns critérios para uma possível aprovação, obedecendo as orientações da BNCC e respeitando a diversidade cultural brasileira.

Na resenha fornecida pelo PNLD (2019), é uma obra satisfatória em relação ao conteúdo e abordagem pedagógica. Enfatiza a coleção apresentando textos norteadores aos professores sobre os diálogos com a BNCC por meio das competências e as estratégias/abordagens do ensino de História. No entanto, a principal ausência do livro é a não indicação de estudos da História Local, apesar de ser um ponto central na BNCC. Porém, há pontos positivos nas abordagens sobre os estudos do período ditatorial brasileiro, mostrando o quão contraditório e terrível foi esse marco histórico. A BNCC recomenda os objetos de conhecimento para a abordagem em sala de aula. Veja-os:

Quadro 16. Temática do Período Ditatorial Brasileiro via BNCC no 9º ano do Ensino Fundamental

OBJETOS DE CONHECIMENTO (BNCC)	HABILIDADES (BNCC)
<p>1. Os anos 1960: revolução cultural? 2. A ditadura civil-militar e os processos de resistência 3. As questões indígena e negra e a ditadura</p>	<p>EF09HI19: Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.</p> <p>EF09HI20: Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.</p> <p>EF09HI21: Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.</p>

Fonte: BNCC (2018). Elaboração Própria.

No quadro 13, em termos gerais, a obra aborda assuntos previstos pela BNCC. No entanto, ainda carece de sugestões para leituras sobre a História Local, apesar, possivelmente, das secretarias estaduais de educação terem algum documento norteador para as discussões em sala de aula, haja vista de ser um item exigido pela Base. No caso do Maranhão, o Documento Curricular do Território Maranhense (2019) prevê algumas temáticas que devem estar presentes nas aulas de História, por exemplo, os movimentos de resistência ocorridos aqui no Maranhão. Nesse sentido, as possibilidades de discussões em torno da História Local, oportuniza a importância dos materiais didáticos que enfatizem e debatam temáticas sobre o Maranhão Contemporâneo no ensino básico.

Quadro 17. Abordagem do capítulo sobre Ditadura Civil-Militar no livro Geração Alpha História

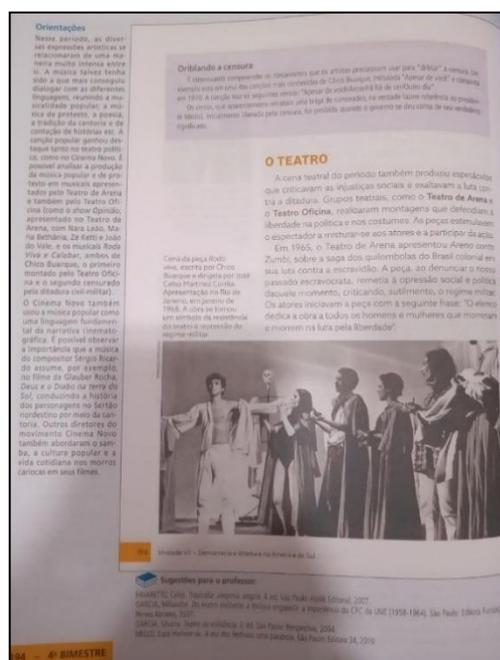
TEMA	ASSUNTO
<p>O Golpe de 1964 e os anos de chumbo no Brasil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O governo João Goulart e as reformas de base; • O caminho do golpe; • O início da ditadura; • O endurecimento do regime; • A censura; • A espionagem política e a tortura; • A luta armada;

- Cultura, contracultura e resistência na década de 1960;
- A política econômica dos governos militares;
- A contestação ao modelo desenvolvimentista.

Fonte: Geração Alpha História (2018). Elaboração Própria.

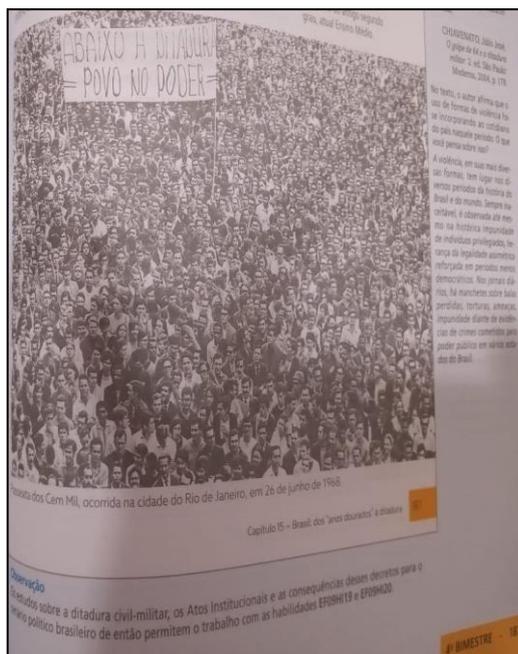
Diante disso, as abordagens destacadas nos conteúdos são importantes e um ponto crucial nos pequeníssimos avanços para os debates sobre cultura e resistência, deixando claro novas formas de ensinar e aprender, além do compartilhamento de experiências no âmbito da aprendizagem. Além disso, é cabível mostrar alguns mecanismos de discussão em sala de aula proporcionados pelo livro didático:

Figura 4. Texto e Imagem



Fonte: Geração Alpha História (2018).

Figura 5. Imagem “Abaixo a Ditadura”



Fonte: Geração Alpha História (2018).

Na figura 4, as orientações são elencar o texto e a imagem contextualizando o período e umas das formas de resistência, além de colocar em perspectiva algumas sugestões de leitura para tais temáticas. Já na figura 5, o principal eixo de discussão é visual por meio da imagem em que contempla as manifestações sociais contra a ditadura, proporcionando debates que valorize outras formas de ensino e aprendizado para além do texto escrito, possibilitando outras formas didáticas em trabalhar temáticas importantes para reflexão e conscientização.

No terceiro momento, ao longo das dinâmicas realizadas em sala de aula, foi observado que: 1) as turmas tinham em torno de 25 a 30 alunos, 2) a desenvoltura do professor em sala de aula (domínio e boa relação), 3) a prática pedagógica em torno de trocas entre professor e aluno, ou seja, participação de todos, 4) discentes, quase 90%, de afrodescendentes e com engajamento político e social na comunidade residente e 5) apenas uma turma de 9º ano.

Para as observações na turma do 9º ano foram colocados em destaque alguns pontos interessantes: 1) a participação coletiva dos alunos em sala de aula, 2) a utilização do livro didático por todos os alunos e materiais extras oportunizados pelo professor, 3) abordagem da História do Maranhão como um ponto crucial no conhecimento da história contemporânea, 4) o diálogo entre História do Brasil e História do Maranhão como dois ramos vinculados e simultâneos e 5) o interesse por parte dos alunos em conhecer a História do Maranhão.

A importância de trazer as discussões da História do Maranhão para a turma do 9º ano, em que o Estado maranhense não estava alheio às injunções políticas nacionais, coloca o estado

em uma posição de relevância, além de fazer os alunos entenderem a necessidade de conhecer a trajetória da histórica local, sobretudo na temática, do período de observação, da ditadura empresarial-militar.

Além disso, o docente teve a preocupação de explorar o conteúdo de maneira que os alunos percebessem a importância do conhecimento regional, quebrando o paradigma de trabalhar apenas o que contém no livro didático. O ponto positivo do professor responsável foi elencar as discussões do processo político nacional com as dinâmicas estaduais, apesar de ser um caminho ainda lento, segundo o docente, pela escassez de materiais didáticos sobre o Maranhão Contemporâneo.

Por isso, a importância do produto institucional elaborado e aplicado na escola, possibilitando novas discussões e desconstruindo a ideia de exclusão de temáticas do Maranhão Contemporâneo, inclusive no período das ações da Oligarquia Sarneísta.

No quarto momento, foi realizada uma entrevista, em forma de questionário fechado, ao professor responsável pela disciplina de História do 9º ano sobre as dinâmicas dentro da escola. O questionário contém dez perguntas, de múltipla escolha e descritiva.

A primeira pergunta envolve o conhecimento do docente sobre a BNCC. A resposta foi positiva, pois destacou a necessidade de conhecer o documento norteador do ensino básico, apesar de expressar muitas críticas ao processo de elaboração e proposição ao ensino. Na segunda pergunta foi questionado sobre os assuntos mais explorados no Ensino Fundamental nas aulas de História do Maranhão: colônia, império ou república. Na resposta do docente, as principais áreas exploradas da História do Maranhão em sala de aula são colônia e império, por serem citadas nos livros didáticos, e, conseqüentemente, exploradas ao longo das aulas, por exemplo, a temática da Balaiada. Já no período republicano, devido aos intensos assuntos da História Geral e do Brasil presentes nos livros, a História do Maranhão é deixada de lado, sobretudo pela escassez de materiais didáticos que abordem a História maranhense no período republicano.

Sobre as dificuldades das aulas de História do Maranhão, o docente apontou: “Primeiramente, o fato do conteúdo ser desconhecido do nosso alunado. Segundo, a existência de poucas fontes didáticas como suporte para nosso trabalho³⁹”. Fica evidente que a necessidade

³⁹ MENDES, Raíssa Caroline Macau. Questionário aplicado ao docente Luiz Celso. Questionário realizado em novembro de 2019.

de materiais didáticos sobre a História do Maranhão, ou seja, a ampliação das pesquisas no âmbito acadêmico para as escolas e, assim, cooperação entre universidade⁴⁰ e escola.

Em relação a abordagem da História do Maranhão, o docente respondeu que é importante e necessária nas ações e discussões no âmbito da sala de aula. Quanto ao acesso à historiografia maranhense, o professor responde de maneira positiva, lembrando que faz parte do quadro dos professores com pós-graduação (mestrado), engajado nas políticas educacionais para além da sala de aula e diálogo entre Ensino de História e pesquisas acadêmicas, já discutido anteriormente no capítulo 2 deste trabalho.

Sobre a abordagem da Oligarquia Sarneísta, o docente responde de maneira positiva e justifica da seguinte forma: “Principalmente, após a BNCC, começamos a abordar sobre a Era Vitorinista no Maranhão para poder entrar em Sarneísmo⁴¹”. Observa-se que a consciência do docente diante da importância de inserção da História Local, principalmente em função das proposições da BNCC e do Documento Curricular do Território Maranhense

Já sobre a parceria entre universidade e escola, o docente destaca: “A Universidade deveria estar mais próxima das Escolas com suas licenciaturas, estabelecendo e estreitando os vínculos entre universidade e sociedade⁴²”. O professor argumenta a ausência das universidades no ensino básico, dando ênfase à necessidade do trabalho de campo e da cooperação entre as instituições, criticando a ideia de os alunos das licenciaturas não terem uma convivência em sala de aula antes do estágio supervisionado obrigatório.

Nesse sentido, a interação entre universidade e escola é essencial para o desenvolvimento das pesquisas voltadas à educação e o retorno ao ensino básico, gerando capacitação aos docentes que não dispõem de tempo suficiente para tais pesquisas e agregando pontos importantes na construção de novos debates e melhoramento nos materiais didáticos, projetos pedagógicos e ações pedagógicas no âmbito escolar.

Na segunda etapa das atividades na escola foram realizadas atividades em sala de aula com os alunos, incluindo debates sobre a Oligarquia Sarneísta, oficina e aplicação de questionário, possibilitando uma análise acerca do conhecimento sobre a ditadura brasileira e, principalmente, o Sarneísmo.

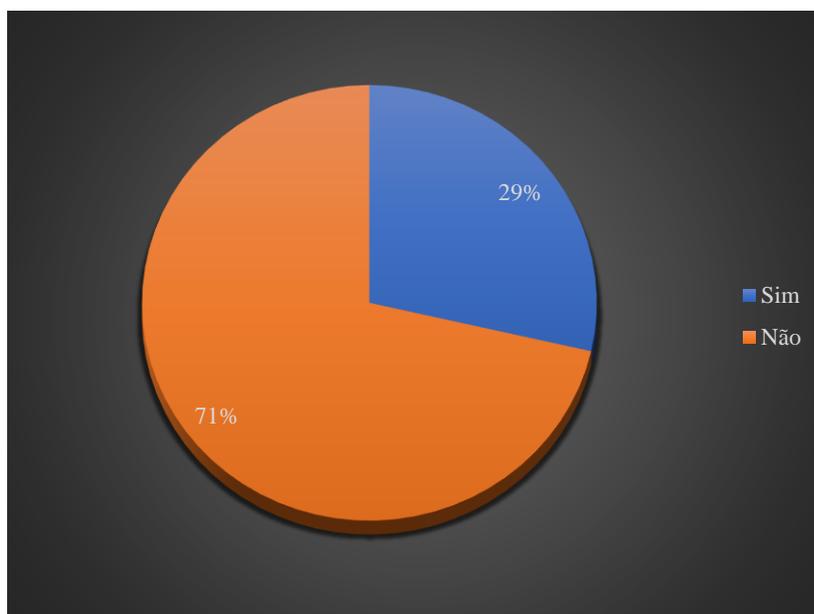
⁴⁰ O Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – NUPEHIC, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo, docente da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, desenvolve pesquisas que contemplam a História Local. Nesse sentido, tem-se dissertações, monografias e artigos publicados sobre o Maranhão Contemporâneo. Para maiores informações, acesse o site <http://nupehic.net.br/>.

⁴¹ MENDES, Raíssa Caroline Macau. Questionário aplicado ao docente Luiz Celso. Questionário realizado em novembro de 2019.

⁴² MENDES, Raíssa Caroline Macau. Questionário aplicado ao docente Luiz Celso. Questionário realizado em novembro de 2019.

O questionário contém seis questões múltipla escolha, sim ou não, sobre a História do Maranhão Contemporâneo. 14 alunos do 9º ano responderam o questionário, discentes do professor Luiz Celso e participantes da aplicação do produto. As respostas às questões estão representadas nos gráficos a seguir.

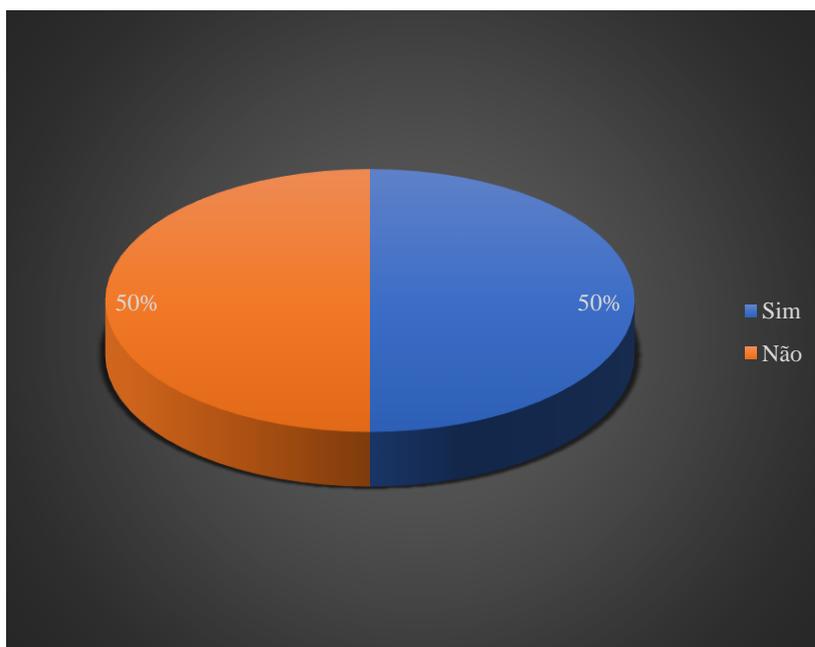
Gráfico 6. Você conhece a História do Maranhão Republicano?



Fonte: MENDES (2019).

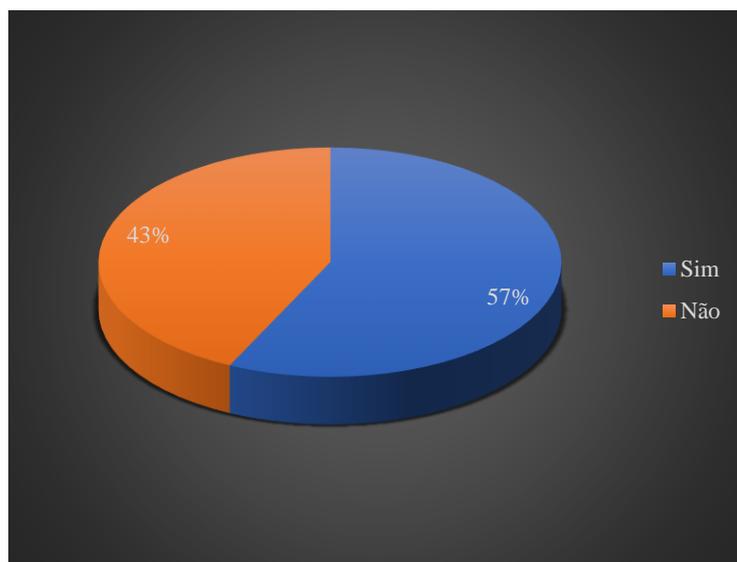
O conhecimento da História do Maranhão Republicano ainda é raro entre uma parcela significativa dos alunos da UEB Luís Viana, de acordo com as respostas do questionário. Diante disso, a importância de abordagem da História do Maranhão no período republicano é fundamental para o entendimento das dinâmicas atuais presentes no estado. No entanto, com as novas proposições da BNCC, o docente tem uma possibilidade mais ampla em explorar a História do Maranhão em sala de aula e, por isso, a relevância de materiais didáticos específicos que auxiliem o professor na construção das aulas de História.

Nesse aspecto, os 29% dos alunos que declararam conhecer a História do Maranhão Republicano, são aqueles que já tiveram contato com a temática com o mesmo docente responsável pela disciplina no 9º ano, pois o profissional tem a preocupação de apresentar tal período aos alunos e, também, a participação das primeiras atividades realizadas pela mestrandia.

Gráfico 7. Já estudou História do Maranhão nas séries anteriores?

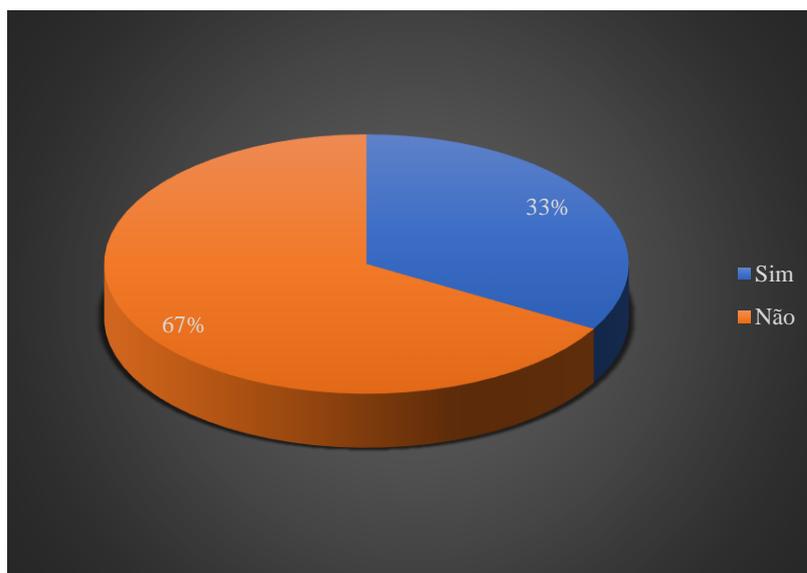
Fonte: MENDES (2019).

No caso da História do Maranhão nas séries anteriores, as respostas foram de 50% para cada alternativa, visto que os alunos que responderam de maneira positiva são oriundos da mesma instituição e, assim como o professor responsável pelo 9º ano, os demais docentes da disciplina de História da escola tem a responsabilidade de apresentar a História do Maranhão, reforçando a importância de abordar da História Local. Consequentemente, as determinações da BNCC e do Documento Curricular do Território Maranhense já são contempladas na escola UEB Luís Viana, podendo ser aprimorado com a inserção de materiais pedagógicos extras na condução das aulas de História.

Gráfico 8. Conhece o termo “Oligarquia”?

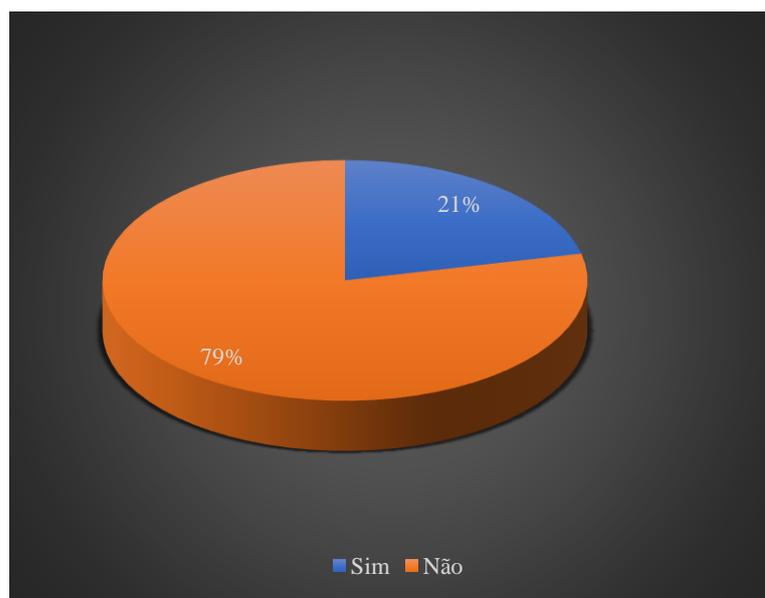
Fonte: MENDES (2019).

O termo Oligarquia, explicitado no primeiro capítulo desse trabalho, tem várias vertentes e com significados múltiplos, complexos e cheios de controvérsias para o entendimento de maneira mais sólida aos alunos de Ensino Fundamental, mas que pode ser bem trabalhado pelo professor por meio da utilização de mecanismos comparativos. Dessa forma, a ampliação das temáticas em sala de aula é significativa para as discussões sobre o processo político, econômico e social maranhense até os dias atuais. Não é à toa que 71% dos alunos já ouviram falar de tal termo e, o mais interessante, é associação que fazem: a ligação da figura de José Sarney ao termo Oligarquia.

Gráfico 9. Já ouviu falar da Família Sarney

Fonte: MENDES, 2019.

Esse gráfico é interessante analisar, pois, apesar de ser representativo e importante na trajetória histórica do Maranhão, ainda existem pessoas que não conhecem a Família Sarney. Apesar disso, 56% dos entrevistados conhecem e discutem o que essa família representa no Maranhão e entendem a importância de conhecer. Além disso, foi significativo perceber a necessidade que os alunos têm em aprofundar no assunto e saber seus impactos no estado e o que significa não só para o âmbito local, mas a nível nacional.

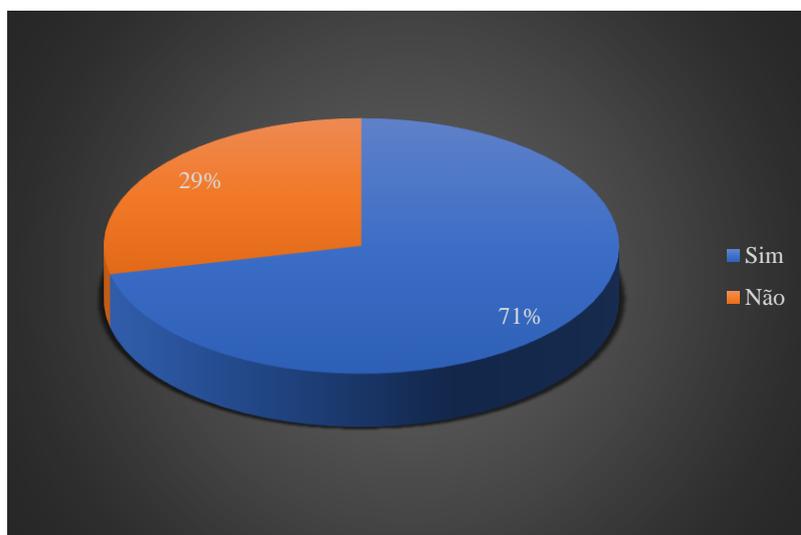
Gráfico 10. Conhece a Oligarquia Sarneísta no Maranhão?

Fonte: MENDES (2019).

A atuação da Oligarquia Sarneísta no Maranhão é de grande relevância, porém ainda existem uma parcela de pessoas que desconhecem, sobretudo as crianças do Ensino

Fundamental. Nesse sentido, a importância do conhecimento da atuação dessa Oligarquia na História maranhense é fundamental, assim, a utilização dos materiais acadêmicos e educacionais produzidos são essenciais para minimizar as lacunas existentes na História do Maranhão Contemporâneo.

Gráfico 11. Já estudou na escola sobre a Oligarquia Sarneísta?



Fonte: MENDES (2019).

Os alunos que responderam positivo, 71%, foram aqueles que tiveram alguma vivência ou participação de palestras ou rodas de conversa sobre tal temática, mas ainda não tinha muita compreensão de qual a representatividade na História do Maranhão, pois o conteúdo de Contemporânea é trabalhado no 9º ano. No entanto, apesar de não entenderem exatamente o que é a Oligarquia Sarneísta, foi primordial para o início dos debates e das dúvidas sobre o assunto, além de oportunizar uma dinâmica mais efetiva das oficinas/aulas no âmbito da sala de aula, sendo proveitosas e com muitas perguntas respondidas, como também trocas de experiências e conhecimentos acerca do assunto.

Em consonância as atividades anteriores, a principal ação realizada no âmbito escolar foi a aplicação do produto institucional, elaboração com o docente de História, via sugestões, e desenvolvimento em sala de aula, com a metodologias sugeridas. Nesse aspecto, foi possível constatar a importância desse material no auxílio da construção das aulas e norteando, caso assim o professor ache necessário, a fundamentação metodológica prevista pela BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense.

Quadro 18. Aplicação de atividades realizadas pela mestrandia na turma do 9º ano

TIPO DE ATIVIDADE	MATERIAL USADO	DESCRIÇÃO
-------------------	----------------	-----------

Debate (oficina)	Documentário “Maranhão 66”	Dirigido por Glauber Rocha em 1966, tratará do discurso de posse de José Sarney em 1966 ao governo do Estado do Maranhão, trazendo o contraponto ao discurso proferido pelo governador recém-eleito Sarney e as imagens das mazelas do Maranhão, filmado por Glauber Rocha e criticando a fala do progresso com as misérias presentes no Maranhão.
Debate (oficina)	Documentário “O Milagre do Maranhão”	Dirigido por Isaac Rosenberg em 1970, destaca o discurso da hegemonia do poder de José Sarney no período do governo estadual no Maranhão (1966-1970), destacando o progresso e o desenvolvimentismo no Maranhão e tratando da política econômica do Milagre Maranhense. A ideia governamental de José Sarney e equipe era apresentar um Estado consolidado e a hegemonia do progresso.
Aula	Slide 1	Apresentação da Ditadura Empresarial-Militar e suas dinâmicas.
Aula	Slide 2	Apresentação da Oligarquia Sarneísta e suas repercussões ao longo da História Contemporânea maranhense.

Fonte: Elaboração Própria.

O principal objetivo de trabalhar tal temática no Ensino Fundamental é destacar a importância do conhecimento sobre a História maranhense, sobretudo de um período tão decisivo para o estado: a dinâmica da Oligarquia Sarneísta. Nesse sentido, o primeiro ponto é apresentar o cenário nacional, Ditadura Empresarial-Militar e o que representou na História brasileira, apresentando algumas vertentes historiográficas sobre o Golpe de 1964, explicando os movimentos de resistência e repressão no país, sempre trazendo a discussão para o Maranhão e desconstruindo a ideia de um lugar mais “pacífico” em relação aos outros estados do centro-sul.

Em segundo momento, a apresentação da Oligarquia Sarneísta, partindo dos primórdios de formação e as primeiras medidas governamentais no Maranhão, sempre lembrando o apoio direto da Ditadura e o estreitamento das relações políticas e econômicas. Na primeira e na segunda apresentação, foi necessário mostrar a trajetória política de José Sarney, ressaltando a importância no cenário maranhense e os impactos perdurados ao longo dos anos com rupturas e continuidades na política.

Além disso, as discussões sobre os planos de governo, “Maranhão Novo” e “Milagre Maranhense”, desconhecido pelos alunos, como também por alguns docentes das diversas áreas do conhecimento, gerando um debate interessante por parte dos ouvintes, sobretudo de como se deu a projeção dos planos de governo e se de fato ocorreram.

No caso dos documentários, foram relevantes: 1) o discurso proferido; 2) imagens próximas dos alunos; 3) monumentos estruturais conhecidos pelos alunos e 4) debate sobre diversos aspectos do governo estadual de José Sarney. Diante disso, a importância de destacar tais questionamentos é significativa, pois os alunos entendem o conhecimento da própria História, essencial para o entendimento de muitas dinâmicas presentes na atualidade, além de enfatizar a importância de uma família tão emblemática no Maranhão, como também boa parte das figuras políticas serem presentes no cotidiano das crianças, principalmente em já ouvirem falar de José Sarney.

A partir do processo de aplicação parcial do produto educacional, fruto deste trabalho, na turma no nono ano da escola Unidade de Ensino Básico Luís Viana, confirmou-se a necessidade de inserção da História do Maranhão em sala de aula e a utilização de mecanismos diferentes do livro didático. Além disso, a ausência da História Contemporânea maranhense pode ser cessada a partir de ações pedagógicas e produções de materiais extras para a utilização em sala de aula, deixando bem demarcado a extrema relevância da História Local, apesar das diversas dificuldades estruturais nas escolas públicas maranhenses.

Seguem abaixo todas as atividades realizadas na escola UEB Luís Viana, contemplando observações, ações institucionais e aplicação parcial de parte do produto.

Encerrando as atividades na escola, algumas sugestões feitas pelos professores foram necessárias para a construção do produto final, haja vista o material ter sido pensado para os docentes: 1) a importância da temática em sala de aula e o impacto nas aulas de História; 2) uma linguagem mais fácil, interligando pesquisa acadêmica e ações pedagógicas; 3) acessibilidade aos materiais necessários para a realização das sugestões pedagógicas: escritos, digitais e tecnológicos; 4) sugestão de historiografia recente do assunto e 5) um material acessível e com informações mais diretas para a facilidade no andamento e elaboração dos planos de aula.

Destarte, a importância de vivência e aplicação do produto nas escolas é de extrema relevância para se ter uma ideia do que a escola precisa, quais as necessidades em sala de aula e o que a demanda escolar, de fato, argumenta, trazendo, dessa forma, o estreitamento entre pesquisa acadêmica presente nas universidades e a prática escolar. No caso deste trabalho, quebrar o paradigma de desconhecimento e ausência nas aulas de História da trajetória

maranhense, pois é sabido que via proposições educacionais da BNCC e do Documento Curricular do Território Maranhense é uma responsabilidade e parte do cotidiano nas aulas de História do 9º ano do Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino de História tem tomado proporções interessantes, devido aos novos parâmetros educacionais e as novas possibilidades no ensino. A problemática está em torno do andamento das novas prerrogativas desenvolvidas e impostas pela Base Nacional Comum Curricular.

Com essas discussões em pauta, a educação maranhense se torna um objeto de observação e a gravidade dos baixos índices educacionais, a partir do governo estadual de José Sarney, é um problema significativo e alarmante. Porém, pensar o Maranhão de José Sarney é perceber um discurso político “salvacionista” e uma prática contraditória nas ações políticas de desenvolvimento social e humano, repassado para as gerações futuras, como ao governo Roseana Sarney.

Nesse sentido, é possível fazer algumas considerações. Primeiro a Oligarquia Sarneísta se torna hegemônica a partir da ascensão de José Sarney ao governo do Estado do Maranhão com a política do “Maranhão Novo”. Segundo, as ações do sarneísmo se dão pelo apoio direto do governo federal para aberturas de investimentos do capital nacional e internacional, influenciando, também, o ensino maranhense. Terceiro, a importância das análises sobre os dados educacionais para visualização da educação e o ensino brasileiro, criticando o desempenho nas ações em prol do melhoramento educacional. Além disso, é importante perceber os primeiros impactos da BNCC no ensino básico, como a mudança para a abordagem da História Local nas aulas de História, sendo um ponto positivo, apesar das dificuldades de tempo, espaço e material.

Em tese, pode-se concluir que a educação maranhense ainda tem muito que avançar. Os estudos históricos sobre a Oligarquia Sarneísta são necessários para o entendimento das dinâmicas políticas, econômicas e sociais no Maranhão até atualidade. Dessa forma, é crucial o avanço nas pesquisas acadêmicas e a parceria com o ensino básico, ou seja, o compartilhamento de ideias entre universidade e escola. A BNCC é um fator hegemônico e uma ação concreta nas novas abordagens do ensino de História em sala de aula. Então, a educação pode avançar com as novas proposições ou entrar em declínio permanente, colocando em xeque o futuro educacional de uma nova geração maranhense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Documentos Oficiais

BRASIL. **ATA 108 – SUDENE**. Recife, 25 de Junho de 1969.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica, vol. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Ministério da Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional do Livro Didático 2020**. Guia Online. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2019.

MARANHÃO. **Plano Trienal de Educação 63/65**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1963.

MARANHÃO. **Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA**, São Luís, 29 de Julho de 1966.

MARANHÃO. **Conjuntura Maranhense**. Publicação técnica dedicada ao acompanhamento conjuntural da economia maranhense. São Luís: Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais e Informática, 1975.

MARANHÃO. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Itaqui**. 2 ed. São Luís: Governo do Maranhão; EMPAP, 2012.

MARANHÃO. **Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão (PEE – MA)**. Lei nº 10.099. São Luís: Diário Oficial do Estado do Maranhão, 2014.

MARANHÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense: para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MARANHÃO. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Educação de São Luís – MA**. Documento Preliminar, Nov. 2019. São Luís: Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Secretaria Adjunta de Ensino, 2019.

“O Novo Maranhão”. **O Dia**, 11/06/1966.

2) Livros Didáticos

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania, 9º ano**. 3 ed. São Paulo: FTD, 2015.

NEMI, Ana Lúcia Lama; REIS, Anderson Robert dos; MOTOOKA, Débora Yumi. **Geração Alpha História: ensino fundamental; anos finais. 9º ano**. 2 ed. São Paulo: Edições SM, 2018.

3) Obras Gerais

3.1) Obras Completas

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Fraci D. Poleti. 2 ed. São Paulo: Biotempo, 2004.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Noberto. Verbete: Oligarquia. IN: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2008.

BORGES, Arleth Santos. **A construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. Campinas/SP: Dissertação de Mestrado – Programa de Mestrado em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, 1998.

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e Oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001.

_____. **O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945-1965**. 5 ed., ver. e ilus. São Luís: Instituto Geia, 2014.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão Contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Campinas, SP: Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 2001.

_____. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA, 1997.

COSTA, Elen de Fátima Lago Barros. **Fracasso escolar: os (des) caminhos da política educacional no Estado do Maranhão na década de 90**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2002.

- COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Gramsci: um novo estudo sobre seu pensamento**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- DÓRIA, Palmério. **Honoráveis Bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- FRAZÃO, Maria das Dores Cardoso. **Memórias de diretoras: práticas administrativas no cotidiano dos grupos escolares do Maranhão (1960-1970)**. Tese (Doutorado em Educação). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.
- FREIRE, Victorino. **A Laje da Raposa**. Rio de Janeiro: Guavira Editores Ltda, 1978.
- FICO, Carlos. **Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. **Cadernos do Cárcere, volume 2**. Caderno 12. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Caderno 13. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GIANNAZI, Carlos. **A doutrina de segurança nacional e “milagre econômico” (1969-1973)**. São Paulo: Cortez, 2013.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma Rainha de Espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico**. Tese de Doutorado, PPGPP – UFMA: São Luís, 2006.
- _____. **A reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás Na trilha do saque: os grandes projetos amazônicos**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995.
- LEMONS, Augusto César de Senna; POLARY, José Henrique Braga. **Finanças do setor público maranhense: 1970-1979**. São Luís: IPES, 1981.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

- _____. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Canejo et al. 2 ed. rev. E ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 5 ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2016.
- OLIVEIRA, Ildoana Paz. **O “Terceiro Setor” e a Execução de Programas Educacionais: a parceria entre o governo do Maranhão e o Instituto Airton Senna no Projeto Gestão Nota 10**. Dissertação de Mestrado. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, 2013.
- PEREIRA, Robson Raimundo Silva. **Maranhão crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970)**. São Paulo: UFSCAR, 2008.
- PINTO, Maria Núbia Bonfim. **Do velho ao novo: política e educação no Maranhão**. Tese (mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro: Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, 1982.
- SOARES, Olavo Pereira. **A atividade de ensino de história: processo de formação de professores e alunos**. Araraquá, SP: Junqueira e Manin, 2008.
- SOUSA, Ester Maria de Figueiredo. **Linguagem: Currículo e formação docente**. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2011.
- SANTOS, Teresa Cristina Ferreira. **A expansão da fronteira agrícola em Balsas/MA**. Tese de Doutorado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, 2011.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

3.2) Capítulos de livros

- ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades. IN: RIBEIRO JÚNIOR, Halfred Carlos; VELERIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino**. Jundiaí: Paco Editoria, 2017.
- ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. IN: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

AZEVEDO, Patricia Bastos de. A produção de sentido na História ensinada e sua relação constitutiva com o tempo-espaço. IN: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmem Teresa; ARAUJO, Cinthia Monteiro de.; COSTA, Warley da. **Pesquisa em ensino de história:** entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.

BAILLAUQUÈS, Simone. Trabalho das representações na formação dos professores. IN: PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ARTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne (org.). **Formando professores profissionais:** Quais estratégias? Quais competências? Tradução Fátima Murad e Eunice Gruman. 2 ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BÉLAIR, Louise. A formação para a complexidade do ofício de professor. IN: PAQUAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ARTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne (org.). **Formando professores profissionais:** Quais estratégias? Quais competências? Tradução Fátima Murad e Eunice Gruman. 2 ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COSTA, Wagner Cabral da. Novo Tempo/ Maranhão Novo: quais os tempos da Oligarquia?. In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão.** São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, pp. 13-24.

FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a sua renovação do Ensino de História. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDES, Raíssa Caroline Macau. O Maranhão em Tempos de Milagre: política desenvolvimentista no governo Sarney (1966-1970). IN: PICCOLO, Monica (org.). **Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo:** rupturas e continuidades. São Luís: Editora UEMA, 2016.

FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação do Ensino de História. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e consequente. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. A aula como texto: historiografia e ensino de história. IN: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

RUIZ, Rafael. Novas formas de abordar o ensinar de História. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

SADER, Emir. Prefácio. IN: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

THEODORO, Janice. Educação para um mundo em transformação. IN: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

3.3) Artigos de Revista

ABUD, Katia Maria. A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, out.-dez., 2011, Editora UFPR, pp. 163-171.

_____. A construção de uma Didática da História: algumas ideias sobre a utilização de filmes no ensino. **História**, São Paulo, 22 (1): 183-193, 2003.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; MIRANDA, Sonia Regina. Memória e História em livro didático de História: o PNLD em perspectiva. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 35, out.-dez, pp. 259-283, 2012.

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de pesquisa**, v. 41, nº 143, Maio/Ago, 2011.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; LIMA, Aline Cristina Silva. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 1, jan.-jun., pp. 55-80, 2011.

BARBOSA, Zulene Muniz. As temporalidades da Política no Maranhão. **Lutas Sociais**, 2003, pp. 19-25.

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008.

- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil. **História, Revista da FLUP Porto**, IV Série, vol. 4, 2014, pp. 33-49.
- CANCIAN, Renato. Conflito Igreja – Estado no período da ditadura militar revistando aspectos teóricos das abordagens institucionais. **Revista Angelus Novus**, USP – Ano VII, n. II, pp. 95-116, 2016.
- DAVIES, Nicholas. A política educacional nos governos do PT: continuidades ou descontinuidades em relação aos do PSDB? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 67, mar. 2016, pp. 39-52.
- FERREIRA, Marieta. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, pp. 21-49, dez. 2016.
- GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, UFMA, vol. 11, nº 1, janeiro-junho de 2007, pp. 1-21.
- LOWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”. **Outubro**, n 1, 1998, p. 73-80.
- MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 1, abr. 2017, pp. 107-121.
- MARTINS, Edson. A escola universitária de Antonio Gramsci. **Ensaio Pedagógico**, v. 7, n. 1, Jan/Jun 2017, pp. 65-74.
- MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Cascavel, **Espaço Plural**, ano XIII, n. 27, 2º sem., 2012, pp. 39-53.
- _____. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o Marxismo**, v.1, n.1, Rio de Janeiro, jul/dez 2013, pp. 49-74.
- MÜLLER, Angélica. “Você me prende vivo, eu escapo morto”: a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, nº 61, pp. 167-184, 2011.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, pp. 7-28.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista; ALVES, Paola Biosoli. Ensino Fundamental: papel do professor, motivação e estimulação no contexto escolar. **Paideia**, Ribeira Preto – SP, 2005, pp. 227-238.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão. **Hist. Historiogr**, Ouro Preto, n. 13, dezembro, 2013, pp. 130-143.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. IN: **Revista História e Lutas de Classes**, nº 4, julho de 2007, p. 43-51.

_____. História do Tempo Presente, Ditaduras e Segurança Nacional e arquivos repressivos. IN: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, nº 1, p. 30-45, jan/jun, 2009.

PEREIRA, Rúbia Carla; PAIVA, Maria Auxiliadora; FREITAS, Rony Cláudio de Oliveira. A transposição didática na perspectiva do saber e da formação do professor de matemática. **Educ. Matem. Pesq.**, São Paulo, v. 20, n. 1, pp. 041-060, 2018.

PINTO, Pâmela Araújo. Jornal O Imparcial: o embrião do fotojornalismo maranhense. **Revista Cambiassú**, são Luís, nº 3, vol. 13, jan/dez, 2007, pp. 78-93.

PIOLLI, Evaldo; SILVA, Eduardo Pinto; HELEOANI, José Roberto M. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 35, n. 97, set.-dez., 2015, pp. 586-607.

RAPOSO, Conceição. A educação maranhense no limiar do 3º milênio. **R. Pol. Públ.**, v 8, n.1, jan./jun., 2004, pp. 7-25.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. Uma contribuição ao estudo das ligas camponesas. **Revista de Administração de Empresas**, 01 June 1985, vol. 25, pp. 85-86 [Periódico revisado por pares].

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR, vo. 1, n. 2, jul.-dez., 2006, pp. 07-16.

SILVA, Marco Antonio. A fetichização do livro didático no Brasil. **EDUC. REAL**, Porto Alegre, vol. 37, set.-dez, 2012, pp. 803-821.

SOARES, Alessandro O.; TAUIL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. **Sinais**, n. 19, Jan-Jun 2016, Vitória, pp. 07-29.

SOUZA, Rachel Freire Torrez de. Os efeitos da BNCC na formação docente. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 12, n. 1, pp. 69-79, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **RIDH**, Bauru, v. 2, n. 2, pp. 9-18, jun., 2014.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, vol. 3, n.6, jul./dez. de 2010, pp. 743-758.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: Plano de Educação ou Carta de Intenção? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, pp. 96-107.

ZANATA, Camila; TREVISIO, Vanessa Cristina. Inclusão escolar: conquistas e desafios. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro – SP, vol. 3, pp. 15-30, 2016.

3.4) Artigos de Anais de Evento

ARAUJO, Francisco Elias de. O desenvolvimento no Maranhão: aspectos da expansão do capital no campo. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas. 1917-2017: um século de reforma e revolução**, 22 a 25 de agosto de 2017, Cidade Universitária da UFMA, São Luís – Maranhão – Brasil.

BARROS, Valderiza; RAMOS, Carmem Barroso; GUIMARÃES, Alanildo Gomes. Olhares sobre o desenvolvimento no Maranhão: contradições na implantação dos “grandes projetos”. **Anais do V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital**, 23 a 26 de Agosto de 2011, Campus Universitário do Bacanga – UFMA, São Luís – MA.

FREITAS, Olga Cristina Rocha de. A feminização da educação e ocupação dos espaços de poder na escola: a força do discurso sexista e a atuação da mulher na gestão pública. **IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitar; III Seminário Internacional de Representação Sociais – Educação; V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente: Formação de Professores, Complexidade e Trabalho Docente**, PUC-PR, 26 a 29/10/2015.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O projeto Grande Carajás – PGC – e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz. **Anais do II Seminário de Pesquisa do Pós-Graduação em História UFG/UCG**, 14 a 16 de Setembro de 2009, Praça Universitária – Área II – UCG, Goiânia/Goiás.

SILVA, Ilse Gomes. Política e Ideologia no Maranhão: do Maranhão Novo ao Novo Tempo. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação**, 20 a 23 de agosto de 2013, Cidade Universitária da UFMA, São Luís – Maranhão – Brasil.

SILVA, Aichely Rodrigues; CUNHA, Valdeir Vieira. A luta pela terra do Maranhão: caso do Bico do Papagaio. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. “Territórios em Disputa:**

os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”.

Uberlândia – MG, 15 a 19 de outubro de 2012, Universidade Federal de Uberlândia – UFU –
Campus Santa Mônica.

ANEXOS

ANEXO 1. OFÍCIO Nº 12/2019 – PPGHIST/UEMA



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGHIST

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - UEMA
MESTRADO PROFISSIONAL

OFÍCIO Nº 12/2019 - PPGHIST/UEMA.

São Luis (MA), 19 de setembro de 2019.

Para: Unidade de Educação Básica Luís Viana
Sr. Gestor (a) *OLAIZA PESSOA ALMEIDA PASSINHO*
São Luis/MA

Assunto: Projeto de Pesquisa – Atividades de Campo

Senhor (a) Gestor (a),

1- Venho através deste fazer a solicitação da discente RAÍSSA CAROLINE MACAU MENDES, portadora do RG: 038481162009-1 e CPF: 055.980.933-67, residente: Primeira Travessa da Rua 3, nº 25, Bairro: Alemanha, CEP: 65037-300 Cidade: São Luis/MA, encontra-se devidamente matriculada sob o código nº 20181000152 sendo aprovada e classificada no Processo Seletivo do Edital Nº29/2017 – PPG/CPG/UEMA para o Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional (PPGHIST/UEMA), da Universidade Estadual do Maranhão, situado na Rua da Estrela nº329, Bairro: Centro/Praia Grande, São Luis/MA. A discente iniciou suas atividades em 06 de março de 2017, sob orientação da Prof. Dr. Monica Piccolo Almeida Chaves – PPGHIST/UEMA.

2- A aluna necessita, para um bom encaminhamento em seu Projeto de Pesquisa, para realizar Atividades de Campo na “Unidade de Educação Básica Luís Viana” Projeto intitulado: OLIGARQUIA SARNEY E O ENSINO DE HISTÓRIA: diagnosticando o ensino maranhense.

Atenciosamente,

Ana Livia Bomfim Vieira
Prof.ª Dr.ª Ana Livia Bomfim Vieira
Coordenadora do Mestrado em História
PPGHIST/UEMA
Mat.: 7238-00

*Reabi em
05/11/2019*
[Assinatura]
Oláiza Pessoa Almeida Passinho
Gestora Geral
Mat. 229183-2

Ana Livia Bomfim Vieira
Prof.ª Dr.ª Ana Livia Bomfim Vieira
Coordenadora PPGHIST-UEMA
Matrícula - 7238-00

Rua da Estrela, nº 329, Centro/Praia Grande – São Luis – MA, CEP: 65010-200.
Fone: (98) 3245-0286 / e-mail: ppghist.uema@gmail.com Site: <http://www.ppghist.uema.br>

ANEXO 2. CARTA DE ENCAMINHAMENTO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGHIST

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – UEMA
MESTRADO PROFISSIONAL

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

De: Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIST/UEMA
 Para: “Unidade de Educação Básica Luís Viana”
 Senhor (a) Gestor (a) *OLAIZA PESSON ALMEIDA PASSINHO*
 São Luís/MA

Assunto: Projeto de Pesquisa – Atividades de Campo

Senhor (a) Gestor (a),

Venho através deste fazer a solicitação da discente RAÍSSA CAROLINE MACAU MENDES, portadora do RG: 038481162009-1 e CPF: 055.980.933-67, residente: Primeira Travessa da Rua 03, nº 25, Bairro: Alemanha, CEP: 65037-300 Cidade: São Luís/MA, encontra-se devidamente matriculada sob o código nº 20181000152 sendo aprovada e classificada no Processo Seletivo do Edital Nº29/2017 – PPG/CPG/UEMA para o Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional (PPGHIST/UEMA), da Universidade Estadual do Maranhão situado na Rua da Estrela nº329, Bairro: Centro/Praia Grande, São Luís/MA. A discente iniciou suas atividades em 06 de março de 2017, sob orientação da prof. Doutora Monica Piccolo Almeida Chaves – PPGHIST/UEMA. A aluna necessita, para um bom encaminhamento em seu Projeto de Pesquisa, realizar Atividades de Campo na “Unidade de Educação Básica Luís Viana” projeto intitulado: OLIGARQUIA SARNEY E O ENSINO DE HISTÓRIA: diagnosticando o ensino maranhense.

Atenciosamente,

São Luís (MA), 19 de setembro de 2019

*Recebi em
05/11/2019*

[Assinatura]
Gestora Geral
Mat. 220165-2

[Assinatura]
Prof.ª Dr.ª Ana Livia Bomfim Vieira
Coordenadora do Mestrado em História
PPGHIST/UEMA
Mat.: 7238-00

[Assinatura]
Profa. Dra. Ana Livia Bomfim Vieira
Coordenadora PPGHIST-UEMA
Matricula - 7238-00

Rua da Estrela, nº 329, Centro/Praia Grande – São Luís – MA, CEP: 65010-200.
 Fone: (98) 3245-0286 / e-mail: ppghist.uema@gmail.com Site: <http://www.ppghist.uema.br>

APÊNDICES



APÊNDICE 1. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS TURMA DO 9º ANO

Este questionário um dos componentes da pesquisa de campo realizado nesta instituição e como parte do desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada “**O ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MARANHENSE:** a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola UEB Luís Viana” da discente Raíssa Caroline Macau Mendes.

QUESTIONÁRIO – ALUNO

- 1) Você conhece a História do Maranhão Republicano?
 SIM NÃO

- 2) Já estudou História do Maranhão nas séries anteriores?
 SIM NÃO

- 3) Conhece o termo “OLIGARQUIA”?
 SIM NÃO

- 4) Já ouviu falar da família Sarney?
 SIM NÃO

- 5) Conhece a oligarquia sarneísta no Maranhão?
 SIM NÃO

- 6) Já estudou na escola sobre a Oligarquia Sarneísta?
 SIM NÃO

Muito obrigada!



APÊNDICE 2. QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DO TURMA DO 9º ANO

Este questionário um dos componentes da pesquisa de campo realizado nesta instituição e como parte do desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada “**O ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA MARANHENSE**: a abordagem da Oligarquia Sarneísta em sala de aula na escola UEB Luís Viana” da discente Raíssa Caroline Macau Mendes.

QUESTIONÁRIO – PROFESSOR

1) Tem conhecimento das novas proposições da Base Nacional Comum Curricular no ensino básico?

() SIM () NÃO

2) Em relação às aulas de História do Maranhão, qual área mais explorada em sala de aula?

() CÔLONIA () IMPÉRIO () REPÚBLICA

3) Qual a principal dificuldade em sala de aula frente a História do Maranhão?

4) Qual livro didático adotado?

5) Quais materiais extras utilizados em sala de aula? Pode marcar mais de uma alternativa e escrever outros materiais usados.

() PARADIDÁTICO () TEXTOS COMPLEMENTARES () MATERIAIS
TECNOLÓGICOS () ÁUDIO E VÍDEO () OUTROS

Escreva aqui: _____



6) Acha importante a abordagem da História do Maranhão em sala de aula?

() SIM () NÃO

7) Tem acesso à historiografia maranhense do período republicano?

() SIM () NÃO

8) Quanto à abordagem da História Republicana Maranhense, o período da Oligarquia Sarneísta é trabalhado em sala de aula? Justifique.

() SIM () NÃO

9) Acha importante a parceria entre universidade e escola? Justifique.

() SIM () NÃO

10) Em relação ao paradidático voltado ao professor, qual sugestão daria para a composição do material frente à demanda em sala de aula e ao professor?

APÊNDICE 3. RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DA TURMA DO 9º ANO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGHIST

Programa de Pós-Graduação em História - UEMA

Este questionário um dos componentes da pesquisa de campo realizado nesta instituição e como parte do desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada **"O ENSINO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA** a abordagem da oligarquia sarneista em sala de aula nas escolas UEB Luís Viana da discente Raíssa Caroline Macau Mendes.

QUESTIONÁRIO – PROFESSOR

- 1) Tem conhecimento das novas proposições da Base Nacional Comum Curricular no ensino básico?
 SIM () NÃO

- 2) Em relação às aulas de História do Maranhão, qual área mais explorada em sala de aula?
 CÔLONIA IMPÉRIO () REPÚBLICA

- 3) Qual a principal dificuldade em sala de aula frente a História do Maranhão?
Primeiramente, o fato do conteúdo ser desconhecido do nosso alunado. Segundo, a existência de poucas fontes didáticas como suporte para o nosso trabalho

- 4) Qual livro didático adotado?
Do Alfredo Boulos Júnior. História e Sociedade. (por falta de opções)

- 5) Quais materiais extras utilizados em sala de aula? Pode marcar mais de uma alternativa e escrever outros materiais usados.
 PARADIDÁTICO TEXTOS COMPLEMENTARES MATERIAIS TECNOLÓGICOS ÁUDIO E VÍDEO OUTROS
 Escreva aqui: O livro didático Geohistória do Maranhão. Autores: Luiz Celso e Pedro Neto



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGHIST

Programa de Pós-Graduação em História - UEMA

6) Acha importante a abordagem da História do Maranhão em sala de aula?

SIM () NÃO

7) Tem acesso à historiografia maranhense do período republicano?

SIM () NÃO

8) Quanto à abordagem da História Republicana Maranhense, o período da Oligarquia Sarneista é trabalhado em sala de aula? Justifique.

SIM () NÃO

Principalmente após a BNCC, começamos a abordar sobre a Era Vitonista no Maranhão para poder entrar em Sarnesismo.

9) Acha importante a parceria entre universidade e escola? Justifique.

SIM () NÃO

A Universidade deveria estar mais próxima das Escolas com mais licenciaturas, estabelecendo ~~o~~ e estreitando os vínculos entre universidade e sociedade.

10) Em relação ao paradidático voltado ao professor, qual sugestão daria para a composição do material frente à demanda em sala de aula e ao professor?

→ A adoção do livro Geohistória do Maranhão, único livro que engloba os conteúdos de Geografia e História do Maranhão intercalando os conteúdos de forma interdisciplinar.

Muito Obrigada!